



*Investigação no Espaço da  
Língua Portuguesa*



[www.cta.ipt.pt](http://www.cta.ipt.pt)

N. 05 // dezembro 2016 // Instituto Politécnico de Tomar

**PROPRIETÁRIO**

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

**EDITORA**

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

**DIRECTORES-ADJUNTOS**

Helena Moura, Rodrigo Banha da Silva, Vasco Gil Mantes, Thierry Aubry

**DESIGN GRÁFICO**

Gabinete de Comunicação e Imagem  
Instituto Politécnico de Tomar

**EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO**

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

**PERIODICIDADE**

Semestral

**ISSN**

2183- 1386

**ANOTADA DA ERC**

**REGISTADA NA INPI**

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Professora Catedrática Doutora Primitiva Bueno Ramírez, Universidad de Alcalá de Henares

Professor Catedrático Doutor Rodrigo Balbín Behrmann, Universidad de Alcalá de Henares

Doutor Enrique Cerrillo Cuenca

Doutor Thomas W. Wyrwoll, Forschungsstelle für Archäoikonologische Theriologie und  
Allgemeine Felsbildkunde (FATAF) / Institut für Theriologie und Anthropologie

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

# Índice

<b>EDITORIAL</b> .....	05
<b>DOWNTOWN COMMUNITY PLAZA AND ITS USERS: A STUDY OF THE URBAN PUBLIC SPACE IN GAINESVILLE/FL</b> Renata de Godoy .....	06
<b>VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS NA ANTIGA ALDEIA DE N. S. DA ESCADA DOS ÍNDIOS DE OLIVENÇA (ILHÉUS, BAHIA, BRASIL) - EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS E PRÉ-HISTÓRICAS</b> Guilherme Albagli de Almeida e Álvaro Coelho Barbosa de Alencar .....	20
<b>O MODELO SOCIOCOGNITIVO DA CARREIRA REFLEXÕES E IMPLICAÇÕES NA SUA IMPLEMENTAÇÃO JUNTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ANGOLANO: POLITICAS PÚBLICAS SOBRE O SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA</b> Ana Paula Elias .....	39
<b>ARQUEOLOGIA(S) DE CONTRATO</b> Luis Vinicius Sanches Alvarenga .....	57
<b>GEORREFERENCIANDO QUATRO DÉCADAS DE UMA COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA DE ANGOLA: UM PROJETO PARA O FUTURO</b> Maria da Conceição Casanova, Ana Godinho Coelho e Inês Pinto .....	70
<b>PRODUÇÃO DE CAL EM CABO VERDE</b> Vera Cibele Neves Marques, Belany da Cruz Sousa e Ana Luísa Velosa .....	85
<b>A BRIEF NOTE ON ARCHAEOLOGICAL DISCOURSES CONCERNING THE PROTO-HISTORY OF NORTHERN PORTUGAL AND GALICIA</b>  Pedro da Silva .....	109

## EDITORIAL

# Editorial

Brasil, Angola, Cabo Verde e Portugal surgem em destaque neste número de Dezembro.

Abrimos o número da publicação periódica com a investigação etnográfica que se desenvolve em ambiente urbano e está especialmente vocacionado para as comunidades que vivem o seu passado em espaços contemporâneos.

Uma experiência de particular relevância relaciona-se com a escavação em contexto contemporâneo numa área ocupada anteriormente pela aldeia jesuíta de *Nossa Senhora da Escada dos Índios de Olivença*, na qual se detectou (para além do que hoje consideramos “lixo doméstico”, mas que um dia virá a ser conhecido por achados da ocupação humana da aldeia global) cultura material cuja datação relative aponta para uma ocupação autóctone Pré-Colombiana.

Angola trás-nos como excelente contributo num texto teórico denso e robusto sobre a relação entre o processo de adaptação ao Ensino Superior tendo como pano de fundo conceitos que tomamos como certos, a saber: bem-estar, tempo cronológico e ajustamento académico, onde se deverá ter sempre presente a dinâmica e a qualidade na formação de quadros intermédios e superiores com visão estratégica.

Outro texto de reflexão de cariz teórico coloca-nos perante uma leitura marxista da Arqueologia de Contrato, tão actual como o são os condicionalismos em que a maior parte do globo vive em termos financeiros.

Inestigação de “formiguinha” mas sólida e de grande importância encontramos na georeferenciação de sítios arqueológicos a partir do espólio do Instituto de Investigação Científica Tropical, sublinhando a importância dos Sistemas de Informação geográfica em trabalhos arqueológicos.

A Produção de Cal em Cabo Verde inaugura a participação de colegas deste País na nossa revista, inauguração essa que nos apresenta a ocupação humana passada nas Ilhas de forma objectiva e com um pendente científico que sempre agrada aos leitores destas temáticas.

Finalizamos este volume com a presença Ibérica através do trabalho científico e maduro que discute, teoricamente, o tipo de discursos que a Arqueologia desenvolveu no Nordeste de Portugal e na Galiuza acerca da humana hgumana proto-histórica.

Este número é sem dúvida um bom pretexto para passar um bom fim-de-semana.

Que a leitura seja bem-vinda.

# DOWNTOWN COMMUNITY PLAZA AND ITS USERS: A STUDY OF THE URBAN PUBLIC SPACE IN GAINESVILLE/FL

Renata de Godoy

Post-doc research assistant at *Universidade Federal do Pará*,  
Brazil (UFPA),  
PPGA/PNPD Capes

[godoy@ufpa.br](mailto:godoy@ufpa.br)

[renata.godoy2@gmail.com](mailto:renata.godoy2@gmail.com)

# Downtown Community Plaza and its users: a study of the urban public space in Gainesville/FL

Renata de Godoy

## Historial do artigo:

Recebido a 12 de setembro de 2016

Revisto a 09 de outubro de 2016

Aceite a 30 de outubro de 2016

## ABSTRACT

This article presents results from an ethnoarchaeology research that intended to assess current acknowledgement about a battle field site in a public space, today mostly used by homeless people. As hands on experience to learn from urban environment, the Downtown Plaza in Gainesville/FL was a case study for a project that intended to investigate social behavior in a contemporary urban public space. Looking for understanding better results of social interaction from observation and personal interviewing the data were translated into a behavioral mapping. This research made me rethink about the public spaces I always believed to be communal; studying the spaces at the Plaza changed my perspective. As an archaeological study, this research helps as source for understanding the transformation of this space over the centuries, including the dynamics of the urban environment.

**Key-words:** Urban Archaeology, Ethnoarchaeology, Archaeology in Contemporary Societies.

## RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa etnoarqueológica que pretendeu identificar ciência pública acerca de um sítio do tipo campo de batalha em uma praça na cidade de Gainesville, na Flórida/EUA, naquele momento utilizada durante o dia especialmente por pessoas sem teto. Como forma de experiência prática em ambientes urbanos, esta praça foi um estudo de caso interessante para aprender sobre comportamento em espaços públicos contemporâneos. Todos os dados obtidos através de observação e entrevistas pessoais foram interpretados em forma de mapa. Esta pesquisa incentivou a reflexão sobre espaços públicos teoricamente comunais. Como pesquisa arqueológica, esta pesquisa propõe compreender uso e transformações do espaço ao longo de séculos, incluindo as dinâmicas próprias do meio urbano.

**Palavras-chave:** Arqueologia Urbana, Etnoarqueologia, Arqueologia das Sociedades Contemporâneas

## 1. Introduction – why and how study the Plaza

As a pilot project for my doctoral research in Brazil, Brasília (1), the project intended to investigate social behavior in a contemporary urban public space. The site chosen for this proposal was the Downtown Plaza, in Gainesville/FL, which is a public urban space day-by-day frequented by homeless grouping, but also used to cultural events, open markets and other entertainment (see **Figure 1.**). Gainesville is a medium-sized city located at north-central Florida in the United States of America, home of the University of Florida.



**Figure 1.** Pictures taken of the Plaza in February of 2007. **Source:** Renata de Godoy.

The main goal of this project was to register the every-day life in a plaza, in order to map each activity with its material culture. Using a twofold field methodology, such as observation in different days of the week and in different periods of the day, and interviews, this study proposed to register who are the people, why they chose the Plaza to be at the moment and the frequency of this visitation. Moreover, to register each act that does not leave material remains.

In addition to the remarkable opportunities the archaeologist can find while investigating plazas, the Downtown Community Plaza in Gainesville is also a historic site. This Plaza was a place in which occurred one of the most important historical events of the city. During the United States Civil War, Gainesville served as a major Confederate Commissary and the area that today is known as downtown was the site of one of the many battles. There, one small battle of the American Civil War happened, known as The Battle of Gainesville. The battle itself took place on 1864 (see **Figure 2.**).



Figure 2. Plaque informing history of the Battle of Gainesville. Source: Renata de Godoy.

The study of the archaeological heritage in the urban environment has always been my personal goal as an archaeologist. I have proposed an archaeological chart for a colonial city for master dissertation, and later investigated a metropolitan area and its assemblage of archaeological sites for my doctoral thesis, always in Brazil where I come from and work. In 2007 I found in Gainesville, FL, conflicted interests regarding the Plaza space, it seemed an excellent timing to investigate its past, present and future. According to Low and Smith (2006) the city has been undertheorized by anthropology, because this line of inquiry has not had a major theoretical impact. Also anthropologists have been hesitant to participate in, if not totally absent from, urban policy debates.

It has been a controversy to conceptualize the city. Some argue it is a physical structured place shared by heterogeneous groups, some relate it to density, or to size. I think none of these factors matter the most, an urban environment should be understood as a combination of socio-politico-economic structures and the physical apparatus used in their operation." (LEEDS, 1977: 330) For social scientists, attempts to define city have come later, and until the 1950s it was usual to find urban definitions related to outdated ideas such as levels of evolution, civilization, class hierarchy, and literacy. Among many ways for defining what a city is, the heterogeneity attribute is still one of the most unanimous characteristics of the urban environment. A city is the space where individuals are gathered to share living, regardless of ethnic, religious, political, or economical differences.

Definitions of public space can be very broad, and they also differ in time and place. The most straightforward way of understanding a public space is by contrast to what is private space. This idea is not only overly simplistic and vague, but also questionable. Broader notions of the public space relate to its abstractedness quality, including in this category non-traditional places such as cyber space and political arenas and defining it as *“the range of social locations offered by the street, the park, the media, the Internet, the shopping mall, the United Nations, national governments, and local neighborhoods”* (LOW and SMITH, 2006: 3). Other approaches assume a sort of existential vision of what constitute the public space, as *“open spaces in cities as places to celebrate cultural diversity, to engage with natural processes and to conserve memories (...) where one can transcend the crowd and be anonymous or alone* (THOMPSON, 2002: 70), which includes at least two very common units in cities worldwide: parks and plazas.

One possible element of this apparatus is the space known as plaza, another controversial concept, commonly related to the model brought to the Americas by European colonizers. Regardless its structure, morphology, or size, the plaza is the major open public space of an urban environment, it is a space where one finds social interaction among different genders, ages, political and economical status individuals. In theory it is a space of heterogeneous relations. According to Low (2000: 32) the plaza provides a physical, social, and metaphorical space for public debate, cultural expression, and artistic interaction.

One can find on the internet diverse sorts of uses for the Plaza. Spring 2007 during the research, it was a major site for cultural festivities of Gainesville. At that time there was an annual schedule publicized by the city of Gainesville Division of Cultural Affairs including art festivals, Jazz festivals, New Year’s Eve countdown, weekly music entertainment, and the ice-skating rink.

I was not able to observe these sorts seasonal uses of the Plaza because the fieldwork happened during February to April of 2007. The Spring Art Festival occurred during my last weekend of field observations, however it was located away from the Plaza and the changes related to this event did not strongly affected the daily life at the Plaza. Nor was my intention to gather secondary data from local publication or journals. My main purpose was to gather additional data directly related to the informants opinions’ vis-à-vis everyday uses of the early XXI Century, which may be used in the future as an ethnographic source for understanding the transformation of this space over the centuries, including the dynamics of the urban environment.

## 2. Materials and Method

The proposal was conducted using two different approaches throughout the fieldwork: observation and informal interviews. Due to the limited time, the fieldwork was intended to register the usual everyday activities such as: the groups’ period of presence in the Plaza contrasted with what it is performed there; the relations between groups or between individuals; the variation of activities versus weekdays and weekends; the material cultural remains resulted from each activity.

The first strategy is observation, which concerned the understanding and the registration via sketch map of the daily activity at the Plaza. The goal while performing the observation was to map the various uses of the Plaza. The secondary objectives in this phase was at first to get acquainted with the study object, to try understanding roughly what, how, and why each group or individual is doing in this public space. By using a lay out of the plaza structures (immobile elements like benches, trees, and constructed elements; mobile elements such as food vending), the mapping consisted in locating groups, and pointing the activities performed by them. The

result of the mapping is the zoning plan draft that demonstrates the pattern of daily occupation of the plaza, which will be explained later.

The second approach was the informal interviews, which occurred on March 25, April 1, and April 12 of 2007. After acquiring a sort of familiarity with the study object, which definitely facilitated my approach since most of the users were aware of me using this space, I investigated experiences regarding the individual meanings of this public space. For this stage I decided to apply a method of interview described by Douglas (1985: 25) as creative interviewing, which “involves the use of many strategies and tactics of interaction, largely based on understanding friendly feeling and intimacy, to optimize cooperative, mutual disclosure and a creative search for mutual understanding”, searching for deeply inputs not merely opinions. Also known as person-centered interviews, this method is ideal to assess different points of view. According to Bernard and Hollan (1998), there is no manual or more reliable technique for person-centered interviews, and indeed each interview was unique even though following the same basic structure. Semistructured method contributed to broaden the range of themes included, which varied according to each interviewee.

Since I worked with a very small sample, much more related to qualitative research, I felt it was more efficient if I get to know better each person, if I get to know even why one was willing to dialogue. I established a guideline of the information I was looking for, but I preferred to let each of the informants ask their own questions, exchange opinions, and let them free to talk about any topic. During each conversation, I tried to direct the subject for my goals, sometimes asking directly, sometimes not asking at all. I agree it is a satisfactory and pleasant approach, but it is much better applied for long terms investigations.

The general questions I asked are varied according to the subject each one was eager to discuss with me: some wanted to pour personal and family issues out, some wanted to complain about politics or sports. In general I achieved my goals since 9 of 10 individuals (2 interviewed essentially responded my basic questions: why are you here? Do you like the plaza? Are you acquainted with anybody who frequents the plaza?). For some interviewees, I was able to ask other questions, such as: Where are you from? Where do you live? How long have you used the plaza? Why are you sitting here and not there? Do you know about the history of the plaza? How was the plaza some years ago? Do you think it has changed? Where would you be if you were not here? The interviews outcome will be exposed later.

I experienced some problems during the fieldwork in both stages of the proposal. The most important is related to the restricted time I had to achieve my goals. I believe I was able to perform most of the objectives, but to really understand the dynamics of this public place I would have to experience the environment in everyday basis, moreover I would need to spend whole periods there. Because of that all the results presented in this paper are preliminary.

The other major methodological problem was the photograph register. One of the observation phase strategies was to record some those activities in pictures as well. However, I felt uncomfortable to do it before I introduced myself and explained my purposes to the users. After 5 visits, including one day of interviews, I felt it was about time to start taking the pictures on April 1<sup>st</sup>, which I did. I received three hostile reactions related to the photographing, even after I explained nobody would be identifiable. Because of that I decided to photograph again only during my last visit.

### 3. Results and Discussion

### 3.1. Results from the observation stage

I performed this stage during 11 visits in 2007, in which I was able to differentiate everyday occupation and activities in weekdays and weekends patterns (3). Doing so I tried to understand how social exchanges and daily uses of the material setting actually transforms the public space into a meaningful reality, key to recognize human activities as a whole at the Plaza and its surrounding spaces. These processes leave material evidences in the urban space, conveying information that can be analyzed in order to understand human behavior. They translate physically, historically and conceptually social relations and social practice in space, showing “people as agents constructing their own realities and symbolic meanings”, also defined as the social production of space (LOW, 2000: 127).

My original goal was to distinguish the use also in relation to periods of the day. Unfortunately I could not visit the Plaza in such a varied manner in order to confirm continuity, but I was able to observe the spaces during late mornings, noon periods, afternoons, and in evenings. In two occasions I observed the Plaza in distinguish situations: March 29<sup>th</sup> late at night (after 10pm), and April 10<sup>th</sup> I did it early in the morning, which was a cold rainy morning. The density level presented remarkable variation, it is much more related to specific situations such as the time the Salvation Army serves meals, or the time the buses are stopped there, so the differences I made are roughly based on what I experienced during my visit hours.

The constructed space is very symmetric, even benches and vegetation follow a symmetric pattern. The only asymmetrical structure is the RTS unit. I have also noticed physical changes regarding the substitution of woodchip mulch for grass of the middle of the Plaza (where months before there was the ice-skating rink), which according to one of my respondents was replanted on March 30<sup>th</sup>; and vases of flowers all over the place, again according to the same respondent, someone brought the flowers on April 9<sup>th</sup>.

Considering the limited sample I gathered, the results of this stage are exposed at the zoning map, which demonstrates such similarities and differences in the use of the space. I divided the Plaza in zones regarding occupational density, which is one of the main differences of weekdays and weekends, activities, level of heterogeneity, and internal and external transitory spaces. The heterogeneity is due to relations among individuals: it is homogeneous the space where one knows others, where one interacts with others, and where the group performs the same activity.

I could identify a very distinguished space among the entire Plaza because it is the one always occupied regardless the period of the day, or even the weather conditions. This space is always related to social interaction; it is a place of acquainted individuals who gather round to talk, or to play cards, to spend the day. I categorized this space as ‘deviant social space’ for several reasons more clearly explained on the interview stage results. It is clearly a space an outsider is not welcomed to, where everybody knows each other. For this reason I classified it as homogeneous.

The ‘social space’ is the place I felt comfortable to sit at, and where I performed my fieldwork. It is also a place of social interaction, of acquainted individuals, but one can see different persons performing other activities there, such as studying or eating alone (it is right next to the hot dog vendor). For this matter I classified it as heterogeneous. The ‘social space’ is not as crowded, nor is its occupation as continuous as the ‘deviant social space’. In a rainy day, late at night or early in the morning it is usually empty.

The 'benches area' received the same classification as the 'social space', since it is not occupied by a big homogeneous group, nor it is occupied all the time. I observed there several times individuals by themselves, or small groups of three persons, sharing the same area but with different reasons. The major differences of this two space categories is the density and activities, being the 'social space' more densely, more frequently occupied, and with larger variety of activities.

The 'corner areas' are very similar to each other: they have periods of occupancy highly dependable of the time of the day, or the motivation, but in general they are used by homogeneous groups. I register two distinguished occupancies, both ephemeral: the left corner is used to serve lunch on Sundays, so its use is related to this activity, by individuals sharing the same motivation. The left corner is a space where small groups gather round to talk, during the weekdays I noticed persons with work uniforms who use the public transportation just grouped by the stage gossiping, laughing, very comfortably; during the weekends I noticed small groups assemble just hanging out (during my very first visit in February there were three men rapping).

The RTS building unit is frequented by the company's users and workers during weekdays, it is also a social space for this group and it represents a place where coworkers meet each other and chat during breaks. On weekends it is mostly empty, such as it happens at the bus stops, the amount of people drastically drops.

The bus stops are the most heterogeneous spaces of frequent stay at the Plaza. The transitory paths are also heterogeneous, but I was able to note an important difference related to the internal and external location of both categories. Both bus stops and transitory paths presented a distinction between publics: who chooses to sit at the internal areas of the bus stop or to cross the Plaza using the paths between benches and grass feel less uncomfortable with the Plaza environment, on the other hand the ones at the external boundaries demonstrated clear discomfort, some by choosing to turn around and not interacting with others at all while waiting for the bus, some by walking fast without even looking at the Plaza environment. And on a simple map I show my perceptions for this specific space, the Plaza in Gainesville (see **Figure 3.**).



**Figure 3.** Behavioral mapping of the Downtown Community Plaza during 2007 winter, Gainesville, Florida, USA. Source: Renata de Godoy.

#### 4. Results from the informal interviews stage

During three visits I was able to directly query 10 males. Some of them were more willing to dialogue and answer my questions; the majority was also interested in learning about my research and about my motivations to be there. Many of them were opened to tell me personal information, opinions related to different subjects, even though it was never my inquiry. Two of the informants were unsatisfied with my presence.

The first and the second visits occurred in Sunday (March 25<sup>th</sup> and April 1<sup>st</sup>), both around the same period (12:00pm), during the communal lunch. I didn't find the same individuals during these days, but the activities and the occupation were very similar. The third visit occurred in a Thursday afternoon, and again I observed different individuals but the activities were very

similar to those I noticed during the observation phase over weekdays. The following is a summary of the three days.

On Sunday March 25<sup>th</sup> I interviewed four individuals. It was 12:15pm, all the people at the Plaza received food at that time. Basically I was the only one with other purposes there. First person who approached me claimed not to hang out there at all. He said he was in the military, he lives close to the Plaza, and he was there waiting for the bus to go to the gym. He also went to the stage and got some food, because (according to him) the bus took too long to arrive and he started to feel hungry. He gave me food. He said he didn't know the people there, which can't be completely true since he was there chatting with others. I felt he didn't want to admit he frequents the Plaza.

Then I talked to three people as a group. One of them also gave me some food and was the most opinionated and jumped to answer all my questions. All of them know people from the other side (the 'deviant social space'), they clearly demonstrated some negative attitude related to them, claiming they are too noisy. All three of them claimed to know about the history of the Plaza. All of them are really aware about they not being welcome there because of the growing business around, and the hotel construction, and they claimed even if the Plaza remains opened, it will change anyways.

On Sunday April 1st I interviewed six individuals. It was 12:30pm, again all the people at the Plaza received food at that time, but I could not recognize the crowd as being the same from last Sunday. There were about five police officers there, gathered round the RTS building unit, just talking among each other. They left after 30 minutes I was there. This time I decided to take general pictures from the beginning: of the food line next to the stage, of the 'deviant social space', and of the grass in the middle, which was the biggest physical change I have experienced in the Plaza surroundings so far. It wasn't the best idea to take pictures on that day. There were three young males sited down next to the table I am used to stay in, they were chatting, not eating, and I have never seen them before. One of them demonstrated a clear dissatisfaction with the photographing, and sort of threat if one takes a picture of him. I immediately stopped taking pictures. I couldn't recognize any person from this point, and I felt very uncomfortable there. No one I talked a week before was there yet.

I found out the Plaza "closes" at 11 or 11:30pm. Two people I talked with said that it happens because of the other group "abused the privilege" to have a public space and that because of fights and illegal activities, the police closes the Plaza late at night. This was by far the most chocking revelation I had so far, I never heard about one officially closing a public space.

Thursday April 12<sup>th</sup>, 3:30PM. At this time the Plaza was full of people, it was definitely the most crowded day I experienced there. It was sunny day, and now there are flowers all over the Plaza. Besides the general public I noticed some different people there, it seems they were at the Court House, and a young man, well dressed with sun glasses, was interacting with people from both social spaces, but I didn't think it was respectful, it seemed more like a dull joke.

Right away I arrived there I started talking to one of my informants. I noticed the same staring feeling I had felt before during weekdays, it is not a comfortable situation to be there during some weekdays. The 'deviant social space' was very noisy and crowded. On the other hand my conversation with him was nice, he told me about his family, mostly to tell me he does not relate to any. He stated he lives in a tent in the "woods". Suddenly the Plaza cleared.

As I have noticed before, in addition to the various subgroups related to being homeless, there are at least two unrelated persons frequenting the Plaza who interact with them: the social service woman I saw there in three different occasions and the hot dog vendor. Both were interacting with all the individuals sat at the 'social space' tables.

## 5. Discussion

The urban space was always an obvious place in my mind, basically a combination of public and private places. Being from a developing country I learned how to use public places in relation to possible hostility, but these sorts of avoidable places always were related to secluded urban forms, such as shantytowns or unknown alleys. Some parks are also spaces of segregation.

On contrast, to me a plaza was always an authentic expression of public space, especially because there are all sorts of individuals sharing the same open space, a strictly heterogeneous urban social reflex of the city. My intention doing this investigation was never to diminish the users, or the environment of the Downtown Community Plaza. The results were far from the anticipated.

This study served to me as an eye opener situation, to turn down my own theoretical utopian insider's stereotypes. In the same way I experienced the Downtown Community Plaza in Gainesville to be socially appropriated by some groups, roughly recognized as homeless, it made me think about the public spaces I always believed to be communal, and opened to everybody. Studying that Plaza changed my perspective.

As an archaeologist, at the time anthropology PhD student, the approach was strictly related to ethnoarchaeology, even though I was not interacting with an obvious ethnic group. In the literature it is not usual to find examples of this sort. On the other hand, the objectives are the same, as McNiven (2016:1) recently pointed out about the indigenous group he studies in Australia, I find no difference from what I intended to achieve as we both looked for "people's relationships with, and conceptualizations of, the past, but also how people relate to objects, sites and places in the present in the construction of contemporary identity." Or else, as Chirikure (2016) suggests, as a 'native' of the Western world would it be best for me to do ethnoarchaeology with western grouping?

Many might question this research was not ethoarchaeological, or at least not traditionally so. By using ethnography as a primary method, and a living community as subject, what I intended with this research was to read "formation process that could be applied to relate the statics of the archaeological record to the dynamics of the systemic context" (DAVID, KRAMER, 2001: 92), as any ethnoarchaeologist would do in any circumstance, of course using different research-questions.

The language was foreign to me, as their reality as homeless is very different from the one I find in Brazil. But the relationship they have established with that space and the links they did not create with that archaeological heritage are very similar to what one can find elsewhere, even while dealing with traditional communities given that we are all products of the globalization, with few exceptions worldwide. This research helped me to understand another reality I have studied in central Brazil over the last decade (GODOY, 2012), and the unique dynamics of public urban space.

## 6. Conclusions

The public attribute of the Plaza itself is questionable. First of all due to its reduced heterogeneity; the Plaza is a space with uses very well distinguished regarding different publics for different activities. If hypothetically one considers that seasonal events may even not change the Plaza daily life, which is extremely hard to believe, the presence of different groups would reinforce this Plaza as a public space. However this situation would not necessarily mean that these different groups are actually going to interact with each other. From what I have experienced, the heterogeneity is not an attribute to consider, the everyday life is very well spatially delimited, and the probability a different group use causes the actual group to move away during special events is very likely to happen. The second problem is the prohibition of use during night time, which already critically take away of citizens the right of coming and going, pattern that basically differentiate private from public places. That being said, I question if one should really study this space as a public one.

The issue related to downtown architecture heritage revitalization is a hot topic worldwide, and Gainesville is not an exception. Real estate investors and city hall administrations have recently found this rich constructed marketplace to explore, where buildings receive new functions, and high prices services establish a new clientele. It is easy to recognize this pattern in Gainesville, and the rumor of closing the Plaza is just a part of this business puzzle that began to appear in a local level. Back in 2007 I thought unfortunately it is just a matter of time for the Community Plaza daily life to be changed for good, if it is not now with the hotel construction, sooner or later another action will finally re-appropriate the Plaza. It is too much money involved, a space of power now openly disputed by different interests.

The answers related to all questions were not as varied as I expected (see table summary attached). The question “where would you be if you were not here?” was the most controversial of the bunch, I suppose the majority of the informants were not expecting it, or have never really thought about it. In general I believe the informants enjoy the Plaza, but definitely it is not a place they voluntarily choose to be. Since it is such a small environment, the vast majority of the individuals know each other, and the space they choose to be at represents the activity they want to perform, or the activity they seek to avoid. All the nine opportunities I observed one of my informants at the Plaza, he was never at the ‘deviant social space’, but he switched between the ‘benches area’ and the ‘social space’. The same situation I noticed regarding the social services woman. Depending on who is using each space, or what activity one wants to do, the groups circulate around the Plaza.

The statements related to pejorative attributes of the ‘deviant social space’ users are unanimous. Even though I didn’t have the opportunity to interview anyone of this group, I also felt uncomfortable to approach this space. I didn’t notice any illegal activity there; on the other hand I also didn’t observe them closely. I decided to use the term deviant because it is very clear that the activities performed there are different of the ones I observed in all the other parts of the Plaza, therefore I related them to be opposite to the social norm.

Moreover it was also very clear to me that during weekdays some individuals openly use the Plaza to pursuit some sort of deviant action and that the presence of outsiders is not at all welcomed. These individuals seem not to frequent the Plaza in a fixed schedule, and even though they use all the spaces including the ‘corners’, and the ‘benches area’, it was from the ‘deviant social space’ where I felt the most obvious threatening controlling staring.

Regarding all the fails and difficulties I have experienced, I can conclude with assurance that many of the zones categorized in my research are delimited by a social practice known as the appropriation of the space, cited by Smith and David (1995: 441) as one of the strategies of social production or social construction of the space. According to them “through the establishment of particular relations in physical space, meanings and resources are appropriated. Physical space is thus interpreted as social space. This is often achieved by management of proximity and distance.” And it is for sure a social practice one can experience universally, especially in communal places.

One of the hypotheses I proposed was indeed confirmed: there is no material remains left at the Plaza currently. One will find structures, it will be easily recognizable that it is a public space, but no vestiges of the social relations, or behavioral patterns, or any sort of legal and illegal activities will remain. Is this due to individual purposes, since the ones conducting illegal activities won't leave proves behind? Is this because of today's urban sanitation practices? Is this an obvious pattern of all paved spaces, therefore in the future one won't be able to access urban archaeological remains outside of communal dumpsters? Is this a result of shameful memory? Perhaps it is a result of all these factors. But without a doubt there are some kinds of occupancies chosen to be forgotten. The Battle of Gainesville is not one of them.

## NOTES

(1) Adapted from a paper project for Ethnoarchaeology, a class at the University of Florida lectured by dr. Peter Schmidt, in Spring of 2007.

(2) Informants are described using the code M, differentiated from each other by numbers.

(3) Weekday visits: March 13th, 14th, March 29th, April 10th, 12th. Weekend visits: February 3rd, March 24th, 25th, April 1st, 14th, 15th. All happened in 2007.

(4) In this paper I use the word heterogeneity with two meanings. While proposing the differentiation of zones I consider that a space where persons are not interacting, or performing the same activities, is heterogeneous. Here I use this word to group individuals who relate to each other regardless performing a common activity, or being acquaintances, meaning the ones who identify with each other due to same educational background, or religious belief, ethnicity, cultural identity, among others.

(5) Adapted from a paper project for Ethnoarchaeology, a class at the University of Florida lectured by dr. Peter Schmidt, in Spring of 2007.

(6) Informants are described using the code M, differentiated from each other by numbers.

(7) Weekday visits: March 13th, 14th, March 29th, April 10th, 12th. Weekend visits: February 3rd, March 24th, 25th, April 1st, 14th, 15th. All happened in 2007.

(8) In this paper I use the word heterogeneity with two meanings. While proposing the differentiation of zones I consider that a space where persons are not interacting, or performing the same activities, is heterogeneous. Here I use this word to group individuals who relate to each other regardless performing a common activity, or being acquaintances, meaning the ones

who identify with each other due to same educational background, or religious belief, ethnicity, cultural identity, among others.

## REFERENCES

BERNARD, H. Russell; HOLLAN, Douglas W. (1998) - Person-Centered Interviewing and Observation. In BERNARD, H. Russell (ed.) - **Handbook of Methods in Cultural Anthropology**, p. 333-64. Walnut Creek: AltaMira Press. ISBN-13 9780742504325. ISBN-10: 0742504328.

CHIRIKURE, Shadreck. 'Ethno' Plus 'Archaeology': What's in There for Africa(Ns)? **World Archaeology**. ISSN 0043-8243. (2016), p. 1-7.

DAVID, Nicholas; KRAMER, Carol (2001) - **Ethnoarchaeology in Action, Cambridge World Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN -13: 9780521667791 ISBN-10: 0521667798.

DOUGLAS, Jack D. **Creative Interviewing** (1985). Beverly Hills, CA: Sage Publications. ISBN-13: 9780803924086 ISBN-10: 0803924089.

GODOY, Renata de. **Assessing Heritage Values: Public Archaeology in Brasília** (2012). Saarbrücken: Lambert Academic Publishing. ISBN-13: 9783659138539 ISBN-10: 3659138533.

LEEDS, Anthony (1977) - Housing-Settlement Types, Arrangements for Living, Proletarianization, and the Social Structure of the City. In ABU-LUGHOD, Janet (ed.) - **Third World Urbanization**, p. 330-337. Chicago: Maaroufa Press. ISBN-13: 9780884250050 ISBN-10: 0884250059

LOW, Setha M (2000) - **On the Plaza: The Politics of Public Space and Culture**. Austin: University of Texas Press. ISBN-13: 9780292747142 ISBN-10: 0292747144

LOW, Setha M.; SMITH, Neil (2006) - Introduction: The Imperative of Public Space. In LOW, Setha M.; SMITH, Neil (ed.) - **The Politics of Public Space**, p. 1-16. New York: Routledge. ISBN-13: 9780415951395 ISBN-10: 0415951399.

MCNIVEN, Ian J. "Ethnoarchaeology, Epistemology, Ethics." **World Archaeology**. ISSN 0043-8243. (2016), p. 1-4.

SMITH, A.; DAVID, N. The Production of Space and the House of Xidi Sukur. **Current Anthropology**. ISSN 0011-3204. Vol. 36, n° 3 (1995), p. 441-56.

THOMPSON, Catharine Ward. Urban Open Space in the 21st Century. **Landscape and Urban Planning**. ISSN 0169-2046. N° 60 (2002), p. 59-72.

# VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS NA ANTIGA ALDEIA DE N. S. DA ESCADA DOS ÍNDIOS DE OLIVENÇA (ILHÉUS, BAHIA, BRASIL) - EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS E PRÉ-HISTÓRICAS

Guilherme Albagli de Almeida

Professor Titular de História da Arte, Universidade Estadual de Santa Cruz  
Departamento de Letras e Artes  
TV. Afonso de Carvalho, 76 Pontal  
Ilhéus, Bahia, Brasil  
CEP: 45 654 390  
[guilhermealbagli@hotmail.com](mailto:guilhermealbagli@hotmail.com)

Álvaro Coelho Barbosa de Alencar

Designer Gráfico, Universidade Estadual de Santa Cruz  
Editora Universitária  
Rua Reinaldo de Andrade Souza, 346  
Bairro de Fátima, Itabuna, Bahia, Brasil  
CEP: 45 604 107  
[alvaroe10@oi.com.br](mailto:alvaroe10@oi.com.br)

# Vestígios Arqueológicos na Antiga Aldeia de N. S. da Escada dos Índios de Olivença (Ilhéus, Bahia, Brasil) - Evidências Históricas e Pré Históricas

Guilherme Albagli de Almeida

Álvaro Coelho Barbosa de Alencar

## Historial do artigo:

Recebido a 06 de outubro de 2016

Revisto a 03 de novembro de 2016

Aceite a 07 de novembro de 2016

## RESUMO

No ano de 2003, adquirindo-se um lote residencial na área da antiga aldeia jesuítica “*Nossa Senhora da Escada dos Índios de Olivença*” - hoje Olivença, um distrito suburbano ao sul da cidade de Ilhéus - procedeu-se uma limpeza do mesmo por tratar-se de uma área de dejeção de lixo doméstico, por vários anos. Separou-se restos de construção civil com fragmentos de concreto armado e seus vergalhões de ferro, ossos de bovinos, peças eletromecânicas, latas, plásticos, restos de móveis, vidro e até uma prótese dentária desgastada, de pequeno tamanho. Ao meio desse material, artefatos líticos lascados, alguns retocados, com marcas de uso, e um artefato polido, entre outros, foram ali encontrados durante tal limpeza, sendo depois realizado um mapeamento indicativo da sua distribuição espacial. Tais achados casuais sucitaram uma busca mais ampla e intencional de outras evidências numa sondagem prospectiva e em outros lotes vizinhos.

**Palavras-chave:** Arqueologia Casual, Arqueologia Histórica, Arqueologia Pré-Histórica, Arqueologia Tupiguarani.

## ABSTRACT

In 2003, after being acquired a residential parcel at the area of the ancient jesuitic village “*Nossa Senhora da Escada dos Índios de Olivença*” (our lady of the stair of the Olivença’s indians), today Olivença, a suburban district at the southern tip of the city of Ilhéus, a general cleansing of it was performed, because it served for years as a dejection area for domestic garbage and other elements. It was proceeded a selection of these materials, which included construction debris with fragments of concrete with its iron components, bovine bones, motor electric implements, metallic cans, plastics, fragments of furniture, glass, and other evidences. among these contemporary evidences, lithic chipped artifacts, including some retouched ones, some showing clear marks of use, as well as a curious polished element and other evidences were later plotted in a distribution map. These elements led to a more intentional search for other evidences, not only in that first parcel focused, but in a few other neighboring areas.

**Key-words:** Casual, Historic, Prehistoric and Tupiguarani Archaeology.

## 1. Justificativa do Estudo

Ainda que sejam hoje recomendados estudos arqueológicos previamente planejados e precedidos por hipóteses objetivas a serem – ou não – materialmente sustentadas, sobre alguma realidade relativa a alguma cultura extinta, relatos de achados casuais de certas evidências podem ser de alguma valia, servindo para direcionamento ou introdução a estudos mais extensos e completos sobre o potencial informativo presente numa certa área.

Embora sejam numerosos os estudos arqueológicos em alguns setores do litoral brasileiro, principalmente no Sul e Sudeste do país, em outras áreas tais pesquisas são pouco conhecidas ou praticamente inexistentes. Este é o caso de Olivença, povoação com ocupação humana anterior ao contato europeu, como se denota pela presença de alguns topônimos locais originados na hoje extinta língua Tupinambá: “Tororomba” (tororó-mba’e = coisa que faz tororó = bica d’água); “Buíra” (mba’e-ira = coisa de mel = colméia), Acuípe (akuei-pe = naquele lugar) e “Jairí”, entre outros. Estes cursos d’água foram, sem dúvida, elementos geográficos que permitiram a fixação humana nesta área, pois outras aguadas mais perenes só são encontradas cerca de 15 km do local: ao Norte, na banda do Poente do “Morro da Aldeia Velha” e, para o Sul, no citado riacho “Acuípe”.

Novos estudos arqueológicos deveriam, sem dúvida, ser ali realizados, não apenas nos lotes já observados e aqui descritos, mas em toda a área desta antiga aldeia indígena, fazendo par aos estudos antropológicos e históricos conhecidos, enfocando este núcleo urbano.

## 2. A Localização do Sítio

A área estudada se localiza no litoral brasileiro, ao Sul das coordenadas LAT. 14º 47’ 20”S e LON. 39º 02’ 58”W ( Cidade de Ilhéus; **vd. Figura 1.**)



Figura 1. Vista aérea da área estudada. Fonte: Google Earth 2016

A antiga aldeia indígena em foco se localizava sobre um pequeno outeiro integrante da paisagem física “*Mares de Morros*” - a denominação geomorfológica consagrada pelo eminente geógrafo paulista Aziz Ab’Saber (2003) -, fruto da erosão de um segmento da Formação Barreiras (BIGARELLA, J.J., 1975), ali presente (SENA, N.C.; MOREAU, A. M. S. dos S.; MOREAU, M.S.; s.d.). Tal formação geológica, presente em quase todo o litoral brasileiro - do Amapá ao Rio de Janeiro -, embora heterogênea e com diferentes fácies e espessuras, constitui-se de mantos sedimentares flúvio-marinhos de material arenoso e silteoso (ARAÍ, 2006), de granulometria fina a grossa, angulosa, com entremeios argilosos cinza-avermelhados, sem presença de fósseis ou material rochoso. Sob esta capa sedimentar aqui referida, está o embasamento cristalino local, com fragmentos de diabásios e basaltos junto à praia, na banda Oriental desta elevação. Limita-se a este outeiro, pelo Norte, o ribeirão “*Tororomba*”- uma das muitas onomatopéias Tupinambá-. Pelo lado do Poente está o riacho “*Buíra*”, nesta mesma língua indígena -. Pelo lado do Sul está o filete d’água “*Bica dos Milagres*”, cada dia mais ressecado. Estes pequenos cursos serviram - e ainda servem - de aguada para os moradores locais.

A população local hoje cresce vertiginosamente com a ocupação da área por loteamentos para moradias de veraneio e de uso permanente.

### 3. A Flora Local

A ocupação humana da área, intensiva após o início do Século XX, destruiu grande parte da flora anterior ao contato europeu, mas uma reserva florestal relativamente próxima, ao Noroeste da Cidade de Ilhéus - a “*Mata da Esperança*” -, ainda nos oferece uma parca ideia da antiga cobertura vegetal local, com árvores de médio e grande porte onde não eram incomuns jacarandás, massarandubas, pau-brasil, cedros, jequitibás, sucupiras e outras espécies de valor.

A “biriba (*Rollina mucosa*, ou biribá, araticum, fruta de conde, da condessa, graviola brava. vd. Figura 2.)”, também ali abundante, tem a característica de lançar, desde a sua base, longos galhos verticais de cerne muito resistente, que podem atingir de 6 a 18 metros de alto (GOMES, 2000), e serem recolhidos sem a destruição da matriz, que continua viva e produzindo os seus rebentos. Seus galhos linheiros, após descorticados, podem ser usados na confecção de arcos, lanças, flechas e no engradamento de construções diversas.



Figura 2.. Mateiro cortando um galho da Biriba. Fonte: <http://www.berimbauverde.eco.br/>

#### 4. A Fauna

Mamíferos de grande e médio porte, como onças (*Panther onça*. vd. **Figura 3.**), tamanduás (*Myrmecophaga Tridactyla*), capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*), lontras (*Lutra longicaudis*), símios, além de aves e répteis foram intensivamente caçados na região, estando hoje praticamente extinta esta primitiva fauna, remanescendo hoje, todavia, pouco mais que alguns mamíferos menores como os quatis, saruês, tatus e alguns roedores menores. Estes animais eram abatidos para o consumo da carne, para o uso dos seus dentes em pontas de flecha e adornos corporais, sendo o seu couro utilizado em finalidades diversas, às vezes amaciado pela frotagem com areias e sua imersão em soluções tanínicas. Segundo comunicação verbal do historiador Prof. Dr. Marcelo Henrique Dias, da Universidade Estadual de Santa Cruz, eram numerosas as onças nesta área estudada, levando aos jesuítas de Olivença afirmarem, numa certa época, que não criavam gado por ser este, costumeiramente, ali atacado por tais felinos de grande porte.



Figura 3. "laguareté", a onça pintada verdadeira. Fonte: <http://portalbrasil10.com.br/onca-pintada/>

Na praia em frente ao pequeno núcleo urbano não mais aparecem os berbigões (*anomalocardia brasiliana*. vd. **Figura 4.**) – moluscos bivalves antes abundantes em todo litoral brasileiro, algumas vezes coletados já no período histórico para serem fervidos em água salgada e, com o caldo resultante, ser preparada uma papa apimentada, engrossada com a farinha da mandioca. Há alguns milênios, todavia, no litoral brasileiro, a temperatura e composição química da água marinha favoreceu a reprodução de gigantescas quantidades deste molusco que, junto às ostras (*Crasostrea rhizophores* e *Crasostrea brasiliana*), serviram para a elevação dos "sambaquis (concheiros)" com as suas cascas, principalmente na parte sulina do litoral brasileiro.



Figura 4. Um escaldado bem temperado de berbigões. Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Prato\\_de\\_berbig%C3%A3o.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Prato_de_berbig%C3%A3o.png)

## 5. A Ocupação Humana

Vestígios das antigas populações que passaram pelo litoral brasileiro foram grandemente apagados pelas regressões e transgressões oceânicas, causando drásticas flutuações do nível marinho, que esteve a cerca de 140 metros abaixo nível atual, há cerca de 20-15 000 anos AP e a c. de 3 metros mais alto, há c. 7 de 000 anos AP. Assim, os mais antigos ocupantes da terra, hoje conhecidos, foram os índios caçadores-coletores Aymoré (SOARES DE SOUZA, G., 2000:229), falantes de uma língua integrante da grande família Macro-gê, que não construíam simples choupanas de varas, cipós (sarmentos) e palha, - e muito menos aldeias-, vivendo ao relento e escondendo-se acorados em baixo de árvores, em dias de chuva. Os numerosos grupos falantes desta família linguística Macro-gê são, por alguns, considerados remanescentes das primeiras levas humanas que cruzaram o estreito de Behring, vindos da Ásia às Américas, durante a glaciação do Würm. Os Índios Kaingang, integrantes desta mesma família linguística e que ainda hoje habitam o Sul Estado de São Paulo, nos deixaram vestígios líticos muito semelhantes a certos artefatos congêneres encontrados no Sul Baiano.

As ocupações locais mais recentes são representadas pelos horticultores Tupiguarani - grupos Tupinambá, da variante "*Tupinakya (Tupiniquim)*" (SOARES DE SOUZA, idem) -, possivelmente originados do México, em eras remotas, passando pela Amazônia e, depois, ao Maranhão, conforme tradição oral passada pelos Tupinambá da Bahia de Todos os Santos ao acima citado cronista português, no Sec. XVI. Plantavam roças de feijões, milho, abóboras, pimentas e a preciosa mandioca com a qual fabricavam diversos subprodutos, como a citada "*farinha de mandioca*", o versátil alimento de alto teor energético de alta durabilidade, ainda amplamente consumido e muito apreciado do Norte a Sul do país. Acredita-se que o domínio desta tecnologia de fabricação alimentar teria lhes permitido guerrear os Aimoré com o auxílio das suas canoas e estoques deste alimento não perecível, ocupando, assim, as terras litorâneas - ricos "*ecotonos*", onde eram fartos e variados os alimentos do mar, do rio, da praia, do céu e da mata -. Após a chegada destes novos grupos indígenas, os antigos ocupantes locais foram grandemente expulsos às matas do interior, a cerca de 30 km do mar. Apenas poucos núcleos das antigas populações remanesceram próximos ao litoral, como em Tapuia, um povoado próximo a Camamú, cidade ao Norte de Ilhéus; na tríplice fronteira dos estados da Bahia com Minas Gerais e Espírito Santo – a "*Serra dos Aimorés*"- e, até o início do século XX, na "*Lagoa do Guerém*", a atual "*Lagoa Encantada*", ao Norte do Município de Ilhéus. Ali, no entorno desta lagoa, havendo sido intensa a ocupação humana pré-colonial, não foi raro o achado casual de pedras de machados polidos em coriscos (meteoritos) ou pequenas pontas de flecha, talhadas em cristal de rocha transparente, sobre "*sambaquis (concheiros) sujos*" - aqueles com pouca densidade de restos marinhos e uma grande parte de material arenoso (cf. comunicação pessoal de CALDERÓN, V., em 1968)-.

No ano de 1536 chega à área de Ilhéus a comitiva de Francisco Romero, lugar-tenente de Jorge de Figueiredo Correa, escrivão da Corte de João III e donatário da "*Capitania de São Jorge*", que se localizava entre a foz do rio Jaguaripe, ao Sul da Baía de Todos os Santos (c. 300 Km) e, segundo alguns autores, até foz do rio Pardo, ao Norte da atual cidade de Canavieiras (c.70 Km ). Depois de algumas décadas de grande progresso, que elevou a população da Vila de São Jorge para 400 vizinhos - quando quatro igrejas eram ali construídas, simultaneamente, com a ajuda dos mansos Tupinakya locais, retornam os bravíssimos índios Aymoré, queimando engenhos situados às margens dos diversos rios que desaguavam nas proximidades da Vila de São Jorge. A população local de colonos europeus decresce, então, drasticamente (**vd. Figura 5.**).



Figura 5. Fragmento do Mapa do Litoral Brasileiro de João Teixeira Albernaz (o pai), indicando a localização da Aldeia dos Padres (Olivença, 1666). Fonte: ALBERNAZ, J.T. in ADONIAS, I., 1993.

No final do Século XVII, após a decadência da agroindústria canaveira nordestina, pelo sucesso do plantio da cana-de-açúcar no Caribe - este melhor ensolejado e mais próximo à Europa -, o governo colonial investe na conquista do interior do país, na busca do ouro. Jesuítas criam aldeias missionárias em diferentes pontos do litoral brasileiro, aldeando índios de diferentes etnias, visando a sua proteção e catequese. Estes índios, eventualmente, substituíram suas diferentes línguas nativas por um português rudimentar, como nos relata SPIX & MARTIUS (1981:175), referindo-se à aldeia de Olivença. Não apenas os antigos brasileiros do litoral logo adotaram o idioma lusitano, mas também os neo-brasileiros, que também adotam cerca de 10 000 termos do hoje extinto idioma Tupinambá.

Aires do Casal (1817, cit. in CAMPOS, 1981:197) descreve Olivença como uma “vila de índios”, “grande e populosa”. Tinha casas cobertas de telha e uma “magnífica” igreja de pedra, (vd. Figura 6). Uma referencia esparsa nos indica a presença, na igreja local, de ricas alfaias, um dia roubadas; ricos altares, “coros” e azulejaria portuguesa aposta às paredes do seu interior. Na fachada, voltada ao Norte, aparece uma portada central com umbrais adornados com cantarias

lavradas em arenito com a recorrente representação, neste século, de fitas entrelaçadas; alguns consideram a escolha deste motivo decorativo como uma alusão à serpente, antes adorada pelos índios. Sobre esta portada, está o emblema da Companhia de Jesus, em forma de sol, outra divindade dos antigos ocupantes da terra. A citada igreja é datada de 1699 e não se sabe se esta datação se refere ao início ou término da sua construção. Um mapa de João Teixeira Albernaz (o pai), contudo, já assinala a “Aldeia dos Padres”, no local, antes da sua morte, em 1666 (ADONIAS, I., 1993:196).



Figura 6. Panorama da Igreja de N. S. da Escada, Olivença, anos 1980. Fonte: IPAC - BA., 1981.

Um ano depois, em 1818, por aqui passam SPIX & MARTIUS, relatando a presença de 4000 “índios mansos”, descendentes dos Tupinakya, influenciados pela catequese jesuítica, que plantavam milho e mandioca na área. Em Olivença viviam 800 destes índios, já miscigenados com os vizinhos Guerém (ou Krem, Kraô, Acroá), do tronco Macrogê. Fabricavam contas de rosário de coco da palmeira piaçava, as exportando à capital, Salvador. Cordas e vassouras (“escovas”) de piaçava e esteiras, tingidas de vermelho e amarelo - segundo a tradução de PIRAJÁ DA SILVA (CAMPOS, 1981:197), com o endêmico pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), que oferece uma tintura avermelhada, e a fruta tatagiba (*Maclura tinctoria*), esta originada do

sertão. Tal referencia histórica nos permite deduzir eventuais deslocamentos dos antigos habitantes locais às partes mais interiores do país.

## ANEXO 1: O Sítio Estudado

Foram realizadas observações casuais e prospecções intencionais nos seguintes pontos, todos dentro de um círculo de aproximadamente 100 metros de raio.

**PONTO 1 (vd. Figura 7):** No fundo de uma pequena casa voltada à parede traseira da citada igreja, foi localizado um matacão praiano abandonado por mais de três séculos na meia encosta do morro (Peça OLD1).



**Figura 7.** Vista frontal da casa onde, nos fundos, está hoje enterrado o matacão de basalto. **Fonte:** Google Earth, 2016.

**PONTO 2 (vd. Figura 8):** No terreno de 250m<sup>2</sup> sito à rua Almerindo Sarmiento, N. 44, medindo 10m de frente e 25 de frente a fundo, com um desnível de cerca de quatro metros da frente ao fundo, foram localizados três principais pontos de concentração de vestígios, durante os trabalhos preparatórios para a construção de um pequena casa de taipa (<https://www.youtube.com/watch?v=hLXYPj-AEtQ>), hoje extinta e substituída por outra de alvenaria, com o mesmo tamanho e situação da anterior. A finalidade desta pequena construção era servir de sede para o pequeno e alternativo “Museu da Arte Rupestre”, servindo ao público escolar de segundo grau local e, eventualmente, às aulas de encerramento dos cursos de História da Arte (LTA-001) do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz (Peças OL).



Figura 8. Vista da rua Almerindo Sarmento, onde está o “Museu da Arte Rupestre (hoje desativado)”. Fonte: Google Earth, 2016.

PONTO 3 (vd. Figura 9): Atelier de artesanato, onde foi localizado num estoque de madeira para lenha colunelos do antigo coro desmontado da igreja local (Peça OM1).



Figura 9. Vista do atelier de artesanatos à rua Almerindo Sarmento. Fonte: Google Earth, 2016.

PONTO 4 (vd. Figura 10, Google Earth, 2016): Localizados uma soleira (ou peitoril) lavrado em arenito calcífero praiano e outros artefatos líticos em rochas exógenas. (Peças OCS).



.Figura 10. Vista do imóvel no lado do poente da igreja. Fonte: Google Earth, 2016.

## ANEXO 2- Estudo das Peças Observadas

OM1: Colunelo de madeira muito pesada resgatada do antigo coro desmontado da igreja local (vd. Figura 11). Mede 960 mm. no comprimento e 96mm. na sua parte mais larga, pintado com tinta à base de água, hoje aparentando uma pátina de cor cinza-azulada em tom claro. Esta peça está hoje exposta no Museu-Vitrine das Artes Visuais do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus.



Figura 11. Colunelo Barroco do coro desmontado da Igreja. Fonte:Fotografia de Álvaro Coelho.

OLD1: Matacão com cerca de 90x40x40cm, de rocha de cor negra, com grão muito fino, parecendo ser constituído do basalto ali recorrente. O seu extremo peso, ou a constatação da sua pouca necessidade nas obras da construção da igreja local, fizeram com que o mesmo fosse ali abandonado, estando hoje soterrado a uns dois metros de profundidade, numa ampliação aos fundos de uma pequena construção residencial, na rua ao fundo da igreja.

OCS1: Fragmento da soleira ou peitoril da sacristia da banda Oeste, hoje demolida, da citada igreja (vd. Figura 12). Lavrado em arenito calcífero retirado de uma jazida praiana, no “Porto da Lancha”, este a poucos kilometros ao Norte da aglomeração. Fala-se de vestígios das marcas do corte das lousas usadas na construção da igreja, naquele local sem, contudo, haver sido

confirmada esta informação. Foi encontrada escorando a porta de um casebre arruinado num terreno baldio em frente ao bloco demolido para a passagem da “Estrada da Sapucaieira (a rua Almerindo Sarmiento, nos seus primeiros metros)”.



Figura 12. Soleira ou peitoril de envasadura da citada igreja. Fonte:Foto Ed Ferreira

**OL28:** Polidor em rocha calcária sedimentar exógena à área estudada ( muitos dos artefatos seguintes são trabalhados em rochas exógenas e de jazidas distantes). Aparecem ranhuras estriadas como se houvesse sido usada para o atrito de areia sobre algum material. Medida longitudinal (ML)=130mm. Quadrícula 5.( Fila superior da foto acima, peça 1 da esquerda à direita).

**OL1:** Cavador com três picotes no gume. Quadrícula Lote 44 N. 135. ML=105mm. (fila 1, peça 2).

**OL11(P5):** Cavador com três picotes no gume. ML=110mm. (f1p3).

**OL22:** Cavador longitudinal. Q156. ML= 90mm. (f1p4).

**OL40:** Cavador longitudinal. Q154. ML= 90mm. (f1p5).

**OL18:** Raspador com gume com marcas de uso. Q 33).ML= 140mm. (f2p1).

**OLCS9:** Fragmento de cortador, possivelmente parte do OL(CS)24. ML= 60mm.(f2p2).

**OL(CS)24:** Fragmento de cortador. Possivelmente parte do OL(CS)9. ML= 110mm. (f2p3).

**OL45:** Cavador longitudinal. Q163. ML=97mm. (f2p5).

**OL17:** Raspador com marcas de uso. Q134. ML=135mm. (f3p1).

**OL14:** Cavador com três picotes. Q123.ML=125mm. Q123. ML=125. (f3p2)

**OL16:** Cavador alongado. Q4. ML=107. (f3p4).

**OL2:** Cavador alongado. Q183. ML= 100. (f3p4).

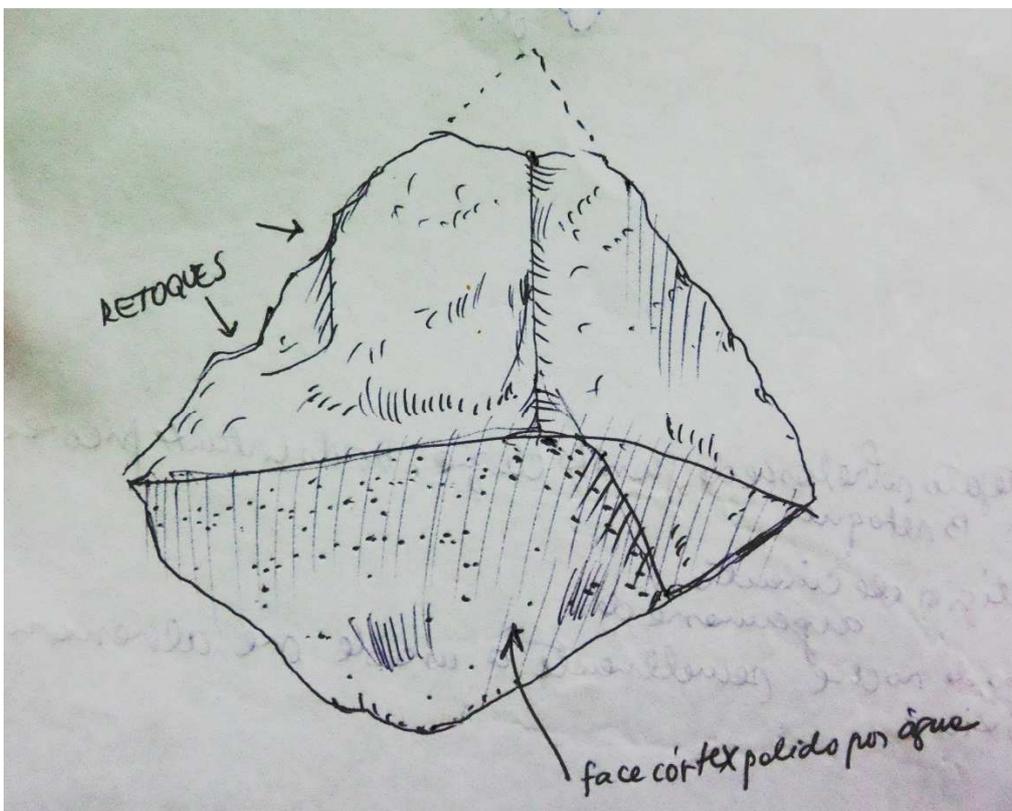
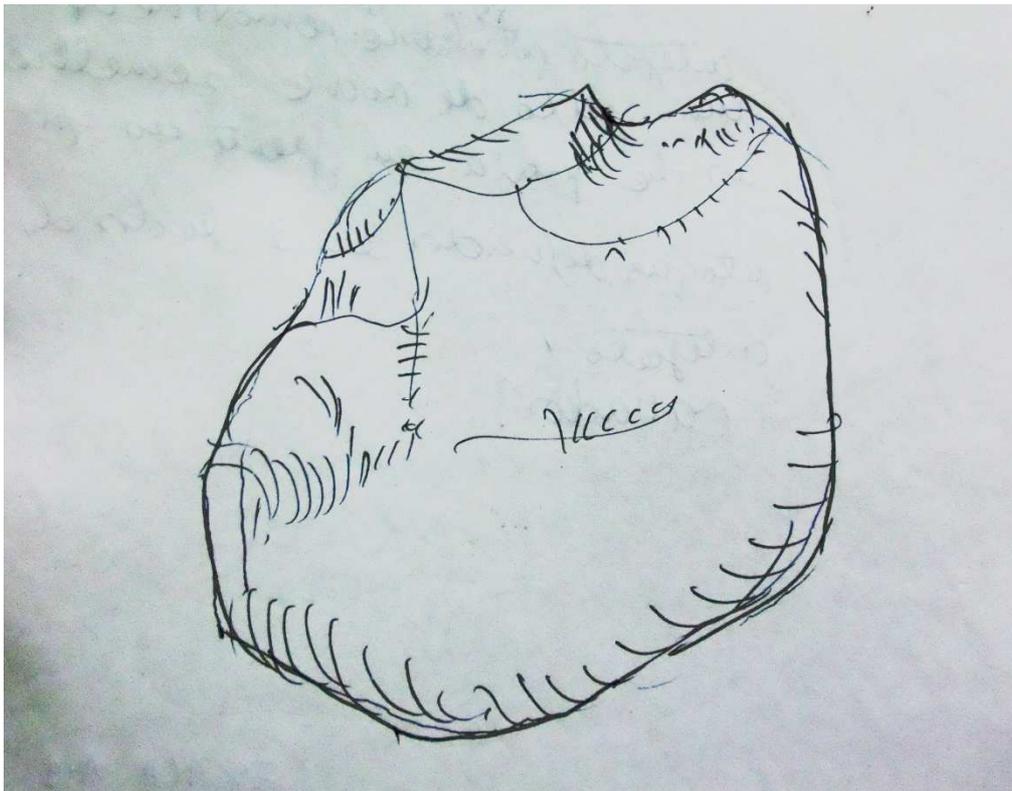
**OL5:** Fragmento de cavador encabado (?). Marca de um possível rebaixo e aleta para amarração. Q113. ML= 85mm. (f4p1).

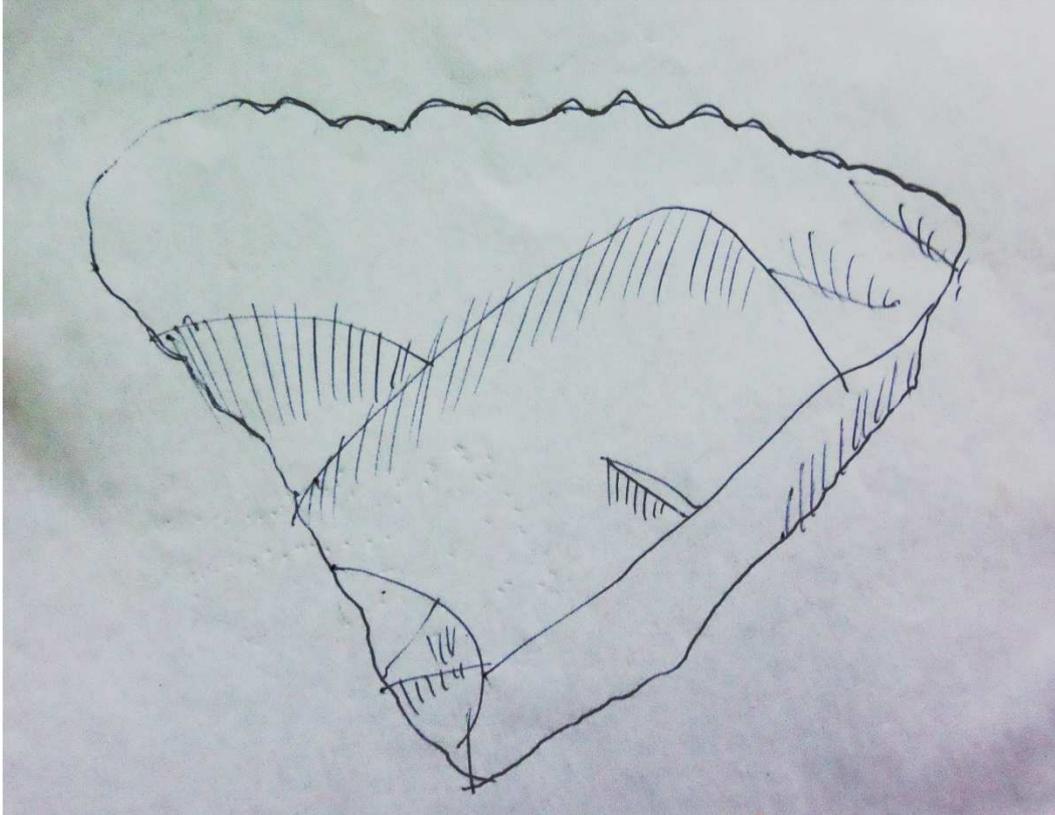
**OLCS13:** Fragmento de cortador (possivelmente encabado, com rebaixo para amarração). ML= 110. (f4p2).

**OL30:** Fragmento de cavador (?). ML=80. Q25. (f4p3).



ANEXO 3: Croquis de Peçasnã Fotografadas (ESC. 1:1)





## 6. Conclusões

Conforme exposto, as breves informações aqui apresentadas apenas nos convidam à busca de outras evidências mais numerosas, variadas e consistentes, permitindo interpretações mais acuradas sobre a cultura dos antigos ocupantes da terra, antes e depois do período histórico. Contudo, pode-se vislumbrar pela amostragem observada:

A força do trabalho coletivo indígena, comandado pelos padres da Companhia de Jesus, levando ao alto, da praia adjacente, as pedras usadas na construção da igreja.

Pode-se atestar a intensa atividade agrícola local, com os artefatos diversos passíveis de serem usados na escavação da terra, plantio e colheita de vegetais.

Um artefato polido - em rocha exógena (como todas demais observadas) -, passível de uso no amaciamento do couro de mamíferos de porte.

Artefatos com marcas de uso, com reentrâncias semilunares passíveis de uso no descorticamento de varas de pequeno diâmetro.

Elementos pontiagudos assemelhando-se a furadores, com suas pontas quebradas ou desgastadas.

O fragmento de soleira de porta (ou peitoril de janela) reafirma a existência de uma ala Oeste, possivelmente usada como sacristia alternativa da citada igreja.

O colunelo torneado em e madeira muito pesada, ainda não identificada a espécie vegetal na qual foi torneada, em estilo barroco, serve de modelo para uma eventual restauração científica desta igreja simples, mas imponente que tem, hoje, as cantarias do portal frontal pintado com tinta à base de resina sintética e alumínio, um sacrilégio à genuinidade destes elementos escultóricos.

As cascas de berbigão descartadas em profusão na parte central da banda Norte do lote OL atestam a eventual necessidade de alimento alternativo, por algum ocupante da área onde foi lançado.

Um minúsculo fragmento de osso humano, com cerca de dois centímetros de comprimento poderia atestar algum enterramento doméstico no local.

E por fim, sem que seja o menos importante, um pequeno fragmento de azulejo português, esmaltado em azul, branco e amarelo, semelhante aos existentes em profusão nas paredes interiores de muitas igrejas setecentistas na primeira Capital do Brasil Português, a Cidade do Salvador.

## Bibliografia Citada

AB'SABER, A.N. – **Os Domínios de Natureza no Brasil -0 Potencialidades Paisagísticas**. 6ª Ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

ADONIAS, I.- **MAPA. Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Ed. Fundação Emílio Odebrecht, Rio de Janeiro, 1993.

ARAÍ, M.- **A Grande Elevação Eustática do Mioceno e sua Influência no Grupo Barreiras**. Geologia USP, Série Científica, São Paulo, V.6, N.2, 2006.

BIGARELLA, J.J.- **The Barreiras Group in Northeastern Brazil**. In Acad. Bras. C.47 (suplemento), pp. 366-392, 1975.

CALDERÓN, V.- **Aula privada no Laboratório de Arqueologia da FCH/UFBA**. Canela, Salvador, 1968.

CAMPOS, J.B da S.- **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro, Ed. MEC, 1981.

CASTRO E ALMEIDA. **Inventário**. 1918, v. 10.

DIAS, M.H.- **Comunicação pessoal ao autor**. out. 2016.

GOMES, R.P. **Fruticultura Brasileira**. São Paulo, Nobel. 2000. ISBN 852130126x.

IPAC Ba- **Inventário de Proteção ao Acervo Cultural**. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1988.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. 1945.

SENA, N.C.; MOREAU, A.M. S. dos S.; MOREAU, M.S. - **A Compartimentação Geomorfológica para a Análise da Paisagem. Estudo de Caso no Município de Ilhéus, Bahia - Brasil**. in <observatoriogeograficoamericalatina.org.mx.egal14procesosambientales>.

SOARES DE SOUZA, G.- **Tratado Descritivo do Brasil**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. Itatiaia, 2000.

SPIX, J. B. von & MARTIUS, C.F.P.von - **Viagem pelo Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1981. 3 vols.

Trabalho dedicado a S.L. de O. Mattos, I. Carvalho e E.P. Ferreira.

**O MODELO SOCIOCOGNITIVO DA CARREIRA REFLEXÕES E  
IMPLICAÇÕES NA SUA IMPLEMENTAÇÃO JUNTO DAS  
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ANGOLANO: POLITICAS  
PÚBLICAS SOBRE O SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR EM  
ANGOLA**

Ana Paula Elias

Ministério do Ensino Superior de Angola  
Luanda - Angola  
[paula13\\_9@hotmail.com](mailto:paula13_9@hotmail.com)

# O Modelo Sociocognitivo da Carreira Reflexões e Implicações na sua Implementação junto das Instituições de Ensino Superior Angolano: Políticas Públicas sobre o Subsistema do Ensino Superior em Angola

Ana Paula Elias

## Historial do artigo:

Recebido a 15 de julho de 2016

Revisto a 02 de setembro de 2016

Aceite a 30 de setembro de 2016

## RESUMO

Tomando como referencial teórico, o modelo sociocognitivo de Lent, Brown e Hackett (1994); Lent (2004); Lent e Brown, (2006b); Lent, Taveira, Sheu e Syngley (2009) o processo de adaptação ao ambiente do ensino superior deve ser conceptualizado a partir de um quadro de referência unificador dos conceitos de bem-estar, a perspetiva temporal, o autoconceito e o ajustamento académico (janeiro, 2011).

No que concerne aos domínios específicos da vida (a satisfação e o funcionamento registrados em ambientes de trabalho, escolar e profissional), a teoria sociocognitiva da carreira é tida como uma teoria explicativa, não descreve apenas, mas também explica as causas que originam a satisfação académica. isto é uma perspetiva que explicita o comportamento psicossocial do individuo, quer a partir de variáveis sociais e cognitivas, quer levando em atenção variáveis da personalidade, como a disposição afetiva para explicar a satisfação ou bem-estar com a vida académica e profissional e a satisfação com a vida em geral (Lent & Brown, 2006, 2008; Betz, 2008; Singley, Lent & Sheu, 2010).

Urge a necessidade da reestruturação do subsistema do ensino superior angolano, para que se torne um investimento de qualidade, com mais eficiência e eficácia, permitindo que os alunos desenvolvam capacidades, conhecimentos e valores, que se reflitam na formação académica e, conseqüentemente, no desenvolvimento da carreira. a presente proposta visa analisar o novo rumo e dinâmica do ensino superior angolano. assiste-se à implementação de estratégias que estimulem o ritmo da qualidade do ensino superior, com base nas normas estabelecidas no plano nacional de desenvolvimento 2013-2017, com prioridade do plano nacional de formação de quadros. os vários sectores públicos têm envidado esforços, e dão resposta continuada à procura de melhorias e da qualidade de ensino superior em angola.

**Palavras– Chave:** O Modelo Sociocognitivo, Adaptação ao Ensino Superior, Qualidade de Ensino, Sucesso Académico, Expansão.

## ABSTRACT

Taking as a theoretical reference, social cognitive model of Lent, Brown and Hackett (1994); Lent (2004); Lent and Brown (2006b); Lent, Taveira, Sheu and Syngley(2009) the process of adaptation to the higher education environment should be conceptualized from a frame of

reference of the unifying concepts of well-being, taking into account the relationship between the attitudes of some of his career and psychological determinants such as self-esteem, temporal perspective, the self-concept and academic adjustment (January, 2011). As refer to specific life domains (satisfaction and registered in operation in workplaces, educational and professional), the socio-cognitive career theory is taken as an explanatory theory, but also explains the causes that originate satisfaction academic. This is a perspective that explains the social behavior of the individual, either from social and cognitive variables, either taking into account personality variables, as affective disposition to explain the satisfaction or well-being with the academic and professional life and satisfaction with life in general (Lent & Brown, 2006, 2008; Betz, 2008; Singley, Sheu & Lent, 2010). There is an urgent need for restructuring of the Angolan higher education subsystem, so that it becomes an investment quality, with greater efficiency and effectiveness, allowed students to develop skills, knowledge, abilities, and values, that reflects positively on their education and consequently in career development. This proposal seeks to analyze the new road and dynamics of Angolan higher education. The implementation of strategies that stimulate the pace increasing and improving the quality of higher education, based on standards established under the national development plan 2013-2017, which highlights the priority of the national plan for teacher training. However, various sectors public has made efforts, and give response to continued improvement of demand and quality of higher education in Angola.

**Key-Words:** The Social Cognitive Model, Adaptation to Higher Education, Teaching Quality, Academic Success, Expansion.

## 1. Introdução

Diferentes estudos têm evidenciado o impacto no domínio dos serviços de orientação de carreira, embora com finalidades um pouco distintas, tanto a Psicologia Vocacional, como a Psicologia das Organizações, (FERREIRA, ALMEIDA, & SOARES, 2001; TAVEIRA, 2002; MORENO, 2002). Assim o ajustamento académico ou de carreira no ensino superior é descrito na literatura como um processo complexo e multidimensional (BAKER & SIRYK, 1986; FERREIRA, 1991), o que vem influenciar a adaptação dos estudantes ao ensino superior (TAVEIRA, 2002; MORENO, 2002). A análise dos principais marcos da história recente da Psicologia Vocacional torna possível reconhecer a transformação dos conceitos de educação e de trabalho, pelo que, a universidade precisa de prestar maior atenção aos estudantes durante a frequência no ensino superior, por forma a prepará-los para novos papéis e novos desafios o que por sua vez, vem facilitar na sua adaptação (ELIAS & TAVEIRA, 2011). No domínio da carreira, a perspectiva sociocognitiva tem sido desenvolvida por Lent e colaboradores. Estes propuseram, três modelos interligados que explicam: (a) a formação dos interesses de carreira, (b) as escolhas vocacionais e (c) o desempenho escolar e profissional. Tais modelos têm influência significativa no estudo e promoção do desenvolvimento da carreira, focando-se no papel das variáveis pessoais (eg., autoeficácia, género), contextuais (eg., suporte social) e comportamentais (eg., implementação de objetivos), que influenciam o desenvolvimento académico e profissional dos indivíduos (BETZ, 2008; LENT, 2005).

A teoria sociocognitiva centra-se na capacidade autorregulatória de aprender e de desenvolver as estratégias adaptativas para lidar com as divergências pessoais, contextuais e situacionais; enfatiza ainda o papel da escola como meio privilegiado do desenvolvimento vocacional (THORESEN, KAPLAN, WARREN & CHERMONT, 2003; BETZ, 2008). Assim, segundo Taveira

(2002), tendo por foco a responsabilidade de desenvolvimento durante as fases de frequência no ensino secundário, constata-se muitas vezes, que o aluno após o ingresso numa instituição universitária, apresenta fraco desempenho escolar, o que supostamente fica a dever-se a falta preparação anterior bem como a insuficiência de apoio dos serviços de orientação vocacional. Motivos marcantes, que podem influenciar no fraco desempenho dos mesmos, particularmente em algumas áreas do saber (eg., matemática, física e química) porém, tal situação muitas vezes, poderá afetar o autoconceito, muito embora de forma setorial, ou seja, apesar de os alunos perceberem insucesso em certas áreas do saber, como por exemplo, as mencionadas acima, também podem apresentar um bom autoconceito geral. Para Teixeira (2008), esta perspetiva teórica assenta nos fundamentos de bem-estar dos alunos, (eg., o empenho por parte dos docentes, a forma como criam e desenvolvem os programas escolares e as atividades de investigação científica), a forma como os alunos valorizam ou desvalorizam muitas vezes vivências positivas. Com base nesses resultados, Moreno (2002) salienta, que o sucesso na transição para a universidade, tem as suas raízes antes mesmo da entrada numa instituição de ensino superior, remetendo para um percurso longitudinal da carreira, em que as etapas de vida escolar e profissional anterior contribuem, positiva ou negativamente, para etapas futuras.

Nessa medida seguiu-se um quarto modelo mais recente, o modelo de ajustamento e bem-estar sob condições normativas de vida, e, neste âmbito, tem vindo a ser produzida investigação neste domínio. Este modelo propõe uma abordagem unificadora da satisfação com a vida em geral e da satisfação em domínios específicos da vida, dos quais se destaca o domínio académico, a vivência no ensino superior, e o domínio profissional (LENT & BROWN, 2006a). Segundo os autores, nota-se ainda, que as ações, objetivos académicos e de carreira são influenciados pelos interesses, pelas expectativas de autoeficácia e pelas expectativas de resultados (LENT & BROWN, 2006a; BETZ & HACKETT, 2006).

A autoeficácia e as expectativas de resultado são aqui consideradas duas dimensões basilares do desenvolvimento da carreira, identificadas como sendo hipoteticamente derivadas de experiências pessoais ilustrativas, de como as pessoas influenciam e são influenciadas para certas situações, por exemplo, os estados afetivos, experiências mediadas socialmente “encorajamento, pensamentos, comportamentos” (LENT, BROWN & LARKIN, 1984; SUPER, SAVICKAS & SUPER, 1996).

Os autores adiantam igualmente, ser concebida neste domínio duas variáveis compósitas uma denominada Crença de autoeficácia, num domínio específico de vida, subdividida em (a) autoeficácia em tarefas académicas básicas; (b) autoeficácia para lidar com barreiras e desafios académicos específicos e a variável compósita denominada ajustamento percebido, inclui (a) a satisfação académica; (b) o ajustamento académico global percebido e (c) o stress percebido (Elias, 2013).

## 2. Metas para implementação da teoria sociocognitiva da carreira junto das instituições de ensino superior em Angola

Partindo da revisão da literatura relativamente ao ajustamento académico, na qual se identificam algumas dificuldades dos estudantes em gerir as estratégias de conflitualidade tanto de forma individual ou grupal, a relação da própria identidade com as representações sociais, vem confirmar, que é na transição do ensino secundário para o Ensino Superior, que se regista uma maior incidência de problemas de adaptação, bem como do rendimento escolar nas

instituições particularmente, ao longo da frequência do 1º ano (ALMEIDA, FERNANDES, SOARES, VASCONCELOS & FREITAS, 2003). A investigação nesta linha, tem mostrado que as questões académicas (eg., alterações no sistema de ensino, métodos de avaliação, participação nas aulas e métodos de estudo), as questões sociais (eg., separação da família e dos amigos, novas amizades), pessoais (eg., consolidação da identidade, maior autonomia, definição de valores), e vocacionais (e.g., definição de planos e objetivos vocacionais, construção e implementação de projetos de vida) são alguns dos desafios com que o estudante do ensino superior se depara (ALMEIDA, SOARES & FERREIRA, 1999; FERREIRA & HOOD, 1990; KENNY & DONALDSON, 1992; ALMEIDA et al, 2003). Pelo que, devem ser programados métodos direcionados para o apoio do processo de desenvolvimento global do estudante, durante os primeiros anos de adaptação ao ensino superior, tais como o suporte emocional, diferenças culturais. Assim, dever-se-á considerar os efeitos do modelo sociocognitivo de Lent (2004), Lent, Taveira, Sheu e Singley (2009) na estrutura de tarefas sobre a aprendizagem e comportamento dos indivíduos. Trata-se igualmente de um modelo adequado para estudar o ajustamento académico, conforme já analisado em vários estudos (ELIAS, 2013; LENT, 2004; LENT, TAVEIRA, SHEU & SINGLEY, 2009). Esta teoria sociocognitiva para além de ser explicativa também explicita as causas que estão na origem da satisfação académica e influencia o desenvolvimento académico e profissional dos indivíduos, procurando desta forma identificar outros fatores importantes do bem-estar (e.g., os sentimentos de autoeficácia, as emoções, a perceção de alcance de objetivos) e finalmente avalia as fontes de autoeficácia para atividades ocupacionais diversas (LENT et al., 2009).

A teoria sociocognitiva da carreira disponibiliza ainda uma abordagem convergente para um só fim, ligada ao bem-estar, onde são considerados não só os sentimentos, também as impressões, as opiniões individuais, assim como o ajustamento psicossocial. Tem sido ainda testado de forma sistemática, tanto no contexto académico, como no contexto profissional e, mais recentemente, no próprio contexto de aconselhamento de carreira. (Lent & Brown, 2006a).

Pelo que a universidade deve ser vista como um lugar promotor do desenvolvimento vocacional e mais global dos estudantes, que possa facilitar a integração de novos conhecimentos, de maior segurança e, conseqüentemente, uma melhor preparação para a vida adulta, e assim, detetar dificuldades de vária ordem, algumas delas relacionadas com a confrontação das expectativas pessoais, com as diferenças culturais e com a realidade do meio em que o indivíduo está inserido (SBARDELINI, 1999; CARMO & POLYDORO, 2010).

Neste sentido, os esforços e contributos empreendidos pelo Ministério do Ensino Superior de Angola tem sido determinantes nas linhas de orientação definidas e postuladas na Constituição da República de Angola 2010, bem como do Plano Nacional de Desenvolvimento “Angola 2025”, Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo 2013-2017 e Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) 2013-2020. Documento onde se elevada, a pertinência da necessidade de se criar novas estratégias, tendentes ao processo de ajustamento académico e orientação da carreira á nível de todas as estruturas do ensino secundário, e, particularmente no ensino superior, podendo ao mesmo tempo fazer-se um acompanhamento mais direcionado na transição dos estudantes do ensino secundário para o ensino superior, por conseguinte para o mercado de trabalho.

É nesta ótica que se tem testemunhado maior atenção e prioridade, dedicada pelo Executivo do Ministério do Ensino Superior, particularmente em criar políticas para efetivar esses serviços, com o principal objetivo de assegurar o empenho e bem-estar dos estudantes, o que por sua vez, contribuí na melhoria permanente da qualidade de ensino, para o bom ambiente académico para a organização e gestão da formação e no incentivo à investigação científica a todos os níveis.

Em jeito de síntese, foram aprovados pelo Governo Angolano em 2005 as “Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema de Ensino Superior” e respetivo Plano de Implementação. A partir deste pressuposto, foram surgindo inovações e crescimento no Subsistema do Ensino superior em Angola, conseqüentemente surge á reestruturação do Órgão de Tutela, logo, é produzida nova legislação e regulamentação de base o Decreto 90/09, de 15 de Dezembro, que estabelece as Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior, o Decreto 05/09, de 07 de Abril, que cria as Regiões Académicas e o Decreto 07/09, de 12 de Maio, que reorganiza a Rede de IES, cria novas IES públicas e redimensiona a Universidade Agostinho Neto (UAN), única universidade pública do País na altura, encarregue de gerir todas as políticas relacionadas com o Ensino Superior. Além disso, é aprovado o Estatuto Orgânico da Secretaria de Estado para o Ensino Superior, seguindo-se o do Ministério do Ensino Superior da Ciência e Tecnologia e posteriormente o Estatuto do Ministério do Ensino Superior, através (Decreto-lei nº2/2009; Decreto Presidencial nº 70/2010 de 19 de Maio; & Decreto Presidencial nº 233/2012 de 4 de Dezembro).

É de salientar, que a segunda estrutura resulta da junção de duas Instituições, nomeadamente Ministério da Ciência e Tecnologia e Secretaria do Estado para o Ensino Superior. A estrutura orgânica dos referidos Decretos, concretamente os Serviços Executivos Centrais, incluíram inicialmente a Direção Nacional de Orientação Profissional e Apoio aos Estudantes (DNOAPE), já no novo Estatuto do Ministério do Ensino Superior aprovado pelo Decreto Presidencial nº 233 de 4 de Dezembro, esta Direção passou à designação de Direção Nacional de Acesso, Orientação Profissional e Apoio aos Estudantes (DNAOPAE), sendo esta encarregue na orientação e acompanhamento dos estudantes, apoiando-os na sua inserção no ensino superior, bem como na integração profissional. Dentre as várias obrigações, a DNAOPAE, tem por missão também promover a interação dos estudantes no mercado de trabalho. Podemos assim prever, de acordo com a teoria sociocognitiva da carreira, as condições de acesso podem afetar direta ou indiretamente as escolhas pessoais, a progressão e a implementação dos objetivos, se incluem as variáveis contextuais, os objetivos e as ações, transformando os interesses pessoais em objetivos e os objetivos em ações (*Lent, Brow, & Hackett, 1994*).

Relativamente à criação das Regiões Académicas em Angola, veio facilitar a distribuição dos planos curriculares por todo território, diversificando desta forma a oferta de cursos e, aumentando a oferta de opções, o que de certa forma, vai de encontro às vocações, motivações e ambições dos jovens. Do mesmo modo importa ressaltar, foi pertinente a reestruturação dessas regiões académicas, numa perspetiva de desenvolvimento das IES. Isto porque, esta estratégia permitiu igualmente a criação de cursos que tenham em conta as particularidades económicas, culturais e climatéricas de cada território ou região de Angola.

Partindo deste pressuposto e por formas a direcionar melhor os estudantes, elevando o nível de sucesso escolar junto das instituições de ensino, e, ainda de acordo com o modelo sociocognitivo já estudado numa amostra de estudantes angolanos Elias (2011, 2012, 2013), torna-se prioritário propor junto do Órgão da tutela e demais IES públicas e privadas, a criação de gabinetes de apoio/orientação e serviço de aconselhamento carreira, com objetivo de facilitar a promoção e planeamento da carreira, no suporte da vivência, reorientação, e resolução de outras questões ou problemas pessoais (e.g., familiares e relacionais, dificuldades em áreas nucleares de construção de identidade). Poderá também facilitar, de igual forma o individuo, na aprendizagem de competências, interesses, crenças, valores e hábitos de trabalho, que permitam a construção de uma vida socialmente satisfatória, num contexto sociocultural dinâmico e profissional, (LEITÃO & PAIXÃO, 2008).

Esses autores são mais concretos nas suas definições, e salientam ainda, durante a transição para a vida adulta e inserção no mercado de trabalho, período considerado pelo aluno como crítico, caracterizado pela falta de expectativas, pelo interesse crescente da preparação do papel profissional, por desejo de obter futuramente um emprego, necessitando por isso, um acompanhamento mais direcionado de especialistas, contribuindo para o seu sucesso.

No estudo de Elias et al., (2012) e Elias (2013), foi testado o ajustamento académico de estudantes a partir do modelo sociocognitivo da carreira, este se cingiu ao processo de adaptação dos estudantes angolanos durante a frequência no Ensino Superior. Adotou-se a teoria sociocognitiva da carreira, por ser a mais indicada para estudar o ajustamento académico, é explicativa e muito explícita descreve as principais causas que estão na origem da satisfação académica, também por se tratar de um modelo que têm tido, influência significativa no estudo e promoção do desenvolvimento da carreira. O mesmo estudo contribuiu ainda, para a compreensão dos processos de adaptação académica dos alunos do ensino superior em Angola, a partir dessa mesma perspetiva. Foi por isso testado o modelo sociocognitivo de Lent (2004), adaptado por Taveira e Lent (2004) tendo sido também testado em estudantes Portugueses (LENT et al., 2009).

Assim por forma a adaptar o modelo à amostra de estudantes angolanos, foi efetuada uma análise fatorial exploratória (AFE), através do software SPSS versão 18 e 19, onde foram analisadas as diferenças do ajustamento académico em função do sexo, etnia, ano escolar, especialidade académica e instituição de ensino superior. Seguidamente a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) pelo Software AMOS versão 18, destinou-se a avaliar o modelo estrutural no contexto cultural angolano. Após a análise feita, constatou-se que o ajuste do modelo aos dados foi satisfatório (ELIAS, 2012, 2013).

Os resultados desse estudo confirmam ainda, que os dados obtidos em contexto académico angolano vão de certa forma, ao encontro do modelo normativo de bem-estar (TAVEIRA & LENT, 2004) evidenciando que se trata de uma perspetiva teórica importante que pode contribuir para explicar a satisfação académica e a satisfação com a vida em geral dos estudantes do ensino superior angolano.

É importante salientar que à medida que se progride nesta hierarquia de intervenções, aumenta o grau de necessidade. Neste sentido, atendo às dificuldades que os estudantes angolanos enfrentam na entrada para o ensino superior e na adaptação durante a sua estadia na universidade, urge a necessidade de se perspetivara criação de gabinetes de apoio e orientação da carreira, a nível, das instituições de ensino superior, por forma a permitir: (a) ajuda aos estudantes assim como os docentes, a compreenderem novos aspetos relacionados com o processo de adaptação académica dos alunos do ensino superior, a partir de uma perspetiva sociocognitiva da carreira, conforme o modelo de (LENT, 2004; LENT ET AL. 2009); (b) levar em atenção este apoio para que os estudantes conheçam melhor e de forma mais ampla a problemática do modelo sociocognitivo e o impacto deste na sua vida profissional; (c) a utilidade e aplicação da informação relativa ao modelo, por forma a melhorarem as ações interventivas no ajustamento académico dos estudantes angolanos, nomeadamente no que concerne ao apoio em geral e aos serviços de carreira. Mas para tal, é importante contar com o apoio psicopedagógico dos professores, colegas e familiares na implementação de programas de desenvolvimento pessoal e interpessoal, (e.g., a organização do trabalho pessoal, autonomia em relação a gestão do tempo, aprendizagem para lidar com a ansiedade fase aos exames, entre outros).

Por sua vez, poderá ainda ajudar no processo de ambientação, e, ao mesmo tempo contribuir para diminuição do insucesso escolar, adaptando-se a novos currículos, métodos e à instituição de ensino (LEITÃO & PAIXÃO, 2008), pois na perspectiva de Taveira (2009); Taveira e Moreno (2010), nas intervenções de apoio ao nível da gestão de carreira, exige-se um maior grau de formação, especialização e competência, por parte dos profissionais que as realizam.

### 3. Políticas públicas sobre o subsistema do ensino superior

Conforme já referido, a universidade constitui um lugar facilitador do desenvolvimento integral do estudante, promovendo a interação do mesmo com o meio ambiente académico. Neste sentido, caso os estudantes se inteirem de forma antecipada e pormenorizada os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano, próprios do ensino superior, poder-se-á permitir-lhes agir de modo mais esclarecido e darem melhores respostas segundo seus objetivos (CUERVO & CORELLAN, 1998; SBARDELINI, 1999; CARMO & POLYDORO, 2010). A universidade pode ainda, constituir um lugar que contribui para o crescimento dos seus alunos e da comunidade envolvente (e.g., familiares amigos, entidades não governamentais) dando desta forma, respostas aos desafios com que este nível de ensino se depara.

O historial do Ensino Superior (ES) em Angola, remonta aos anos 60 do século XX. Nesta altura, o contexto político em que o país se encontrava era totalmente diferente, visto que Angola estava ainda sob o jugo colonial, condição que se refletia em todos os processos que tinha lugar no espaço territorial angolano, atribuindo-lhes características próprias, sempre associadas à visão política e governativa do Colonizador, não sendo o ensino superior exceção nesta matéria. Assim sendo, o ES, à semelhança dos outros níveis de ensino surge fundamentalmente no sentido de responder às necessidades duma minoria privilegiada e, não propriamente para resolver a questão da formação das populações locais. Todavia, foi neste contexto, que surgiram inicialmente os designados Centros de Estudos Universitários (1962) e, posteriormente, a Universidade de Luanda (1968). Entretanto, logo após a Independência Nacional, em Novembro de 1975, o Governo angolano, com o intuito de reverter a situação, decidiu alargar a formação superior a todos os estratos da população sem exceção.

As primeiras reformas surgiram em 1976, nas quais a então Universidade de Luanda passou a designar-se Universidade de Angola e, posteriormente, em 1985, Universidade Agostinho Neto (UAN) em homenagem ao primeiro Presidente de Angola, Dr. António Agostinho Neto (SILVA & MENDES, 2011). No entanto, o projeto de modernização e expansão do ensino superior no país teve algum retrocesso devido aos vários condicionalismos e limitações impostos pela guerra civil que durou mais de duas décadas. Face a estas limitações e condicionalismos de toda ordem impostos pela guerra, as autoridades angolanas, viram-se forçadas a adaptar as condições do ensino superior às circunstâncias em que o país vivia. Assim, a Universidade Agostinho Neto como já acima referido, única universidade pública no país na época, passou a assumir um estatuto especial, tendo o monopólio absoluto do ensino a este nível, ao mesmo tempo que geria e executava todas as políticas públicas relacionadas com o ensino superior.

Apesar de depender metodologicamente do Ministério da Educação, a UAN assumiu um duplo papel, sendo por um lado a entidade reguladora das políticas de Estado para o ensino superior e, por outro, de Instituição universitária. Esta duplicação deveu-se, particularmente à ausência de um departamento específico para o Ensino Superior junto dos Órgãos Centrais, o que foi

posteriormente alterado com a criação da Direção para o Ensino Superior, dando posteriormente lugar à Secretaria de Estado para o Ensino Superior (SEES).

A partir da década de 90 surgem as primeiras iniciativas para alterar o quadro a nível do ensino superior em Angola. Pelo que, em 1992, com a autorização para a criação da Universidade Católica de Angola, iniciou-se o ciclo de privatizações do ensino superior, dando origem ao surgimento de mais universidades. Entretanto, este processo viria a conhecer uma nova interrupção com o retorno ao conflito armado logo após as eleições de 1992, atingindo desta feita as principais zonas urbanas do país.

Com efeito, foi aprovada pelo Conselho de Ministros a Resolução nº 4/2007, de 2 de Fevereiro, que estabelece as Linhas Mestras para Melhoria do Subsistema do Ensino Superior e o respetivo Plano de Implementação. O Plano de Implementação das Linhas Mestras, que é um documento elaborado pela Comissão Intersectorial para Elaboração do Plano de Ação (CISEPA), em 15 de Dezembro de 2006, teve impacto significativo na organização, estruturação e expansão das IES em Angola. Após sua aprovação, o Governo procurou dinamizar e desenvolver o Subsistema de Ensino Superior, tanto no plano político, como Económico, Sociocultural, Académico e Pedagógico. Esta fase de desenvolvimento do ensino universitário constitui uma etapa singular para a consolidação da sua autonomia e, de certo modo, estimula a clivagem com o período anterior, em que predominava a dependência de apenas uma Instituição universitária, bem como permite maior dinâmica e democratização das instituições de ensino público e privado em Angola.

#### 4.Síntese Expansão do Ensino Superior em Angola

A educação em Angola realiza-se, através de um sistema unificado, constituído por seis subsistemas, nomeadamente, de Educação Pré-escolar, Ensino Geral, Ensino Técnico-Profissional, Ensino de Professores, Educação de Adultos, e Ensino Superior (Lei nº 13/2001 de 31 de Dezembro).

Contudo, com a criação da Secretaria de Estado para o Ensino Superior em 2009, foram elaboradas novas políticas e dinâmicas na gestão de ensino superior em Angola.

Foi assim aprovado pelo Conselho de Ministros, o novo quadro jurídico-legal do Subsistema do Ensino Superior em Angola, passando a incorporar três novos instrumentos que constituem a base legal deste nível de ensino no país, nomeadamente: o Decreto nº 90/09, de 15 de Dezembro, que estabelece as Normas Gerais Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior; o Decreto nº 5/09, de 7 de Abril, que cria as Regiões Académicas, e o Decreto nº 7/09, 12 de Maio que estabelece a Reorganização da Rede, isto é, cria novas Instituições de Ensino Superior Públicas e Redimensiona a Universidade Agostinho Neto.

O Decreto 90/09, estabelece as Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior. Define os princípios específicos, o papel dos diferentes atores, os tipos de instituições de ensino superior e os princípios que pautam a organização e o funcionamento do Subsistema de Ensino Superior, nomeadamente: o Papel Reitor do Estado, a Autonomia das Instituições de Ensino Superior, a Liberdade Académica, a Gestão Democrática, a Qualidade de Serviços e o Equilíbrio da Rede de IES.

A Gestão Democrática traduz-se na participação de todos os atores que contribuem para melhoria da qualidade de ensino, tais como: docentes, discentes, pessoal administrativo e a sociedade civil. Pelo que, a Qualidade dos serviços das IES visa promover a investigação científica, técnica e cultural, de forma a valorizar a excelência, o mérito e a inovação no domínio do ensino, contribuindo, deste modo, para o crescimento e desenvolvimento do País.

O equilíbrio da rede de IES, deve estar em conformidade com o perfil determinado pela legislação aplicável dentro das perspetivas de desenvolvimento implementadas pelo Governo, para que, desta forma, possa assegurar o seu crescimento harmonioso e de forma organizada, não desviando do padrão principal (Decreto-Lei 90/2009). O decreto antecipa ainda a regulamentação de diversas matérias, como é o caso do Estatuto do Estudante do Ensino Superior. É de salientar que, já está em carteira do Executivo do MES, o novo anteprojeto do Decreto Presidencial, que virá revogar o Decreto acima referenciado.

Decreto nº 5/09, de 7 de Abril, estabelece as Regiões Académicas como instrumento que delimita o âmbito territorial de atuação e expansão das Instituições de Ensino Superior; regula a absorção de todas as iniciativas de expansão da rede de instituições de Ensino Superior, bem como estabelece o âmbito territorial de cada tipo de IES, podendo ser regional ou provincial.

O âmbito territorial de cada instituição de ensino superior é definido no diploma da sua criação, não sendo permitida a sua expansão fora destes limites. A nível regional exige-se o estabelecimento em todas as províncias pertencentes à respetiva região académica, enquanto no âmbito provincial estão autorizadas a desenvolver a sua atividade na província em que foi permitido o seu funcionamento. Consta-se, porém, no que se refere às Regiões Académicas, que mesmo sendo de âmbito provincial, a IES podem desenvolver atividades em outras províncias do país independentemente dos seus objetivos e fins específicos.

As Instituições de Ensino Superior em Angola inicialmente encontravam-se distribuídas por sete regiões académicas, passando muito recentemente para oito regiões com a criação de mais uma universidade, nomeadamente:

4.1. Região Académica I, correspondente a Universidade Agostinho Neto e abrange as províncias de Luanda e Bengo. Tem sede em Luanda, incorporando um total de dezasseis Instituições;

4.2. Região Académica II – Universidade Katyavala Buila, situada na província de Benguela e Kuanza Sul, tem a sua sede em Benguela e incorpora um total de seis instituições;

4.3. Região Académica III - Universidade 11 de Novembro, nas províncias de Cabinda e Zaire, com sede em Cabinda e um total de seis Instituições;

4.4. Região Académica IV – Universidade Lueji A`Nkonde, nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Malange, com sede na Lunda-Norte e um total de onze Instituições;

4.5. Região Académica V - Universidade José Eduardo dos Santos, localizada nas províncias do Huambo, Bié e Moxico, com sede no Huambo e incorpora 10 Instituições;

4.6. Região Académica VI – Universidade Mandume Ya Ndemofayo nas províncias da Huíla, Namibe, Cunene, e Kuando-Kubango, com sede na província da Huíla e um total de dez Instituições;

4.7. Região Académica VII- Universidade Kimpa Vita, nas províncias do Uíge e Kuanza-Norte, com sede na província do Uíge, num total de sete Instituições;

4.8. Região Académica VIII – Universidade Cuito Cwanavale, nas províncias do Kuando Kubango e Cunene, com sede na província do Cuando Cubango - Menongue.

Assim, para além da necessidade de descentralizar as IES no país, o processo de expansão, tem também em linha de conta as particularidades, prioridades e potencialidades de cada província. Neste sentido, a estratégia adotada na distribuição das Regiões Académicas, tanto a nível regional como provincial, para além de reduzir a habitual concentração e permanência de jovens formados na capital do país, veio fortificar a inclinação dentro das linhas cognitivistas e construtivistas, procurando colmatar o défice de quadros nos mais variados sectores: Saúde, Educação, Direito, Agricultura, entre outros, a nível das dezoito províncias do país.

O Decreto nº 7/09 de 12 de Maio, relativo ao cumprimento da Expansão das Instituições do Ensino Superior, vem dar primazia de tempo e de ordem na triplicação dos efetivos de estudantes, que no ano 2006 rondavam os cinquenta mil, para os cento e cinquenta mil em 2012. Nesta vertente, segundo o PND 2013 o principal objetivo perspectiva-se o aumento desse número todos os anos, sendo que, para 2013 passar a cento e oitenta e dois mil e duzentos e cinquenta e em 2017 perspectiva-se atingir trezentos e setenta e dois mil e seiscentos e cinquenta mil estudantes matriculados (Plano Nacional de Desenvolvimento, 2013).

Este decreto permitiu, também, o resgate e a valorização de algumas figuras históricas nacionais, bem como a exaltação da educação patriótica nas Instituições do Ensino Superior. As denominações das novas universidades foram inspiradas nas figuras e monumentos que valorizam a Unidade Nacional Angolana, tais como: Katyavala Buila, Lueji A`Nkonde, José Eduardo dos Santos, Mandume Ya Ndemofayo, Kimpa Vita; etc. Cria ainda a primeira academia do país - Academia de Ciências da Saúde, na província do Uíge, vocacionada à formação pós-graduada, académica e profissional, bem como à investigação avançada (Decreto-Lei nº7/2009). Finalmente, o referido Decreto, estabelece a criação de comissões instaladoras das novas Instituições públicas de ensino, que têm como função preparar, num período de quatro anos, as condições de funcionamento com base num plano do respetivo Governo provincial.

Ainda com intuito de aprofundar na melhoria dos recursos naturais nos vários Setores públicos do estado, foi implementado conforme acima mencionado, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, documento prioritário que constitui o principal instrumento a utilizar para orientar e intensificar o ritmo e a qualidade do desenvolvimento em Angola. Igualmente com o intuito de se aumentar e melhorar a qualidade de vida do todo povo angolano de Cabinda ao Cunene, transformando assim a riqueza potencial que constituem os recursos naturais de Angola em riqueza real e tangível para o bem de todos angolanos. De uma forma geral salienta-se que o PND 2013-2017, foi também elaborado com base na estratégia de desenvolvimento de Longo Prazo, denominado inicialmente “Angola 2015”, mas doravante “Estratégia Angola 2025”.

Neste contexto o grande esforço e dedicação desprendida pelo executivo angolano, teve como prioridade inicial o ano 2013-2017 encontrando-se desde já em curso, abrange propostas exequíveis nos principais setores do estado, de grande relevância para o futuro do País. Teve como objetivo não apenas para a reconstrução de Angola, mas também entrou na fase de modernização e de sustentabilidade do seu desenvolvimento, baseada na estabilidade e crescimento e na valorização do homem angolano. No que se refere ao ponto, relacionado com os programas de ações fundamentais, o PND, aponta a valorização da família e melhoria das

condições de vida dos mesmos. O que vem fortalecer a autoestima e posteriormente a sua autoeficácia (Plano Nacional de Desenvolvimento, 2013).

Consta ainda, do referido PND, o apoio à expansão do sistema de ensino, público e privado, a prioridade na efetivação do Plano Nacional de Formação de Quadros, com objetivo de (a) implementar a Estratégia Nacional de Formação de Quadros (ENFQ), visando igualmente a formação e qualificação de recursos humanos e quadros altamente qualificados que correspondam às necessidades de desenvolvimento do País; (b) promover o desenvolvimento e consolidação do ensino superior e do ensino médio, de acordo com as necessidades efetivas do País assim como do ENFQ; (c) assegurar a efetivação e aplicação de mecanismos de coordenação entre os sistemas do ensino superior, do ensino técnico e formação profissional. Na perspetiva do desenvolvimento sectorial, o PND 2013-2017 faz igualmente referência as políticas relacionadas com o ensino superior, apontando prioridade de estimular e desenvolver um ensino de qualidade e muito mais sólido.

O Executivo do MES no seu Órgão de Tutela, já tem traçado e identificado metodos e formas exequíveis para implementação de politicas para a reforma e melhoria da gestão e qualidade do subsistema de ensino superior 2014 - 2020, em documento que alinha as balizas relacionadas com o quadro e diagnóstico do estado atual das instituições e do subsistemas de ensino superior. Neste quadro incluem-se os objetivos (gerais, específicos) as linhas de ação (gerais e específicas) e as medidas para reforma e a melhoria da gestão e da qualidade do subsistema do ensino superior e suas correspondentes linhas gerais específicas de ação.

## 5. Considerações Finais

A questão do ensino superior em Angola tem dominado a agenda do governo nos últimos anos, sobretudo a necessidade de adequar a quantidade à qualidade do ensino. Nesta conformidade, o governo estabeleceu como prioridades a capacitação de quadros e o incentivo à investigação científica, sobretudo nas áreas técnicas, afigurando-se como condição sine quo non para o alcance destes objetivos o reforço do intercâmbio com instituições do ensino superior estrangeiras, que demonstram maior experiencia nos vários domínios do saber.

Nesta perspetiva, adianta-se que os desafios inerentes ao processo de transição do ensino geral, para o superior, podem provocar grande ansiedade e instabilidade nos estudantes, que carecem de intervenção psicoeducacional específica, conforme adiantam alguns estudos (TAVEIRA & RIBEIRO, 2003; ANDRADE & TEIXEIRA, 2009; SILVA, TAVEIRA & RIBEIRO, 2009).

Por seu turno, as mudanças relacionadas com fatores socioculturais e com as políticas educacionais, têm por objetivo criar condições de bem-estar e confiança nos alunos, de forma a facilitar a sua integração e, futuramente, na transição para a vida adulta, traduzindo-se em mudanças qualitativas no seu perfil de desenvolvimento pessoal e social, também importantes para o mundo profissional.

Esta linha de pesquisa salienta igualmente a importância de se desencadear, desde cedo e ao longo dos diversos anos do ensino superior, ações de promoção da gestão, planeamento da carreira e serviços de consulta psicológica individual e em grupo, visando apoiar a resolução de problemas de foro académico, vocacional e familiar (LEITÃO & PAIXÃO, 2008). Assim, a versatilidade deste tipo de intervenção facilita compreender até que ponto a orientação

vocacional é coerente e em que etapa é envolvida na ajuda da relação interpessoal dos sujeitos (GYSBERS, HEPPNER & JOHNSTON, 1998).

Pelo que, para atingir determinados objetivos de foro académico, são definidas Políticas Nacionais de Desenvolvimento, tais como o enquadramento das Políticas de Desenvolvimento Sectorial e de Desenvolvimento Territorial, à luz das quais devem ser analisados e avaliados atempadamente os Projetos Estruturantes Prioritários (PEP), como, por exemplo, intercâmbios com países onde encontramos instituições com um grau elevado de experiências nas diversas áreas, tendo em conta as prioridades de desenvolvimento traçadas.

Nesta ótica, Angola sendo um país multiétnico, composto por uma diversidade de povos, bantus e não bantus, tem atenção esta heterogeneidade, estima-se ser importante que a educação formal nos diversos subsistemas, incluindo o do ensino superior, promova o desenvolvimento de valores e atitudes que preservem o pluralismo cultural, o respeito pela diferença e pela tolerância (JACINTO & QUEIROZ, 2011).

Relativamente à influência cultural no desenvolvimento da carreira dos estudantes angolanos, considerando esta diversidade, remete-se para a exploração de um universo escolar multicultural, com usos e costumes bem distintos (AGUIAR, 2010). Pelo que, cabe fundamentalmente aos professores assumirem o papel de gestores da multiculturalidade junto das universidades, tornando necessário trabalhar com tolerância, respeito e reconhecer essa diversidade, quebrando desta forma as barreiras impostas pela sociedade, integrando ao mesmo tempo as diversas especificidades socioculturais e económicas dos alunos, promovendo a inclusão social.

Assim o presente estudo permitiu concluir, como os conteúdos da teoria sociocognitiva se adequam à satisfação com a vida em geral dos estudantes do ensino superior em Angola. Se evidencia ainda que os fatores contextuais e psicossociais influenciam na satisfação do bem-estar e na satisfação com a vida em geral dos mesmos. Pois, de um modo geral, concluiu-se igualmente que o grau de satisfação e nível de ajustamento ao contexto académico depende, maioritariamente, das suas crenças em como possuem as competências e recursos necessários para lidar eficazmente com eventuais obstáculos que possam surgir ao longo do seu percurso académico (autoeficácia), da perceção de apoio por parte do contexto à obtenção dos seus objetivos e também da adoção, perceção e de um pensamento positivo acerca das suas experiências da vida em geral (afeto positivo) (e.g., ELIAS, TAVEIRA, PINTO, FARIA, GONÇALVES & LENT, 2012; LENT, TAVEIRA & LOBO, 2012).

Deste estudo podemos ainda concluir, que é importante atender e compreender às diferenças individuais entre alunos, nas instituições de ensino superior, quando queremos traçar programas a nível da intervenção psicossocial e do aconselhamento vocacional. Programas estes que facilitam no direcionamento e ajustamento em relação ao curso, às instituições de ensino, e simultaneamente, que incentivam os alunos a empenharem-se muito mais nos seus planos académicos e profissionais, aumentando assim suas expectativas de autoeficácia e a orientação para os objetivos académicos valorizados (NILSSON & ANDERSON, 2004).

Uma outra finalidade que urge cumprir, será atender à necessidade de implementação de programas institucionais para prevenção do fracasso e do abandono escolar dos alunos nas diversas instituições de ensino superior em Angola. Como por exemplo, a hipótese na criação de gabinetes de apoio e serviços de orientação e aconselhamento de carreira junto das Instituições de ensino, velando pela importância do constructo multicultural, integração, desenvolvimento

e sucesso da vida em geral dos alunos, preservando os usos e costumes socioculturais típicos de cada região.

Os índices para esta melhor, já são notáveis fruto dos esforços que se desprendido pelo Órgão de Tutela na implementação de certas políticas, tendo em conta que tem desempenhado o papel de moderador potencial da relação entre a satisfação e o bem-estar de todo o ensino superior em Angola. Dentre as quais aponta-se no entanto a concretização de estratégias para melhorar a qualidade de ensino e garantir a estabilidade do povo de Cabinda ao Cunene. Tanto no domínio económico, político e social, como a todos os níveis.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, L. S., SOARES, A. P. C. & FERREIRA, J. A. G. - **Adaptação, rendimento e desenvolvimento dos estudantes no ensino superior: Construção/validação do Questionário de Vivências Académicas**. Relatórios de Investigação. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos em Educação e Psicologia, 1999.

ALMEIDA, S.L; SOARES, A. P. & FERREIRA, A. J.-. Questionário de Vivências Académicas (QVA-r): Avaliação do ajustamento dos estudantes universitários. **Avaliação psicológica**. 2, 2002, p. 81-93.

ALMEIDA, L. S., FERNANDES. E., SOARES, A. P., VASCONCELOS. R., & FREITAS, C. A. (). **Envolvimento académico: Confronto de expectativas e comportamentos em universitários do 1º ano**. Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do programa de apoio a projetos de pesquisa no domínio educativo. Universidade do Minho. 2, 2003.

ANDRADE, A. J., & TEIXEIRA, M. P. - Adaptação à universidade de estudantes internacionais: um estudo com alunos de um programa de convénio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. 10 (1), 2009, p. 33-44.

BAKER, R. W., & SIRYK, B. - *Exploratory intervention with a scale measuring adjustment to college*. **Journal of Counseling Psychology**. 33, 1986, p. 31-38.

BETZ, N. E., & HACKETT, G. - Career self-efficacy theory: Back to the future. **Journal of Career Assessment**. 14 (1), 2006, p. 3-11.

BETZ, N. E. - Advances in vocational theories. In S.D Brown & R.W. Lent (Eds.) **Handbook Of Counseling Psychology** (4<sup>th</sup> edition) New York: John Wiley & Sons. 2008, p. 357-374.

CUERVO, J. C. P., & CORELLAN, A. V. - Evaluación de las necesidades de los alumnos universitarios sobre el servicio de orientación de la Universidad de la Coruña (SAPE). Congresso Galaico-português de psicopedagogi. In **IV Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia**, Braga.1998, p. 398-403.

ELIAS. A. P., & TAVEIRA, M. C. - Adaptação académica de mulheres e homens no ensino superior angolano. In **XI congresso luso afro-brasileiro de ciências sociais**. *Brasil – Baia*. 2011.

ELIAS, A.P., TAVEIRA, M.C; PINTO, J.C., FARIA, S., GONÇALVES, A.M., & ROBERT LENT. - Bem-Estar dos Estudantes Universitários Angolanos: Teste a um modelo sócio - cognitivo - Trajectórias de adaptação à carreira no ensino superior angolano. In **2ª Conferência FORGES** Macau, 2012.

ELIAS, A. P. - **Processo de Ajustamento de Estudantes Angolanos ao Contexto do Ensino superior**. Sabedoria Alternativa: Lisboa, Mayamba: 2015. ISBN 978-989-761-032-5.

FERREIRA, J. A., & HOOD, A.- Para a compreensão do desenvolvimento psicossocial do estudante universitário. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, XXIV, 1990, p. 391-406.

FERREIRA, J. A. - As teorias interaccionistas e o desenvolvimento do estudante do Ensino Superior. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. XXV, 1991, p. 91-105.

FERREIRA, J. A., ALMEIDA, L. S., & SOARES, A. P. C. - Adaptação académica em estudantes do 1º ano: Diferenças de género, situação de estudante e curso. **Psico USF**. 6, 2001, p. 1-10.

GYSBERS, N. C., HEPPNER, M. J., & JOHNSTON, J. A. - **Career counseling: Process, issues, and techniques**. Needham Heights, M.A: Allyn & Bacon, 1998.

JACINTO, A. L., & QUEIROZ, M. P. - A formação de professores de história e a problemática da diversidade cultural em Angola. Instituto Superior de Ciências da Educação. In **XI Congresso Luso-Afro Brasileiro de ciências sociais**, Brasil – Baia, 2011.

JANEIRO, N. I. - Crenças atribucionais em relação à carreira um estudo exploratório. In Taveira, M. C. **Estudos de Psicologia Vocacional**. Coimbra: Eds Almedina SA. 2011, p. 25-45.

KENNY, M.E., & DONALDSON, G.A. - The relationship of parental attachment and psychological separation to the adjustment of first-year college women. **Journal of College Student Development**. 33, 1992, p. 431-438.

LEITÃO, L., & PAIXÃO, M. P. - Consulta psicológica vocacional para jovens adultos e adultos. In M.C. Taveira & J. T. da Silva (Coord.) **Psicologia vocacional. Perspetivas para a intervenção**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2008, p. 59-92.

LENT, R.W., BROWN, S.D. & LARKIN, K.C. - Relation of self-efficacy expectations to academic achievement and persistence. **Journal of Counselling Psychology**. 31, 1984, p. 356-362.

LENT, R., BROWN, D., & HACKETT, G. - Toward a unifying social cognitive theory of career and academic interest, choice and performance. **Journal of Vocational Behavior**. 45, 1994, p. 79-122.

LENT, R. W., LARKIN, K.C. & BROWN, S. D. - Relation of self efficacy to inventoried vocational interests. **Journal of Vocational Behavior**. 34, 1989, p. 279-288.

LENT, R. - Social cognitive career theory, career education, and school-to-work transition: building a theoretical framework for career preparation. In M. C Taveira (Coord.). **Desenvolvimento vocacional ao longo da vida**. Coimbra: Editorial Almedina. 2004, p. 13-23.

LENT, R. W. - A social cognitive view of career development and counselling. In S. D. Brown & R. W. Lent (Eds.) **Career development and counselling: Putting theory and research to work**. 2005, p. 101-127.

LENT, R. W., & BROWN, S. D. - On conceptualizing and assessing social cognitive constructs in career research: A measurement guide. **Journal of Career Assessment**. 14, 2006b, p. 12-35.

LENT, R. W., TAVEIRA, M. C., SHEU, H. B., & SYNGLEY, D. - Social cognitive predictors of academic adjustment and life satisfaction in Portuguese college students: A longitudinal analysis. **Journal of Vocational Behaviour**. 74 (2), 2009, p. 190-198.

LENT, R. W., TAVEIRA, M. C., & COSTA-LOBO, C. - Academic adjustment of Portuguese college students: two tests of the social cognitive model of well-being. **Journal of Vocational Behavior**, 2012.

MORENO, M. R. - **Hacia una nueva orientación universitaria**. Barcelona: Universitat de Barcelona. UB Edición, 2002.

NILSSON, J. E., & ANDERSON, M. Z. - Supervising international students: The role of acculturation, role ambiguity, and multicultural discussions. **Professional Psychology: Research and Practice**. 35, 2004, p. 306-312.

PIZZINATO, A., & SARRIERA, J.C. - Identidade étnico-nacional e competência social em escolas de Porto Alegre. **Aletheia**. 19. 2004, p. 7-20.

SILVA, A. D., TAVEIRA, M.C., & RIBEIRO, E. - Mudanças no self de carreira em estudantes universitários. **Paideia**. 19, 2009, p. 283-292.

SILVA, E. A., & MENDES, M, C. B. - Regulação estatal das universidades pela avaliação institucional. O caso recente da universidade pública em Angola. In **Atas do XI Congresso Internacional Galego-Português de psicopedagogia**. Universidade de Coruña. Espanha. 2011, p. 1138-1663.

SINGLEY, D. B., LENT, W. R., & SHEU, H. B. - Longitudinal test of a social cognitive model of academic and life satisfaction. **Journal of Career Assessment**. 18, 2010, p. 133-146.

SUPER, D.E., SAVICKAS, M.L., & SUPER, C.M. - The life-span, life-space approach to careers. In D. Brown & L. Brooks (eds.) **Career choice and development**. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1996, p. 121-178.

SBARDELINI, E. T. B.; COLS. - Situação Acadêmica do Aluno da USF: Reopção, Reprovação e Evasão. In **Anais do II Congresso de Pesquisa e Extensão**. São Paulo: Bragança Paulista.

TAVEIRA, M. C. - O papel da Universidade na orientação e desenvolvimento dos alunos: Contributos para um modelo de intervenção psicoeducacional. **Adaxe**. 17, 2002, p. 65-77.

TAVEIRA, M. C., & RIBEIRO, I. - Projetos de formação dos estudantes no ensino superior. **Revista galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación**. 10, 2003, p. 1138-1663.

TAVEIRA, M. C. - Promoção de la empleabilidad profesional en la vida adulta: el papel de los seminarios de gestión personal de la carrera. In **X Seminario Permanente d'Orientación Profesional i Seminario Internacional d'Orientación Profesional. Adultos emergentes, transiciones, i orientación profesional**, MIDE. Barcelona, Espanha, 2009.

TAVEIRA, M. C. & RODRIGUEZ-MORENO, M. L. - La gestión personal de la carrera y el papel de la orientación profesional: teoría, práctica y aportaciones empíricas. **Revista Española de Orientación y Psicopedagogía**, 21 (2), 2010, p. 335-345.

## DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

AGUIAR, M. R. B. - **Diversidade Cultural o papel do gestor diante da diversidade cultural no ambiente escolar**. [Em linha]. 2010. [consultado em Julho 13, 2012] Disponível na www:<URL: <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/diversidade-cultural-o-papel-do-gestor-diante-da-diversidade-cultural-no-ambiente-escolar-3235889.html>>

CARMO, M. C., & PALYDORO, A. S. - Integração do ensino superior em um curso de pedagogia. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. [Em linha]. São Paulo, 14, 2010, p. 211-220. [Consultado em Junho, 2, 2011] Disponível na www: <URL: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n2/a05v14n2>>

LENT, W. R., & BROWN, S. D. - Integrating person and situation perspectives on work satisfaction: A social-cognitive view. *Journal of Vocational Behavior*. 69, 2006a, p. 236 -247. University of Maryland. Disponível na www: <URL: <http://elsevier.com/locate/jvb>>

LENT, W. R., & BROWN, S. D. - Social Cognitive Career Theory and Subjective Well-Being in the Context of Work. **Journal of Career Assessment**. [Em linha]. 16, 2008. Disponível na www: <URL: <http://jca.sagepub.com/content/16/1/6>>

TEIXEIRA, M. O. - A abordagem sócio-cognitiva no aconselhamento vocacional: Uma reflexão sobre a evolução dos conceitos e da prática da orientação. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 9-16, [Em linha] 2008. [consultado em junho, 2, 2011]. Disponível na www: <URL: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/rbop/v9n2/v9n2a03.pdf>>

## LEGISLAÇÃO

Estatuto Orgânico da secretaria de Estado para o Ensino Superior. Decreto nº 2/2009. **D. R.** I Série (2009-04-29).

Decreto nº 64/2009. Cria as regiões académicas que delimitam o âmbito territorial de atuação e expansão das instituições de ensino superior. Decreto nº 5/2009, **D. R.** I Série. (2009-04-07).

Decreto nº 7/2009, Estabelece a reorganização da rede de instituições de ensino superior públicas, a criação de novas instituições de ensino superior e redimensionamento da Universidade Agostinho Neto. **D. R.** I Série nº 87 (2009-05-12).

Decreto 90/2009, Estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema de ensino superior. **D.R.** I Série nº 237. (2009-12-15).

Decreto Presidencial nº 70/2010. Aprova o Estatuto orgânico do Ministério do ensino Superior e da Ciência e Tecnologia. D.R. I Série nº 93. (2010-05-19).

Decreto Presidencial nº 233/2012, Aprova o Estatuto orgânico do Ministério do Ensino Superior. D.R. I Série nº 231. (2012-12-04).

Lei Nº 13/2001. - *Lei de Bases do Sistema de Educação* de Angola. **D. R.** nº 65 - I Série.2001-12-31.

## ARQUEOLOGIA(S) DE CONTRATO

Luis Vinicius Sanches Alvarenga

Arqueólogo

Origem Arqueologia Patrimônio Cultural e Natural, Brasil

[luisviniussa@yahoo.com.br](mailto:luisviniussa@yahoo.com.br)

# Arqueologia(s) de Contrato

Luis Vinicius Sanches Alvarenga

## Historial do artigo:

Recebido a 11 de novembro de 2016

Revisto a 4 de dezembro de 2016

Aceite a 13 de dezembro de 2016

## RESUMO

A Arqueologia no Brasil assim como no restante do mundo está inserida no contexto social e econômico capitalista. A virada do século XXI trouxe mudanças severas para a atuação arqueológica, e desde 2002 há tentativas de regular as atividades arqueológicas nos termos dos licenciamentos ambientais, gerando discussões de âmbito acadêmico e profissional. No mesmo cenário temos a profissão não regulamentada e interesses conflitantes sobre o tema. É uma balança que pende sempre para o lado capitalista e pouco para o lado dos patrimônios culturais envolvidos, resultando em perdas significativas para a cultura e a identidade. A discussão proposta nos leva a crer que há necessidade de mudanças no trato do Patrimônio Histórico Cultural que é conflitante com os interesses do capital, e que deve envolver de fato os interessados em preservar a identidade das pessoas envolvidas através de seu patrimônio.

**Palavras-chave:** Arqueologia de contrato, Legislação, Patrimônio.

## ABSTRACT

Archaeology in Brazil as well as in the rest of the world is part of the social and capitalist economic context. The turn of the century brought severe changes to the archaeological activities, and since 2002 there are attempts to regulate archaeological activities in accordance with environmental licensing, generating academic and professional scope of discussions. In the same scenario, we have the fact that archaeology is still to be regulated, and the existence of conflicting interests regarding the subject. It is a balance that always asks for the capitalist side and slightly to the side of the cultural heritage involved, resulting in significant losses to the culture and identity. The proposed discussion leads us to believe that there is need for change in the treatment of Cultural Heritage that conflicts with the interests of capital, and that fact should involve interested in preserving the identity of the people involved through their heritage.

**Key-words:** Contract Archaeology, Law, Heritage.

*“Em número cada vez maior muitos arqueólogos, na esteira de historiadores e sociólogos abandonaram a certeza positivista e passaram a ter dúvidas acerca da objetividade de sua pesquisa. Advertem esses arqueólogos que fatores sociais determinam não apenas as questões que eles colocam, mas também as respostas que julgam convincentes.”*

Bruce G. Trigger, 2004: 1

## 1. Introdução

A ideia do presente trabalho se fortaleceu desde as últimas mudanças nas normas de gestão do patrimônio arqueológico brasileiro. Mais recentemente houve necessidade de diálogo com a revista da Sociedade Arqueologia Brasileira (SAB) volume 28 nº2 de 2015, que trouxe a tona questionamentos tratados aqui.

No âmbito das pesquisas realizadas em projetos de engenharia geradores de impactos ambientais, as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) aproximaram as pesquisas arqueológicas desse contexto às necessidades das obras e dos licenciamentos, ao invés de estudar o registro arqueológico com um todo, invertendo assim a ordem de importância previstas em leis até então.

A obrigatoriedade de legalização de obras de grande porte impõe a pesquisadores e a comunidade seja ela “*tradicional*” ou não, padrões para documentar seu modo de vida sem se preocupar com os desdobramentos da obra que os afetará, muitas vezes desconsiderando a necessidade de medidas mitigatórias e/ou compensatórias.

Assim temos uma constituição protecionista de um lado e, de outro, uma orientação que propõe a amputação de sítios arqueológicos ao invés de estudá-los. De certa forma há uma imposição velada de um “*modo de vida capitalista*” frente a outros.

Além desse cenário há os conflitos internos da própria arqueologia que, até início dos anos 2000 era bastante restrita e hoje tomou proporções que saem do controle dos centros acadêmicos tradicionais “*podemos estimar um total de 2.500/3.000 indivíduos envolvidos diretamente na atividade, algo impensável à época da criação da Sociedade Científica na década de 1980, surgida da reunião de 19 arqueólogos doutores*” (ZANETTINI, 2010: 20), gerando desconfiança e disputas políticas pela vanguarda arqueológica, alimentada, sobretudo, pelas vaidades intelectuais de seus atores.

## 2. Arqueologia de contrato

A sociedade capitalista está calcada sobretudo nas cidades e essa expansão dos núcleos urbanos demanda uma organização do espaço para que o crescimento seja ordenado, para isso são criados mecanismos legais que tentam abarcar a complexidade da sociedade atual, entre essas demandas está o patrimônio cultural que, como destacam FUNARI e GONZALEZ (2008: 14-15): “*O capitalismo tem ameaçado a diversidade tanto da natureza quanto da cultura. A Arqueologia está diretamente relacionada com o poder esmagador do capital para proteger ou destruir o registro arqueológico.*”

A primeira lei de proteção ao patrimônio é estabelecida no Brasil ainda com a população rural maior que a urbana. O decreto-lei nº25 de 30/11/1937 trata da definição dos patrimônios históricos da nação e não tem a preocupação com a destruição dos bens não tombados, posteriormente temos a Lei nº 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional. A Constituição Federal de 1988 (artigo 215, parágrafo IV), considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216.

**“Art. 216.** *Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

*I - as formas de expressão;*

*II - os modos de criar, fazer e viver;*

*III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*

*IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*

*V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”*

Constituição Federal ,1988

Para ações ligadas a impacto ambiental tem-se dentro da Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986, em seu artigo 6º, o estabelecimento de que os sítios e monumentos arqueológicos devam ser objeto de consideração para a emissão das licenças ambientais, a saber, Prévia, de Instalação e Operação, de empreendimentos que causem impacto significativo ao meio ambiente.

A Portaria SPHAN/MinC 07, de 01/12/1988, normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional. As normas, até o momento, propunham diretrizes para o estudo arqueológico não fazendo distinção da finalidade para a qual o estudo estava direcionado como aborda Caldarelli (2008):

*“No Brasil, a normatização da pesquisa arqueológica por consultoria privada, e não apenas por pesquisadores institucionalizados, tem dois marcos conceituais e cronológicos importantes:*

*1) a Portaria SPHAN 07/1988, que, regulamentando os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas, rompeu com os feudos arqueológicos do País, ao estabelecer que as permissões e autorizações seriam dadas por períodos de no máximo dois anos, ao final dos quais deveriam ser reavaliadas, para eventuais renovações.*

2) a Portaria IPHAN 230/2002, que definiu os procedimentos mínimos a serem observados para compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais dos empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico com os estudos preventivos de arqueologia.”

Como apontado, apenas 1988 há uma normatização para a atuação dos arqueólogos no Brasil, frente ao avanço do capitalismo sobre o patrimônio arqueológico, mas ainda assim sob forma de portarias, a Portaria IPHAN/MinC nº. 10, de 25/03/2011, define o escopo dos estudos arqueológicos a serem desenvolvidos nas diferentes fases de licenciamento ambiental, até esse momento a responsabilidade pela guarda do material arqueológico e sobre a pesquisa como um todo é do arqueólogo que tem a salvaguarda do material.

Hoje sabe-se a função real do que fazemos e é aos olhos dos interessados no progresso simplesmente deixar que o capitalismo passe e siga sua marcha com a consciência tranquila sobre o “patrimônio cultural”.

Não que isso não fosse feito antes, mas, a falta de um norte claro e de uma clara função atribuída a “arqueologia de contrato”, deixa com que cada arqueólogo siga e faça suas pesquisas com objetivos amplos como atender a legislação ou produzir conhecimento científico a partir da cultura material, sendo que esses são pressupostos da atividade arqueológica.

A partir do dia 25 de março de 2015, data de divulgação da referida publicação da SAB, a função da arqueologia de contrato brasileira frente aos anseios científicos dos “arqueólogos de contrato” ganhou uma nova função: nenhuma.

O primeiro conceito a ser trabalhado para que se entenda a abordagem apresentada é “arqueologia de contrato”, um contrato é um termo de compromisso firmado entre duas pessoas ou entre duas partes vinculado a um objetivo comum para ambas. O termo arqueologia de contrato foi difundido no meio arqueológico principalmente por “arqueólogos acadêmicos” para se referirem aos profissionais que prestam consultoria arqueológica para fins de licenciamento ambiental, ou outros, que não a pesquisa voltada a titularidades e outras custeadas pelas instituições de ensino e pesquisa. Outros termos também são utilizados como arqueologia preventiva, empresarial, comercial vamos aqui adotar o termo “de contrato” levando em conta a origem da palavra e por ser mais conhecida mesmo que acabe por englobar praticamente todas as práticas com exceção aquelas custeadas pelo próprio arqueólogo e sem nenhuma outra finalidade, afora isso todas as outras estão vinculadas a algum tipo de contrato, mesmo que seja com uma instituição de ensino/pesquisa, assim fecha-se com a ideia de não existirem várias arqueologias.

Pode haver sim uma auto percepção distinta sobre a arqueologia que se pratica, visto que arqueólogos acadêmicos se autotitulam acadêmicos e rejeitam, muitas vezes serem profissionais. Se considerarmos a falta de um sindicato ou conselho representativo atuante ou de outras atitudes que lhes caracterizasse como uma classe, já que a instituição que representa a maioria deles é a Sociedade de Arqueologia Brasileira reafirma sua postura acadêmica, enquanto que os arqueólogos que atuam no meio empresarial são cobrados a terem atitudes profissionais por estarem envolvidos com outras atividades, denominadas profissionais, ou seja fora do contexto acadêmico.

A arqueologia de contrato tinha até dias atrás uma função no cenário arqueológico nacional não muito bem definida em seu objetivo geral, principalmente pela diversidade metodológica apresentada em cada projeto de pesquisa diferente que se replicava em diversas pesquisas feitas por um mesmo arqueólogo, não que o arqueólogo deva mudar seus pressupostos teóricos e metodológicos a cada projeto novo, mas deve considerar o contexto, assim a função da pesquisa exercida por aquele(a) arqueólogo(a) terminava nele mesmo.

Os projetos arqueológicos nunca tiveram um fim que não o relatório final, alguns um artigo e poucos trabalhos de caráter “acadêmico”, enquanto grande parte dos profissionais informais tentavam se aglutinar como classes, os arqueólogos faziam de tudo para afirmar o individualismo, replicar as práticas mestre-aprendiz, onde ao mestre se deve respeito e mão de obra gratuita e, ao aprendiz se dá a oportunidade de trabalhar gratuitamente e aprender um pouco e, em algumas situações ser um pouco humilhado esporadicamente (ressalto que tive a sorte de ser formado por pessoas que pensavam o contrário disso).

## 2.1. Cenário da arqueologia de licenciamento

De 2002 ao momento atual houve um boom na arqueologia preventiva devido a investimentos em obras de infraestrutura e a obrigatoriedade de estudos arqueológicos para o licenciamento dessas obras com a extinta Portaria IPHAN no 230/02, que dividia de forma simples as fases da pesquisa arqueológica.

*“Observa-se a partir de 2003 um crescimento médio anual da ordem de 17-20%, notando-se no biênio 2007/2008 um pico de crescimento de 34%. Essa alta está intimamente relacionada ao anúncio e start pelo Governo federal de seu Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que previa até o final de 2010 a implantação de mais de 1.800 empreendimentos de magnitude diversa, envolvendo investimentos da ordem de US\$ 593 bilhões.”*

(ZANETTINI, 2010: 20)

Temos que levar em conta que a Portaria IPHAN 230/02 trazia em seu enunciado referência ao artigo 216 da Constituição Federal de 1988, englobando uma séria de expressões culturais

previstas como patrimônio mesmo que não acautelados, o que abria brecha para que fossem então incorporados nos projetos de pesquisa, mas, os trabalhos acabavam por ser descrições estáticas de modos de vida, que representavam uma cultura que seria completamente modificada com a implantação daquela determinada obra, muitas vezes a maior mudança para aquelas pessoas.

Será? Provavelmente sim, mas há poucos trabalhos sobre o tema, por esse caminho o artigo apresentado por Loredana Ribeiro na revista SAB 28 v. 2 2015 apresenta uma discussão sobre as comunidades deslocadas de seu local tradicional com a construção da Usina Hidrelétrica da Sobradinho na Bahia e sua relação com as pinturas rupestres da Serra do Ramalho.

O que se tinha então a partir dos estudos preliminares de patrimônio cultural era o retrato de um moribundo o último retrato em vida de algo que está fadado a desaparecer, já que a construção é inevitável.

Como apresentado, a Portaria IPHAN 230/02 era carente em relação a mensurar os impactos às populações e seu modo de vida a médio e longo prazo, propor sustentabilidade ao patrimônio arqueológico, integrar os conhecimentos gerados a partir dos estudos de impacto, em resumo propor um objetivo para as pesquisas a não ser a implantação da obra.

Discordando do que foi apresentado por Schmitz Dias e Gnecco (2015) podemos destacar o processo da Pequena Central Hidreletrica Paranatinga II, no estado do Mato Grosso, como exemplo de um trabalho de arqueologia de contrato a partir do qual foi feito algo além de licenciar uma obra. Nesse caso instrumentando um processo de tombamento de duas áreas sagradas para povos do alto Xingu.

Esse assunto foi bastante discutido na época inclusive com notas de posicionamento do então presidente da SAB, e das equipes envolvidas, não cabe aqui trazer a tona novamente essa questão que vai por caminhos da Antropologia, sobre os quais não estão em discussão, mas há sim diversos outros exemplos de trabalhos de licenciamento que impuseram ao coletivo envolvido duras perdas culturais entre outras, como o processo do Porto Sudeste da LLX na Ilha da Madeira, em Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, no ano de 2009. Esse processo resultou num documentário “Território de Sacrifício ao Deus do Capital: o caso da Ilha da Madeira” (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010). Há caminhos dentro da legislação voltada a patrimônio cultural pra barrar esse tipo de empreendimento? Ainda sobre a ilha da Madeira conclui-se “O repertório do projeto orquestrado e anuído pelo Estado neoliberal inclui a pressão de atores exógenos pela apropriação do território da Ilha da Madeira e visa à utilização do espaço para obter capitais financeiros e políticos, negligenciando ou sobrepondo o ônus social e ambiental, mas a Ilha da Madeira, segundo seus moradores, não tem preço!” (RODRIGUES, 2013: 12)

Ainda que não concorde com a implantação de empreendimentos a qualquer custo, principalmente ao custo do patrimônio cultural, se há um caminho a se seguir que seja o melhor para a comunidade envolvida (incluindo a comunidade arqueológica), seria ideal que a legislação prevísse um Estudo de Viabilidade Cultural, ou Estudo de Viabilidade do Patrimônio Histórico e Cultural, mas esse tipo de estudo é inexistente.

Todo esse cenário poderia ser mudado com a motivação do órgão que regulamenta a atividade da arqueologia frente aos licenciamentos ambientais, mas ele foi ao sentido oposto preferindo ordenar o pensamento arqueológico em caixas com a lógica de outra prática, a do capital, da engenharia civil, do progresso. A motivação dessa mudança se deve a conjuntura política e não a postura de profissionais, independente da pessoa que esteja lá a mudança ocorreria já que a meu ver é fruto do contexto.

*“Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta - AID do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal.*

*Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa são os seguintes os bens culturais acautelados em âmbito federal:*

*I - tombados, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;*

*II - arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de Julho de 1961;*

*III - registrados, nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; e*

*IV - valorados, nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.”*

Instrução Normativa 01 IPHAN, 2015

Como pode ser observado o IPHAN determina que sejam tratados apenas os bens presentes na Área Diretamente Afetada (ADA) e Área Influência Direta (AID) descontextualizando assim esses vestígios, sendo que muitos sítios arqueológicos extrapolam esses termos (recortes propostos pela própria obra) mais que isso a IN 01/15 trata apenas dos sítios arqueológicos deixando de lado a comunidade, que muitas vezes se configura como próprio patrimônio cultural tanto quanto os sítios arqueológicos, fazendo parte da dinâmica de determinado espaço e construindo, portanto, um determinado Cenário Cultural. A IN01/15 contempla também outros bens que não arqueológicos, porém apenas aqueles já consagrados, ou seja, deixa de lado inúmeras manifestações culturais que muitas vezes estão fadadas ao desaparecimento, assim o

que era ruim na Portaria 230/02 ficou pior na IN 01/15, não se destina apenas ao licenciamento de obras de engenharia como não contempla os bens que, burocraticamente, não estão sob sua tutela direta eximindo-se assim de responsabilidade daquilo que por ventura seja identificado, mas que não está registrado.

Ponto a ser notado é que, concordando com aqueles que afirmam não haver uma diferença entre as arqueologias praticadas no Brasil, há diferença sim na finalidade concreta da atividade e na motivação, assim não há que existir duas práticas arqueológicas distintas, mas a motivação da atuação é que as distingue (ainda que a arqueologia de contrato voltada ao licenciamento faça um trabalho acadêmico brilhante ela não muda essa condição imposta pelo capitalismo, ainda assim ela estará subjulgada, ordenada pelo capitalista e em nome do progresso).

Nesse sentido a fala de Schmitz Dias e Gnecco (2015) coloca toda a responsabilidade da arqueologia preventiva nos arqueólogos executores, discordando da postura de outros arqueólogos acadêmicos que analisam “Atualmente, no entanto, há uma verdadeira avalanche de empreendimentos econômicos e apesar da legislação e dos esforços da arqueologia de contrato/arqueologia preventiva, no resgate, preservação e divulgação do patrimônio arqueológico, é inexorável que grande parte do mesmo seja destruída.” (Silva, 2009: 5).

Quando se refere ao contexto espera-se que se fale de fato sobre este contexto e o que se apresenta é, portanto, uma escala de responsabilidades na qual o arqueólogo executor está abaixo dos interesses do capital (privado), governo (capital nacional), legislação (está abaixo dos outros dois já que pode ser alterada por eles ou para atendê-los), IPHAN, sociedade e arqueólogos.

Não se pode considerar os arqueólogos como atores passivos e também não se pode considerar a atualidade imutável, mas então qual seria o caminho? Frustrante dizer que não há um direcionamento proposto pela maioria dos autores contidos na Revista da Sociedade Arqueologia Brasileira (SAB) volume 28 nº2 de 2015, apenas uma crítica parcialmente fundamentada e claramente tendenciosa.

*“Desde o princípio tínhamos claro que não queríamos um simpósio equilibrado. Queríamos nos posicionar frente uma prática que acreditamos prejudicial para a arqueologia, para não dizer para a vida de muita gente e para o destino da natureza. Por isto as pessoas que convidamos (muitos dos quais escreveram artigos para este dossiê) ofereceram uma visão politicamente posicionada que melhor servisse para uma reflexão crítica e transformadora da arqueologia atual. Pela mesma razão, este dossiê sobre arqueologia de contrato que apresentamos não é uma avaliação equilibrada da AC. Estas páginas incluem trabalhos originalmente apresentados no simpósio de 2013 em Porto Alegre e outros inéditos. Partindo de diferentes contextos globais, todos os artigos incluídos neste dossiê, defendem uma tomada de posição crítica e radical contra a AC (ver SHEPHERD; ZORZIN; MARÍN-SUÁREZ & PARGA-DANS; AYALA-ROCABADO; e JOFRE; todos neste volume). Não incluímos visões que celebram a AC porque conhecemos bem os argumentos que esgrigem e os rejeitamos.”*

(SCHMITZ DIAS; GNECCO ,2015)

Apesar de numericamente inferiores os arqueólogos acadêmicos e as instituições de ensino ainda gozam de uma maior influência sobre a opinião pública e sobre a Sociedade do que os arqueólogos profissionais, pois estão respaldados pela cultura hegemônica ocidental que coloca esses centros como detentores de “verdade” e “opiniões neutras” embasadas em pesquisas sérias realizadas por professores renomados, obviamente não há indivíduos neutros na sociedade tampouco detentores da verdade plena e absoluta.

### 3. As questões de formação

Dentro da questão do papel das instituições de ensino formadoras dos arqueólogos temos que ressaltar que, nem todos arqueólogos fizeram ou farão pesquisas de contrato, mas todos um dia passaram ou passarão pela academia, e a opção por continuar na academia ou seguir outro caminho é individual, isso não quer dizer que teria espaço para todos na academia a longo prazo, nem mesmo que há espaço para todos acadêmicos na “arqueologia de contrato” já que ser um bom acadêmico nem de longe significa dizer que será um bom pesquisador *profissional*.

Também é incorreto afirmar que instituições de ensino/pesquisa não estão inseridas no contexto capitalista, a forma como é concebido o ensino formal e *o que* consideramos conhecimento reforça isso.

A necessidade de formalizar o conhecimento arqueológico no âmbito da prática arqueológica (com certeza não é apenas na prática que se forma o arqueólogo, mas também nas salas de aula e laboratórios de pesquisa) é latente a partir das demandas de licenciamento ambiental, e também da escassez formativa de arqueólogos no Brasil que começou a ser suprida apenas a partir da segunda metade da década de 2000. Discordo também neste aspecto de Gnecco e Dias (2015) quando afirmam que os programas de graduação e especialização tem como objetivo formar técnicos, e nesse ponto a referência usada pelos autores é discordante com sua postura já que Bezzerra (2008: 2) afirma que: “*Neste sentido, os espaços constituídos pelos projetos de desenvolvimento devem servir para que a arqueologia mostre o seu papel na transformação da realidade e não para manter o status quo. Essas são as demandas que devemos atender em nossos currículos.*” A postura dos autores é claramente de manter o *status quo*, (no que tange a prática arqueológica) é também discordante dos artigos apresentados no Jornal Arqueologia em Debate nº3 (2011), e da opinião consensual entre os profissionais que atuam na arqueologia de licenciamentos, os alunos das graduações não saem com uma postura de arqueólogos profissionais, mas pelo contrário saem com uma grande bagagem teórica e pouca prática.

Esse tema nos faz pensar sobre como a formação do arqueólogo o prepara para as realidades da profissão cabe ressaltar que ainda não é uma profissão regulamentada, essa sensibilidade não impede a prática arqueológica e a atuação é regulamentada pelo IPHAN através do ofício circular 01/2013, podem ser coordenadores de campo pessoas com graduação ou pós-graduação em arqueologia (mestrado, doutorado e especialização).

Talvez um dos aspectos mais importantes para a mudança de realidade atual da arqueologia seja a profissionalização do exercício da prática arqueológica, que englobe tanto profissionais de dentro da academia quanto os de empresas de consultoria, esse questionamento vem tomando cada vez mais corpo desde o aumento do número de profissionais como já apontado e, sobretudo, a partir de 2011 quando ocorreram duas reuniões para tratar do assunto no Ministério Público Federal (MPF) a reunião do dia 4 de abril, convocada pela Diretoria da SAB, enquanto que a audiência pública do dia 5 foi convocada pelo MPF.

Durante a reunião as discussões foram bastante acaloradas já que a “Diretoria da SAB buscou hierarquizar categorias (júnior, sênior, pleno) compatíveis com diferentes atribuições ou responsabilidades, tais como assinatura de projetos, relatórios ou laudos.” (NEVES, 2011: 5), isso foi refutado pela maioria dos participantes outros pontos marcantes e que corroboram com a postura de alguns arqueólogos conservadores, foi a postura da SAB e que mostra o descolamento a época, que parte da academia tem ou tinha já que no último congresso da SAB em Goiânia, em 2015, muitos arqueólogos se reposicionaram, assim como a própria SAB - da realidade, afirmações como *não custa nada fazer um mestrado*, referindo-se as pessoas que não tinham formação específica em arqueologia e exerciam a função nos trabalhos de arqueologia de contrato, mostra a discrepância entre a postura acadêmica e a realidade de um país onde apenas uma pequena parte da população tem acesso a cursos de pós-graduação e onde as universidades públicas estão longe de suprir essa necessidade. Como apresentado essa situação é reflexo, entre outros motivos, da escassez de cursos para formação em Arqueologia e que começou a ser suprido apenas na segunda metade da década de 2000, e da necessidade de profissionais dos projetos de licenciamento.

No cenário atual da arqueologia, muitas vezes quem decide o que é ou não o sítio arqueológico, não é o arqueólogo detentor da portaria de pesquisa ou o coordenador de campo, mas o profissional que está lá no campo, e pode descartar ou coletar um vestígio, registrar, ou não, o mesmo. Vários fatores podem influenciar essa decisão, o desconhecimento que pode vir pela falta de formação ou pela falta de prática, ou a intenção de se achar ou não sítios, podemos suprir as questões do conhecimento, mas não a intenção.

Poderíamos discutir nesse sentido as várias noções do que é ou não um sítio arqueológico e quando ele passa a ser tornar patrimônio para a comunidade já que aos olhos da lei ele existe a partir do momento que é identificado, mas não necessariamente tem vínculos patrimoniais com a comunidade e sua percepção do processo histórico e identitário. Estaria então a arqueologia suprimindo a partir de métodos uma lacuna da memória para a percepção do que é seu patrimônio?

#### 4. Considerações Finais

A arqueologia é uma só e para que serve essa arqueologia?

Essa questão é a que deve ser tratada para que se possa evoluir no campo do conhecimento arqueológico não porque ela necessite disso para si, mas para que a arqueologia possa ser útil para a construção de identidades e patrimônios.

Uma postura soberba e colonizadora só enfraquece as relações nada sólidas dos arqueólogos, seja como classe de profissionais ou como pesquisadores que tem a arqueologia como ponto comum, não contribui para a melhoria do cenário e mais que isso, é surreal alguém pensar em teorias que tentam dar vida a vestígios materiais para que, eles expressem os humanos que o fizeram, esqueça de levantar o olhar e perceber que a arqueologia é feita de mulheres e homens que dedicam a vida a arqueologia, como trabalho, e todas as consequências que isso traz, devendo ser respeitado.

Como uma ciência contemporânea e não importa qual a finalidade se dê para a prática arqueológica ela é invasiva e destrutiva ao próprio vestígio e a interpretação e a função social inerente ao pesquisador é temporal. Nenhum sítio arqueológico pede para ser escavado, essa é uma necessidade do arqueólogo, da ciência, dos governos e das sociedades. As mudanças recentes caracterizam grandes perdas para o patrimônio cultural dos coletivos impactados por obras e estudos de licenciamento, por não gerarem resultados efetivos, que minimamente amenizem o impacto.

A falta de uma política ampla que balize, sem cercear o pesquisador de suas interpretações e abordagens para a prática arqueológica e integre o conhecimento e o divulgue de forma ampla e irrestrita, gera desconfiança e atritos entre os arqueólogos e ela é urgente, para que se possa separar e estabelecer as boas práticas.

#### Bibliografia

BAHN, P., RENFREW, C. - **Arqueología; Teorías, Métodos y Práctica**. Madrid: Ed. Akal, 1993. 571p.

BASTOS, R. L. - **Uma Arqueologia dos Desaparecidos: Identidades Vulneráveis e Memórias Partidas**. São Paulo, SP: Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010.

BASTOS, R. L. & Campos, M. S. - **Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico / organização de 3ª ed.** São Paulo, SP: Superintendência do Iphan em São Paulo, 2010.

BEZERRA, M.- Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. **Revista de Arqueologia**. 21(2), 2008, p. 139-154.

CALDARELLI, S.B. - Levantamento **arqueológico em planejamento ambiental**. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo. Suplemento 3, 1999, p. 347-369.

CALDARELLI, S.B. - **Arqueologia em grandes empreendimentos: a importância e o desafio de manter um controle de qualidade científica**. Trabalho apresentado no VI Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Porto Alegre, 2008.

FREIRE, Paulo - **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo - **Pedagogia da Autonomia**. 18ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MENESES, U. T. B.- **O objeto material como documento** (texto não publicado), 1980.

MONTEIRO, ANA M. (et al.) - **Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: Faperj, 2014.

FUNARI, P. P. A.; Robrahn-GONZÁLEZ E. M. - Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil, Dossiê do Patrimônio Histórico. **HISTÓRIA**. São Paulo, 27 (2), 2008.

HATORI, Marcia Lika et. al. – **Ossos do Ofício: Cemitérios, Licenciamento Ambiental e Prática Arqueológica em Arraias, Tocantins**. Goiânia: Habitus, 2012.

PROUS, A. - **Arqueologia brasileira**, Brasília: Editora da UnB, 1992.

RODRIGUES, Silvio. C. A. - **Território de sacrifício: um registro filmico na ilha da madeira, XXVII**. Simpósio Nacional de História. Natal: ANPUH. RN, 2013.

SILVA, F.A. - Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo. 19: 000-000, 2009.

TRIGGER, B. A - **História do Pensamento Arqueológico**. Tradução Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VYGOTSKY, Lev.- **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VYGOTSKY, Lev.- **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ZANETTINI, P. - Qual futuro desejamos para a arqueologia no Brasil? **Arqueologia em Debate**. 2, 2010, p.19-22.

**Território de sacrifício ao Deus do capital: o caso da Ilha da Madeira Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; s.n; maio 2010. 1 (20 min 33 s) color., estéreo; 3/4 pol. (<http://ensaioaudiovisualepsjv.blogspot.com.br/2011/03/territorio-de-sacrificio-ao-deus-do.html>).

# GEORREFERENCIANDO QUATRO DÉCADAS DE UMA COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA DE ANGOLA: UM PROJETO PARA O FUTURO

Maria da Conceição Casanova

Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUNHAC)  
Universidade de Lisboa  
Rua da Escola Politécnica, n.º 56, 1250-102 Lisboa  
[mccasanova@museus.ulisboa.pt](mailto:mccasanova@museus.ulisboa.pt)

Ana Godinho Coelho

Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUNHAC)  
Universidade de Lisboa  
Rua da Escola Politécnica, n.º 56, 1250-102 Lisboa  
[anagodinhocarvalho@museus.ulisboa.pt](mailto:anagodinhocarvalho@museus.ulisboa.pt)

Inês Pinto

Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUNHAC)  
Universidade de Lisboa  
Rua da Escola Politécnica, n.º 56, 1250-102 Lisboa  
[igbpinto@museus.ulisboa.pt](mailto:igbpinto@museus.ulisboa.pt)

# Georreferenciando quatro décadas de uma coleção arqueológica de Angola: um projeto para o futuro

Maria da Conceição Casanova

Ana Godinho Coelho

Inês Pinto

## Historial do artigo:

Recebido a 21 de outubro de 2016

Revisto a 12 de novembro de 2016

Aceite a 30 de novembro de 2016

## RESUMO

Este artigo é resultado da comunicação apresentada no 23º encontro da Sociedade de Arqueologia Africana (SAfA), que teve como principal objetivo mostrar a importância da aplicação dos SIG à coleção arqueológica de Angola do ex IICT.

**Palavras-chave:** Angola, coleção arqueológica, georreferenciação, IICT, SAfA 2016

## ABSTRACT

This article is the result of the paper presented at the 23rd meeting of the African Archaeology Society (SAfA), which aimed to show the importance of the application of GIS to the archaeological collection of Angola of ex IICT.

**Key words:** Angola, archeological collection, georeferencing, IICT, SAfA 2016

## 1. Introdução

Este artigo tem como base a comunicação apresentada no 23º encontro da Sociedade de Arqueologia Africana (SAfA), em Toulouse, que se realizou entre os dias 26 de junho e 2 de julho de 2016 subordinado ao tema “Que passado para África?” (CASANOVA, COELHO e PINTO, 2016).

“Georreferenciando quatro décadas de uma coleção arqueológica de Angola: um projeto para o futuro”, debruça-se sobre a coleção arqueológica conservada pelo ex. Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), antecessor da Junta de Investigações do Ultramar (JIU), atualmente integrado na Universidade de Lisboa (1).

Este tema faz parte de um projeto mais amplo e transversal “Georreferenciação das Coleções Científicas do IICT” (2014-2020), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), cuja finalidade é a de aplicar as novas tecnologias às coleções tropicais, agregando toda a informação a elas associada e recolhida ao longo das várias décadas de investigação científica em África.

“Georreferenciação das Coleções Científicas do IICT” teve início em 2014; no entanto desde 2005 que a coleção arqueológica de Angola estava a ser inventariada e informatizada no programa Matriz, base de dados nacional de gestão de coleções museológicas. Também desde essa altura tem vindo a ser alvo de cuidados de conservação preventiva, nomeadamente ao nível do recondicionamento. Em 2010 e no seguimento da exposição “Viagens e Missões Científicas nos Trópicos. 1890-2010” (VMCT) foram mostradas, pela primeira vez as potencialidades da georreferenciação aplicada às coleções científicas do ex IICT, neste caso à arqueologia, pedologia e fotografia. Para este evento foi criado um mapa que relacionava a localização das estações arqueológicas, o tipo de solo a elas associado, bem como fotografias tiradas pelos membros das equipas que participaram nas missões.

“Viagens e Missões Científicas nos Trópicos. 1890-2010” serviu, ainda, de mote para a elaboração sistemática de diferentes trabalhos ilustrativos da evolução desta investigação, sob a forma de comunicações orais, artigos científicos e posters. Foram também realizadas ações de formação que tiveram como principal objetivo mostrar ao público em geral o trabalho realizado, ao mesmo tempo que se fomentou o feedback desse mesmo público numa ótica de ‘ciência cidadã’ e de comunicação de ciência.



Figura 1. Linha temporal onde se chama a atenção para os momentos chave no tratamento e divulgação da coleção arqueológica de Angola. Fonte: adaptado de CASANOVA, COELHO E PINTO, 2016.

## 2. Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Coleção arqueológica de Angola: contextos de recolha

A coleção arqueológica reunida no ex IICT foi recolhida pelos seus investigadores, ao longo de várias missões científicas aos trópicos e é composta por milhares de artefactos que atestam a vivência do Homem pré-histórico no continente africano. Destacamos aqui duas dessas missões, ambas co-patrocinadas por instituições angolanas congéneres: a Missão Antropobiológica de Angola (M.A.A.), chefiada por António de Almeida (1900-1984), que decorreu entre 1949 e 1955; e a Missão de Estudos Arqueológicos ao Sudoeste de Angola (M.E.A.S.A.), entre 1967 e 1968, liderada por Miguel Ramos (1932-1991).

As duas missões tiveram objetivos e propósitos diferentes. Assim, a primeira missão ficou associada a estudos de antropologia física com o intuito do conhecimento das características do Homem africano; a segunda missão teve como base estudos de cariz exclusivamente arqueológicos, onde se pretendia cartografar rigorosamente as jazidas pré-históricas no Sudoeste de Angola (RODRIGUES, 1992). Independentemente dos propósitos subjacentes, ao longo destas duas Missões científicas recolheram-se milhares de artefactos líticos de várias tipologias, pertencentes a diferentes períodos do paleolítico resultado de recolhas de superfície e de escavações arqueológicas. Associada aos objetos existe igualmente muita documentação, nomeadamente cadernos de campo e relatórios de atividade, fotografias e filmes; realizaram-se, ainda, trabalhos técnicos e científicos de vária índole, como sejam mapas, desenhos arqueológicos, artigos de revistas e jornais, capítulos de monografias, monografias, dissertações e teses, de projeção nacional e internacional.

Deste modo e até a data, foram identificadas 294 estações na M.A.A., dispersas um pouco por todo o país, das quais resultaram aproximadamente 12.750 artefactos; na M.E.A.S.A. foram reconhecidos onze novos sítios, concentrados no sudoeste, onde se recolheram sensivelmente 103 mil artefactos líticos, grande parte correspondentes à escavação da estação de Capangombe Velho. Juntando a estes números as estações e objetos descobertos em outras missões, como seja a Missão de Pedologia de Angola e Moçambique (1964-1973), os resultados ascendem a 132.174 mil artefactos distribuídos por 341 estações, identificadas ao longo de quatro décadas (2) (COELHO, PINTO, CASANOVA, 2014).

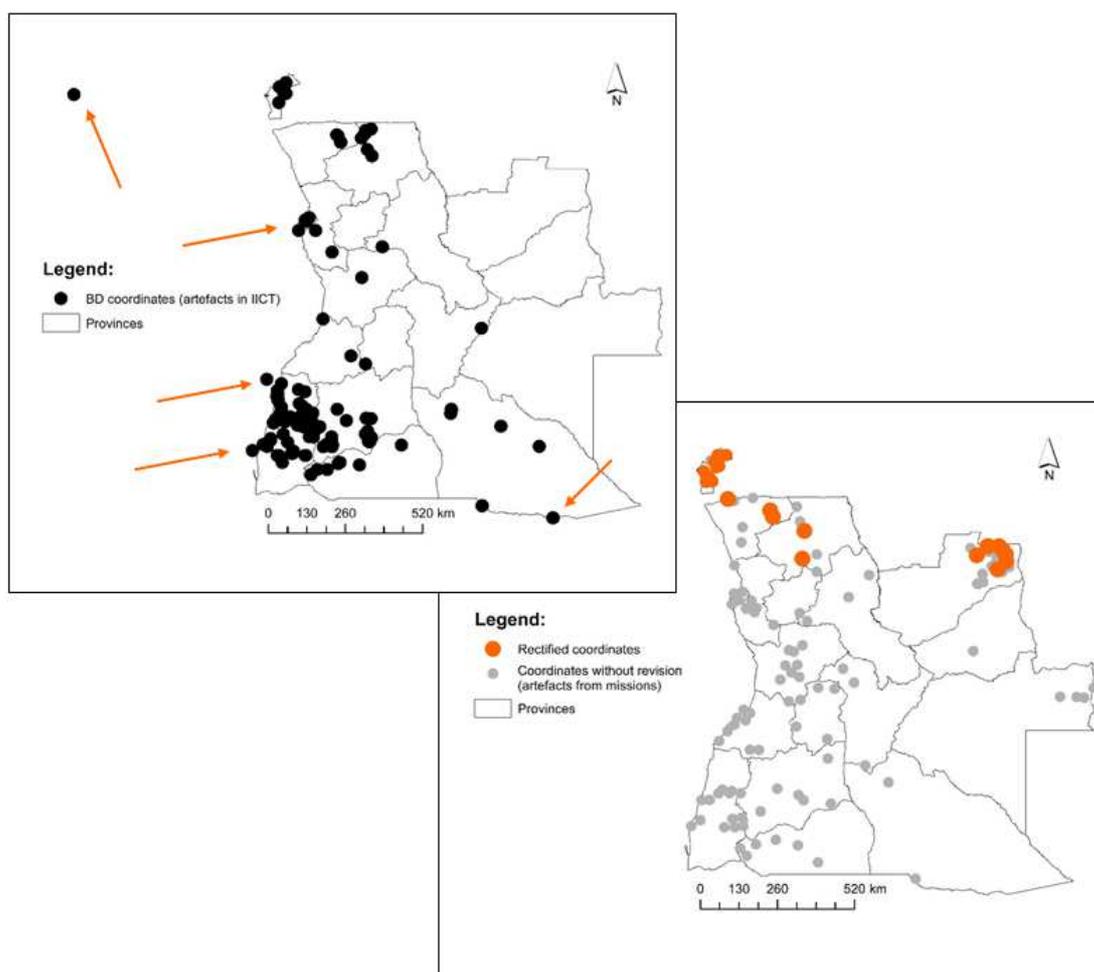
### 3. “Georreferenciação das Coleções Científicas do IICT”

No contexto deste projeto os dados existentes foram alvo de uma nova abordagem científica, que exigiu uma revisão minuciosa da bibliografia e documentação associada, bem como o cruzamento e integração de toda a informação numa única base de dados e em Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

No decurso destas pesquisas, aquando da recolha de informações nas fontes primárias e secundárias (3) e após a inserção dos dados de localização (latitude e longitude) em SIG, constatou-se que algumas coordenadas estavam mal calculadas resultando em estações arqueológicas situadas fora de Angola e em pleno oceano (mapa do lado esquerdo da figura 2). Este foi o primeiro indício de que a informação existente precisava de ser totalmente revista para que o projeto assentasse numa base científica sólida. Na verdade, para além destas imprecisões verificou-se que os vários níveis de informação se encontravam dispersos, em diferentes locais e suportes; as bases de dados eram parcelares e de origens diferentes e geradas

de acordo com os objetivos particulares de cada missão que, no caso da M.A.A. não respondia às exigências e propósitos exclusivamente arqueológicos. Por outro lado, os investigadores que iam ao terreno podiam não ser os que, já em gabinete, tratavam a informação recolhida o que, inevitavelmente, resultava em falhas e incongruências.

Perante estes fatos decidiu-se rever todas as coordenadas existentes esperando-se, desta forma, a minimização de erros. Esta revisão iniciou-se de Norte para Sul (mapa do lado direito da **Figura 2.**) estando, até à data, retificadas as estações localizadas nas províncias de Cabinda, Zaire, Uíge e Lunda Norte.



**Figura 2.** Título da figura 2. Estações arqueológicas distribuídas por províncias. O mapa do lado esquerdo apresenta a primeira integração dos dados em SIG. No mapa do lado direito os pontos laranjas representam as estações já revistas e retificadas. **Fonte:** adaptado de CASANOVA, COELHO E PINTO, 2016.

Para tal e seguindo uma metodologia sistemática, optou-se por realizar um historial para cada estação arqueológica baseado nas notas originais dos investigadores, bem como na análise crítica de toda a bibliografia entretanto publicada (estudos antigos e recentes). A informação está a ser unificada numa única base de dados e em SIG facilitando não só o cruzamento dos vários níveis de informação, mas também a identificação dos erros e localização de imprecisões nos dados originais.

Esta situação levou a uma alteração dos *timings* primitivamente pensados e a uma reconfiguração dos objetivos iniciais do projeto que pretende agora, também, a validação de toda a informação geográfica existente para que, investigadores futuros não se deparem com as incongruências já sinalizadas e os trabalhos possam decorrer de forma mais célere e eficaz.

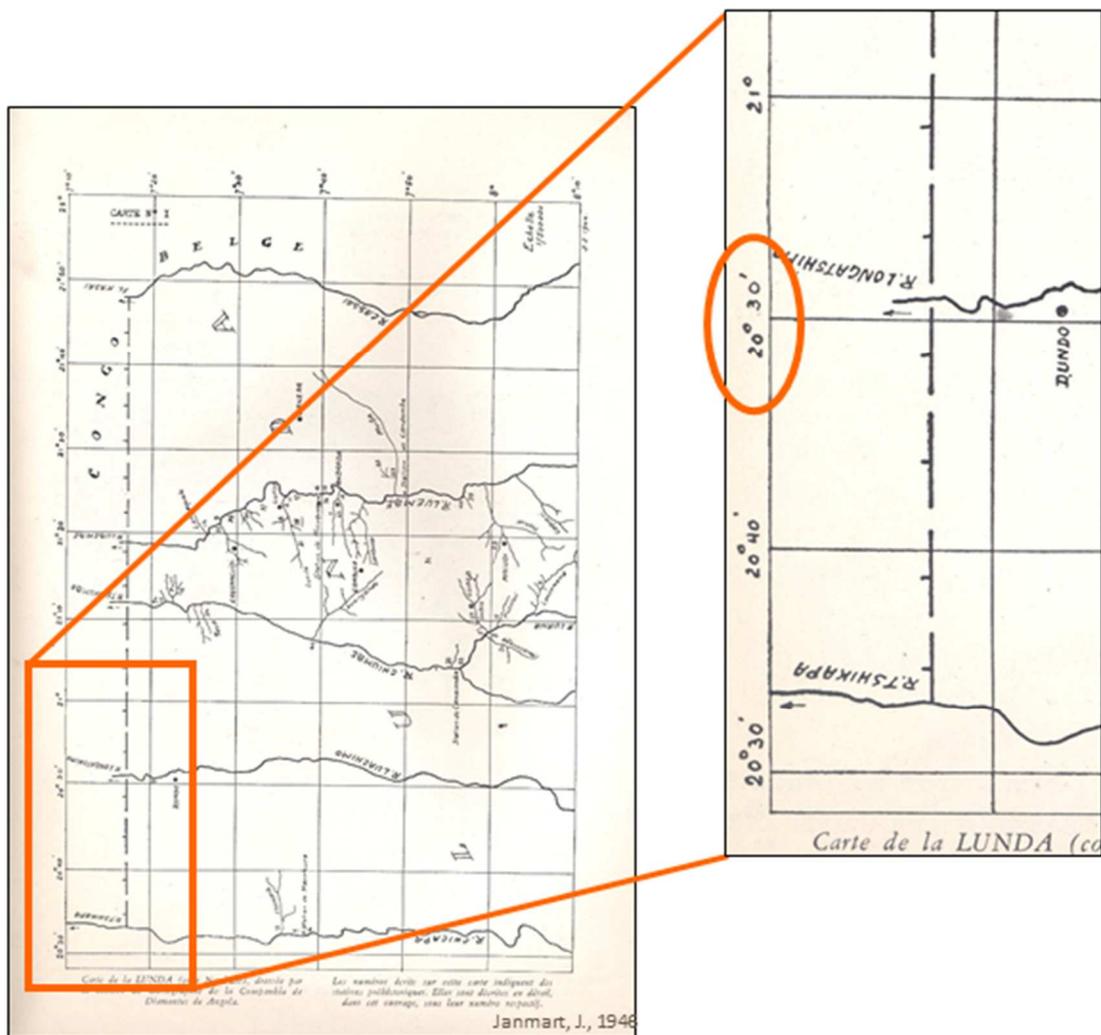
## 4. Casos práticos detetados

Neste ponto apresentamos diferentes exemplos dos problemas detetados ao longo desta revisão que, de uma forma ou de outra resultaram em erros nas coordenadas. Parte destes casos foram expostos no 23º encontro da SAfA e outros foram identificados posteriormente, mas todos ilustram, na prática, o trabalho desenvolvido. Salientamos que:

*“O paradoxo cartográfico corresponde a uma ideia muito simples: os mapas, para serem legíveis e uteis, têm que “mentir”. Na verdade, para não mentir o mapa teria de ser feito à escala 1:1 [...] Para ser eficaz, um mapa tem que seleccionar, diferenciar, interpretar. E é neste complexo exercício que reside a “mentira”: um mapa nunca poderá pretender ser um espelho fiel da realidade, constituindo antes uma construção que fazemos com base em determinadas convenções e critérios e visando objectivos particulares.” (FERRÃO, 2007: 109, 110).*

### 4.1. Gralhas nas publicações

No mapa da figura 3, a grelha de localização mostra a latitude como sendo 20°30', em vez de 20°50', que seria o correto (JANMART, 1946: 15). Ao não se ter em conta este pormenor relativo à latitude, a estação do Dundo, a única que nesta carta se localiza entre os paralelos 20°50' e 21° poderá ser mal calculada.



**Figura3.** Localização da estação arqueológica do Dundo. Note-se que a grelha da latitude se encontra mal numerada: está 20o30' onde deveria estar 20o50'. **Fonte:** adaptado de CASANOVA, COELHO E PINTO, 2016.

4.1.1. Outro caso tem a ver com a grafia do nome das estações. Após a leitura das fichas manuais e/ou outros documentos poderão gerar-se dúvidas sobre a real denominação da estação. Assim e a título de exemplo, nas fichas manuais do ex. IICT existe um sítio com o nome Chinfugo, no Nordeste de Angola. No entanto e de acordo com as referências bibliográficas o nome da estação é Chingufu (JANMART, 1946: 22-27; LEAKEY, 1949: 12; MARTINS,1959: IV; CLARK, 1963: 124).

— 124 —

PROVINCIA — <i>Anpô</i>		ESTAÇÃO — <i>68</i>	
NIVEL — <i>3-4 m</i>	SECTOR —	DIVISÃO —	METRO —
PEÇ. C/ MARC. DE CAMPO. —		PEÇ. S/ MARC. DE CAMPO. —	
TOTAL — <i>355</i>			
FALTAS — <i>Clark, J.D. (1963). Prehistoric cultures in northern Anpô. Publ. Inst. Co. Br. Am. v. 262 (p. 124)</i>			
IND. LÍTICAS —	CERÂMICA —	FOSSEIS —	AMOSTRAS VARIAS — <i>Lupemban</i>
ESTANTE —		TABULEIRO —	CAIXA —
OBS — <i>Chingugo</i>			

I. I. U. PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

	Luzulo 1	Chakimba	Mabalaba	Chinggo	Totals
Paraxes (diminutive) .....	—	—	5	—	5
Picks .....	110	—	—	—	110
Scrapers .....	—	—	7	—	7
Core-Axes — Lower Kalinian type .....	121	25	—	—	120
— Upper Kalinian type .....	143	33	121	61	358
— gouge forms .....	4	—	2	10	16
— uniface .....	25	—	—	82	107
Points — Upper Kalinian type .....	67	7	11	9	94
— tanged .....	—	1	2	1	4
Tranchets .....	—	—	1	3	4
Polyhedral stones .....	—	1	—	—	1

Figura 4. Ficha manual de inventário onde a estação arqueológica é denominada Chingugo (lado esquerdo). Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical; do lado direito é apresentada uma referência bibliográfica onde a mesma estação é denominada Chingugo. Fonte: CLARK, 1963, p. 124.

#### 4.2. Duas fichas manuais, uma estação

Neste exemplo chamamos a atenção para a estação de Furi I (mina) para a qual foram redigidas duas fichas manuais, sugerindo dois sítios distintos. No entanto e de acordo com a bibliografia Furi I (mina) é apenas um sítio arqueológico mas com materiais de duas épocas diferentes (BREUIL e JANMART, 1950; CLARK, 1963: 99, 121, 123, 125, 306, 322).

<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2">PROVINCIA — <i>Anpô</i></td> <td colspan="2">ESTAÇÃO — <i>52</i></td> </tr> <tr> <td>NIVEL — <i>3-4 m</i></td> <td>SECTOR —</td> <td>DIVISÃO —</td> <td>METRO —</td> </tr> <tr> <td colspan="2">PEÇ. C/ MARC. DE CAMPO. —</td> <td colspan="2">PEÇ. S/ MARC. DE CAMPO. —</td> </tr> <tr> <td colspan="2">TOTAL — <i>82</i></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="4">FALTAS — <i>Clark, J.D. (1963). Prehistoric cultures in northern Anpô. Publ. Inst. Co. Br. Am. v. 262 (p. 124, 322, 105)</i></td> </tr> <tr> <td>IND. LÍTICAS — <i>X</i></td> <td>CERÂMICA —</td> <td>FOSSEIS —</td> <td>AMOSTRAS VARIAS — <i>duplos</i></td> </tr> <tr> <td colspan="2">ESTANTE —</td> <td>TABULEIRO —</td> <td>CAIXA —</td> </tr> <tr> <td colspan="4">OBS — <i>Furi I (110 Chumbao) a 2km de Coama</i></td> </tr> </table> <p style="text-align: center;">I. I. U. PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA</p>	PROVINCIA — <i>Anpô</i>		ESTAÇÃO — <i>52</i>		NIVEL — <i>3-4 m</i>	SECTOR —	DIVISÃO —	METRO —	PEÇ. C/ MARC. DE CAMPO. —		PEÇ. S/ MARC. DE CAMPO. —		TOTAL — <i>82</i>				FALTAS — <i>Clark, J.D. (1963). Prehistoric cultures in northern Anpô. Publ. Inst. Co. Br. Am. v. 262 (p. 124, 322, 105)</i>				IND. LÍTICAS — <i>X</i>	CERÂMICA —	FOSSEIS —	AMOSTRAS VARIAS — <i>duplos</i>	ESTANTE —		TABULEIRO —	CAIXA —	OBS — <i>Furi I (110 Chumbao) a 2km de Coama</i>				<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2">PROVINCIA — <i>Anpô</i></td> <td colspan="2">ESTAÇÃO — <i>52</i></td> </tr> <tr> <td>NIVEL —</td> <td>SECTOR —</td> <td>DIVISÃO —</td> <td>METRO —</td> </tr> <tr> <td colspan="2">PEÇ. C/ MARC. DE CAMPO. —</td> <td colspan="2">PEÇ. S/ MARC. DE CAMPO. —</td> </tr> <tr> <td colspan="2">TOTAL —</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="4">FALTAS — <i>Clark, J.D. (1963). Prehistoric cultures in northern Anpô. Publ. Inst. Co. Br. Am. v. 262 (p. 306)</i></td> </tr> <tr> <td>IND. LÍTICAS —</td> <td>CERÂMICA —</td> <td>FOSSEIS —</td> <td>AMOSTRAS VARIAS — <i>Sungulusef</i></td> </tr> <tr> <td colspan="2">ESTANTE —</td> <td>TABULEIRO —</td> <td>CAIXA —</td> </tr> <tr> <td colspan="4">OBS — <i>Furi I (mina) a 2km de Coama (110 Chumbao)</i></td> </tr> </table> <p style="text-align: center;">I. I. U. PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA</p>	PROVINCIA — <i>Anpô</i>		ESTAÇÃO — <i>52</i>		NIVEL —	SECTOR —	DIVISÃO —	METRO —	PEÇ. C/ MARC. DE CAMPO. —		PEÇ. S/ MARC. DE CAMPO. —		TOTAL —				FALTAS — <i>Clark, J.D. (1963). Prehistoric cultures in northern Anpô. Publ. Inst. Co. Br. Am. v. 262 (p. 306)</i>				IND. LÍTICAS —	CERÂMICA —	FOSSEIS —	AMOSTRAS VARIAS — <i>Sungulusef</i>	ESTANTE —		TABULEIRO —	CAIXA —	OBS — <i>Furi I (mina) a 2km de Coama (110 Chumbao)</i>			
PROVINCIA — <i>Anpô</i>		ESTAÇÃO — <i>52</i>																																																															
NIVEL — <i>3-4 m</i>	SECTOR —	DIVISÃO —	METRO —																																																														
PEÇ. C/ MARC. DE CAMPO. —		PEÇ. S/ MARC. DE CAMPO. —																																																															
TOTAL — <i>82</i>																																																																	
FALTAS — <i>Clark, J.D. (1963). Prehistoric cultures in northern Anpô. Publ. Inst. Co. Br. Am. v. 262 (p. 124, 322, 105)</i>																																																																	
IND. LÍTICAS — <i>X</i>	CERÂMICA —	FOSSEIS —	AMOSTRAS VARIAS — <i>duplos</i>																																																														
ESTANTE —		TABULEIRO —	CAIXA —																																																														
OBS — <i>Furi I (110 Chumbao) a 2km de Coama</i>																																																																	
PROVINCIA — <i>Anpô</i>		ESTAÇÃO — <i>52</i>																																																															
NIVEL —	SECTOR —	DIVISÃO —	METRO —																																																														
PEÇ. C/ MARC. DE CAMPO. —		PEÇ. S/ MARC. DE CAMPO. —																																																															
TOTAL —																																																																	
FALTAS — <i>Clark, J.D. (1963). Prehistoric cultures in northern Anpô. Publ. Inst. Co. Br. Am. v. 262 (p. 306)</i>																																																																	
IND. LÍTICAS —	CERÂMICA —	FOSSEIS —	AMOSTRAS VARIAS — <i>Sungulusef</i>																																																														
ESTANTE —		TABULEIRO —	CAIXA —																																																														
OBS — <i>Furi I (mina) a 2km de Coama (110 Chumbao)</i>																																																																	

Figura 5. Duas fichas manuais de inventário que corresponderiam a duas estações arqueológicas diferentes. No entanto verificou-se que pertencem a uma única estação, Furi I (mina). Fonte: INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL.

### 4.3. Mesmo nome, diferentes locais

Existem, pelo menos, duas localidades em Angola denominadas Bungo que se localizam em folhas diferentes da carta 1/100.000 e que distam entre si cerca de 480 kms. Existe ainda uma estação arqueológica denominada Bungo, cujo código de identificação registado na ficha manual a coloca na folha 44 da carta 1/100.000. Porém, nessa mesma ficha, as coordenadas são as da folha 210.

Uma possível justificação para este caso poderá ser a de que quem identificou a estação nos anos de 1950, durante a M.A.A. e registou as suas coordenadas, a localizou na folha 210; posteriormente, nos anos de 1960 as estações arqueológicas de Angola foram revistas por outros investigadores que não participaram na M.A.A. e ao renumerar os sítios, colocaram Bungo na folha com o mesmo nome, ou seja na folha 44 da carta 1/100.000, sem terem em atenção as coordenadas anteriormente tiradas.

Note-se que até ao momento ainda não foi possível identificar o local exato desta estação.

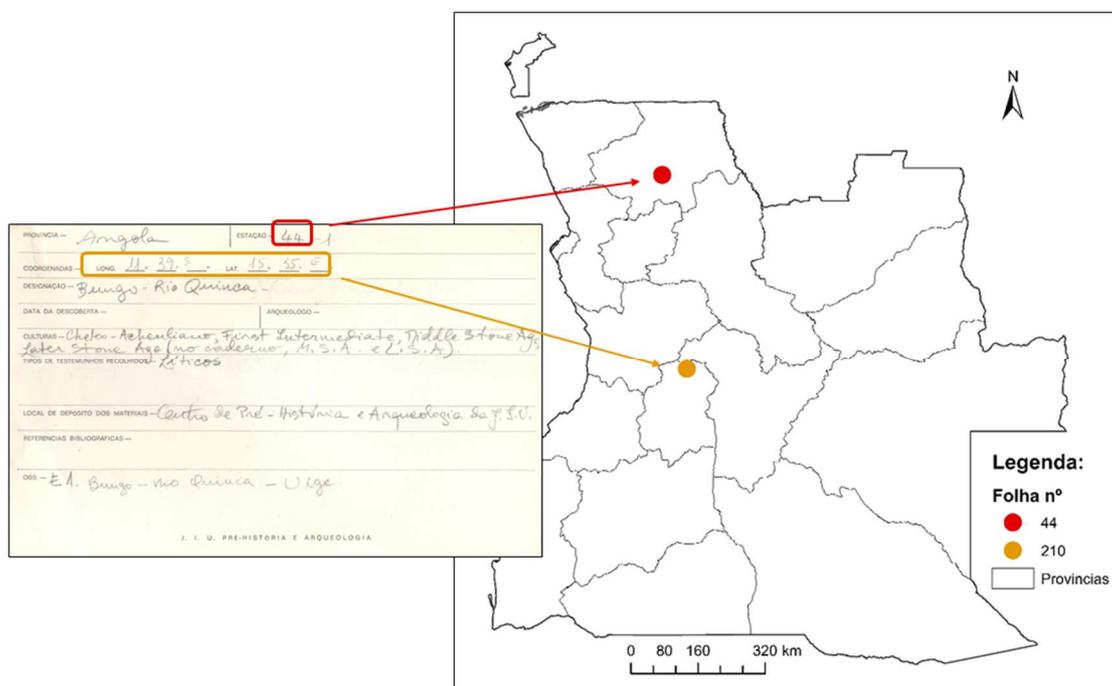


Figura 6. Mapa com duas possíveis localizações da estação de Bungo. O código da estação existente na ficha manual de inventário coloca-a na folha 44 da carta 1/100.000. No entanto, as coordenadas existentes na ficha localizam-na na folha 210 da mesma carta. Fonte: INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL.

4.3.1. Ainda neste caso prático destacamos uma outra situação. Existe uma ficha manual cuja denominação da estação é Brito Godins – Luanda, cujo código identificativo é o 96; nas observações da mesma ficha vem referido ver Rua Brito Godins-89. Numa primeira análise julgamos existir apenas uma estação, cuja atribuição do código não foi linear. No entanto em CLARK, 1966 chama-se a atenção para o fato de existirem duas estações distintas, a da Rua Brito Godins (Luanda), na Folha 89 da Carta 1/100.000 e Brito Godins (N’songolo), na Folha 96 da mesma Carta: at Nsongolo in the plain of Cassange near Brito Godins (not to be confused with the Rua Brito Godins in Luanda), a small workshop site was found at the foot of a steep escarpment [...]. (CLARK, 1966: 38).

PROVINCIA —	Angola	ESTACÃO —	96
COORDENADAS —	LONG. ____° ____' ____"	LAT. ____° ____' ____"	
DESIGNAÇÃO —	Brito Godins - Luanda		
DATA DA DESCOBERTA —	1948 e 1949	ARQUEÓLOGO —	F. Mouta, Aala Martins e H. Brévil
CULTURAS —	Quaternário antigo, Mesolítico		
TIPOS DE TESTEMUNHOS RECOLHIDOS —	Líticos e diversos		
LOCAL DE DEPÓSITO DOS MATERIAIS —	Serviços de Geologia e Minas de Angola		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS —	Relatório sobre os trabalhos e colecções existentes no Museu dos Serviços e que se referem à Pré-História da Colónia de Angola — F. Mouta, Novembro de 1948. Relatório →		
OBS. —	Ver Rua Brito Godins — 89		

I. I. U. PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

**Figura 7.** Ficha manual de inventário da estação arqueológica de Brito Godins, com dois códigos de estação associados, 89 e 96.  
**Fonte:** INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL

#### 4.4. Diferentes escalas resultam em erros de precisão

“The scale of a map is the relation which the distance between any two points on the map bears to the corresponding distance on the ground.” (DEBENHAM, 1937: 15).

Para este ponto tomamos como exemplo a estação arqueológica de Candala. No mapa de MARTINS, 1959 à escala 1/3.000.000 (escala de pouco pormenor) foi identificada com um símbolo de grandes dimensões que, no terreno, equivale a cerca de 8kms; posteriormente CLARK, 1963 localizou a mesma estação num mapa à escala aproximada de 1/800.000 (escala de maior pormenor), cujo símbolo no terreno equivale a cerca de 800m: porque recorrem a símbolos e convenções para diferenciar o que está representado no mapa. Há muitas formas de o fazer, mas todas elas implicam dar maior visibilidade e por isso maior importância relativa (FERRÃO, 2007: 110).

As estações idealmente deverão ser localizadas em mapas de pormenor, que se aproximem o mais possível da realidade. Neste caso concreto, 800m no terreno é insignificante para os objetivos deste projeto.

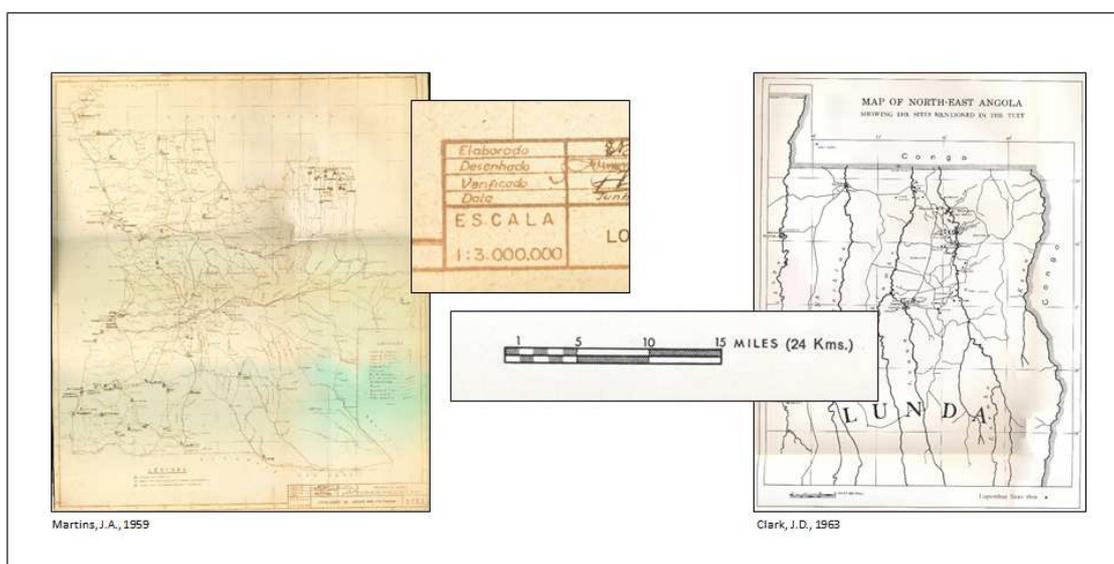


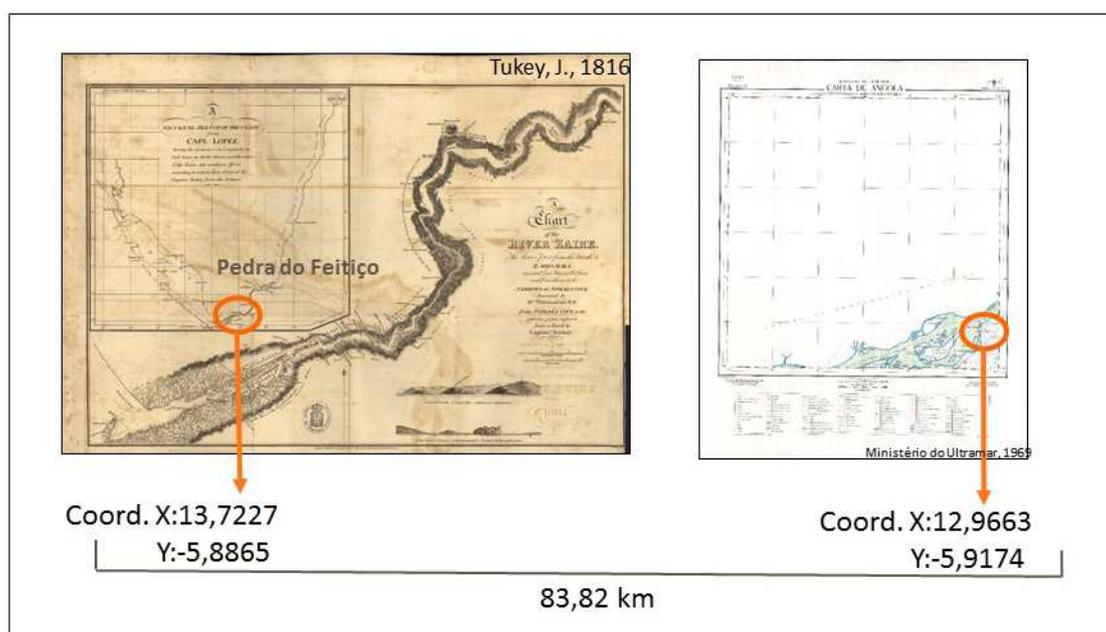
Figura 8. Dois mapas de escalas diferentes onde se encontra localizada a estação arqueológica de Candala. Fonte: MARTINS, 1959; CLARK, 1963.

#### 4.5. Erros consecutivos

A localização correta da estação arqueológica da Pedra do Feitiço, nas margens do Rio Zaire, foi, até à data, a que se mostrou ser mais complexa, devido a erros sucessivos encontrados na bibliografia.

Foi descoberta em 1816, pelo Capitão James H. Tuckey (TUCKEY, 1818) que a desenhou no mapa entre os meridianos 13° e 14°. No século XIX, por norma, a longitude era inferida de forma aproximada e estimada de acordo com as distâncias percorridas pelos navios. Ora, pela leitura da obra *"Narrative of an expedition to explore the river Zaire"* deduz-se que no local da Pedra do Feitiço se formavam muitos remoinhos e a corrente era forte: *a few very insignificant eddies, close to the rock, were however now the only signs that some whirlpools may exist in the rainy season, and the current, which here ran stronger than in any other part of the river, did not exceed 2 1/2 miles an hour*" (TUCKEY, 1818, p. 96). Este fato foi suficiente para que as coordenadas desta estação arqueológica fossem mal calculadas. Note-se que no século XIX o único método usado para a obtenção da longitude era a estima que, apesar dos resultados satisfatórios, os pilotos estavam sujeitos a dúvidas e erros de localização; este cálculo, com a ajuda de ampulhetas, era feito de acordo com a orientação do navio, a sua velocidade, que era feita "a olho" e do tempo percorrido. A experiência dos pilotos era assim imprescindível (fonte: A.N.C.). Para calcular a longitude era necessário saber a diferença horária entre o meio-dia solar do local e de um ponto de referência, determinado pela altura máxima do Sol nos dois locais. Esta medição do tempo era efetuada através de um relógio (DILÃO, 1999).

Assim, quando se tentou localizar a estação da Pedra do Feitiço na carta 1/100.000 constatou-se que a morfologia do rio Zaire não era igual à que estava desenhada na obra de TUCKEY, 1818. A localização aproximada seria entre os meridianos 12° e 13° e não entre os 13° e 14° como havido sido referido. Perante esta evidência e atendendo à quantidade de pontos identificados por James H. Tuckey no seu mapa procuraram-se outros exemplos sobre as eventuais imprecisões de cálculo das longitudes deste autor. De facto, o hidrógrafo, John Purdy, em 1822 tinha já chamado a atenção para estes erros: *we fear that none of the longitude given in Captain Tuckey's Narrative are intitled to farther notice* (PURDY, 1822, p.6).



**Figura 9.** Primeira localização, em mapa, da estação arqueológica da Pedra do Feitiço, em 1816 (mapa do lado esquerdo); localização da estação na carta 1/100.000 (mapa do lado direito). **Fonte:** adaptado de CASANOVA, COELHO E PINTO, 2016.

## 5. Conclusão

Resumindo, no decorrer, sobretudo, de duas grandes missões a Angola, entre os anos de 1950 e 1980, foi possível reunir no ex IICT uma coleção arqueológica composta por mais de 130 mil artefactos líticos e documentação associada. Esta foi recolhida mediante objetivos concretos e trabalhada à luz das metodologias e conhecimentos da época, com o intuito de aprofundar o estudo da pré-história de África. Foram, neste sentido realizados variados trabalhos, manifestamente insuficientes

*“(...) não dispomos ainda de cursos especializados nem de pessoas que se possam consagrar exclusivamente à investigação do passado pré-histórico destas regiões vastíssimas [Angola e Moçambique], onde centenas de arqueólogos não seriam de mais. A incipiência dos nossos estudos, e a inexistência de revistas e congressos exclusivamente consagrados à Pré-história dos Estados portugueses da África Austral [...] acarreta-nos uma carência inquietante de documentação neste domínio, que muito entrava o progresso dos poucos a ele consagrados (Jorge, 1974, p. 43) Interessa é continuidade e organismos que assegurem e rompam com o isolamento dos pesquisadores” (JORGE, 1974: 51).*

É neste sentido que Miguel Ramos, ex-investigador do IICT e chefe da primeira missão de estudos arqueológicos ao sudoeste de Angola (M.E.A.S.A.) tenta, na sua tese de doutoramento fazer este trabalho de síntese e estado da arte da arqueologia em Angola. No entanto, a sua morte prematura gorou estas expetativas (COELHO, PINTO, MARTINS, 2015; RAMOS, 1970).

Porém, a partir de 2005, no âmbito da chamada 'Iniciativa Portuguesa' que pretendeu valorizar e tornar acessível aos países de origem e à comunidade científica o património à guarda do IICT, multiplicaram-se as ações para o tratamento e valorização deste património. "Georreferenciação das Coleções Científicas do IICT" veio nessa senda e pretende rever toda a informação geográfica associada às coleções mas também a centralização dos dados numa única plataforma, trabalho que se julga necessário e fundamental para a validação da informação mas também para que esta possa ser utilizada, de forma fidedigna, em estudos científicos sobre a pré-história de África.

No decorrer do desenvolvimento do projeto e mediante a utilização dos SIG, como referido acima foram identificados e retificados erros de localização que constam na documentação disponível e nas publicações científicas que são reproduzidos sistematicamente em novas publicações. Note-se que o trabalho de campo no terreno é cada vez mais escasso, face aos custos envolvidos e outras dificuldades de implementação.

Com este plano pretende-se ainda o restabelecimento dessas parcerias com instituições congéneres tendo como finalidade a validação *in situ* dos dados de campo e a criação de novos projetos conjuntos, abrangentes e transversais a esta área do saber.

Saliente-se que Angola, detentora deste vasto e único património foi co-patrocinadora das missões científicas do ex IICT aos trópicos e que, muito possivelmente nos seus arquivos existirá material ainda inédito. A união de esforços valorizará o património científico daquele País, multiplicará as formas de abordagem a esse património e permitirá o surgimento de estudos inovadores, constituindo uma mais-valia para as instituições que o salvaguardam, para toda a comunidade científica e também para as populações de origem.

É nossa convicção que o desenvolvimento deste trabalho e o restabelecimento de parcerias pode vir a ter grande relevância e impacto na identidade cultural de Angola e para a história da arqueologia ultramarina; permitirá o conhecimento do passado longínquo dos povos que passaram por África, os seus movimentos migratórios, as suas estratégias de povoamento, entre outras realidades que contribuíram para a definição do País que Angola é hoje. Trata-se, pois, de um benefício inestimável para a implementação de estratégias de crescimento social, económico e cultural, nomeadamente através do arqueoturismo e para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais e regionais, que não deve ser descurado.

## NOTAS

(1)Diário da Republica, 1.ª série – N.º 148 – 31 de julho de 2015; Decreto-Lei n.º 141/2015.

(2) Note-se que os números apresentados são provisórios uma vez que com a continuidade dos trabalhos, a informação disponível vai sendo alterada e colmatada à luz da reinterpretação das diversas fontes.

(3) Considerou-se fonte primária as informações contidas em relatórios ou cadernos de campo dos investigadores que participaram nas missões; como fonte secundária considerou-se a

informação que foi processada, nomeadamente os artigos científicos em que os autores fazem as suas interpretações e considerações.

## BIBLIOGRAFIA

BREUIL, H.; JANMART, J. - Les limons et graviers de l'Angola du Nord-Est et leur contenu archéologique. **Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda**. Lisboa: Diamang. Vol. 5 (1950), p. 1-57. CLARK, J. D. - Prehistoric cultures of northeast Angola and their significance in Tropical Africa. **Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda**. Lisboa: Diamang. Vol. 62, I/II (1963), p. 1-222.

CLARK, J. D. - The Distribution of Prehistoric Culture in Angola. **Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda**. Lisboa: Diamang. Vol. 73 (1966), p. 15-102.

COELHO, A. G.; PINTO, I.; MARTINS, A. C. – Percursos de Miguel Ramos (1932-1991) na arqueologia: síntese e perspectivas. **Africana Studia**. Porto: Centro de Estudos africanos. Vol. 24. (2015), p. 145-160.

DEBENHAM, F. – **Exercices in cartography**. London: Blackie and Son, 1937.

DILÃO, R. - **Latitudes e Longitudes**. Lisboa: Ciência Viva. Ministério da Ciência e da Tecnologia. 2007. ISBN: 972-97805-2-8.

ERVEDOSA, C. – **Arqueologia Angolana**. Lisboa: Edições 70, 1980. ISBN: 9789724400365.

FERRÃO, J. - Cartografar, imaginar: o papel dos mapas na construção de uma nova geografia para a Europa: conferências de 2004/2005. In **Despertar para a Ciência**. Lisboa: Gradiva, 2007, p. 109-114.

JANMART, J. - Les stations Préhistoriques de l'Angola du Nord-Est. **Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda**. Lisboa: Diamang. Vol. 1 (1946), (p. 1-87).

JANMART, J. - La station préhistorique de Candala (District de la Lunda, Angola) du Nord-Est. **Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda**. Lisboa: Diamang. Vol. 2 (1948), p. 9-44.

JORGE, V. O. – Breve Introdução à Pré-história de Angola. Palestra proferida pelo Dr. Vitor Oliveira Jorge. In **Boletim Cultural**. Angola: Câmara Municipal de Sá da Bandeira, N.º 36 (1974), p. 39-64.

LEAKEY, L.S.B. - Tentative Study of the Pleistocene Climatic Changes and Stone-Age Culture Sequence in North-Eastern Angola. **Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda**. Lisboa: Diamang. Vol. 4 (1949), p. 1-82.

MARTINS, J. A. - Jazidas pré-históricas da província de Angola. **Relatório inédito do Serviço de Geologia e Minas de Angola**. Luanda: Serviço de Geologia e Minas de Angola (1959), p. 1-65.

PURDY, J. - **Memoir, Descriptive and explanatory, to accompany the New Chart of the Ethiopic or Southern Atlantic ocean, with the Western Coast of South America, from Cape Horn to Panama.** London: R. H. Laurie, 1822.

RAMOS, M. - Algumas descobertas recentes no sudoeste de Angola (nota prévia). In I Jornadas Arqueológicas, Lisboa, 1970 - **Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola/ Instituto de Investigação Científica Angola.** Angola, 1972. Vol. IX, nº 1. p. 95-106.

RODRIGUES, M. C. - In Memorium. **O Arqueólogo Português.** Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 8/10 (1992), p. 9-15.

TUCKEY, J. H.; SMITH, C. - **Narrative of an expedition to explore the river Zaire.** London: John Murray, 1818.

## DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

A.N.C.: Associação Nacional de Cruzeiros - O Problema da latitude e da longitude. [Em linha] [Consult. 20 Out. 2016]. Disponível em <URL: [www.: http://www.ancruzeiros.pt/ancdrp/o-problema-da-latitude-e-da-longitude](http://www.ancruzeiros.pt/ancdrp/o-problema-da-latitude-e-da-longitude)>

CASANOVA, M. C.; COELHO, A. G.; PINTO, I. - **Georeferencing four decades of archaeological collections from Angola: A project for the future.** Livro de sessões do 23.º da SAfA. [Em linha]. Université Toulouse – Jean Jaurés (2016), p. 438-439. [Consult. 20 Out. 2016]. Disponível em <URL: [www.: http://safa-2016.science/images/Safa-2016-Sessions.pdf](http://safa-2016.science/images/Safa-2016-Sessions.pdf)>

COELHO, A. G., PINTO, I., CASANOVA, M. C. – **A coleção arqueológica do IICT no novo milénio.** ANTROPE [Em linha]. Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar. Vol. 1 (2014), p. 6-22 [Consult. 20 Out. 2016]. Disponível em <URL: [www.: www.cph.ipt.pt](http://www.cph.ipt.pt)> ISSN: 2183-1386.

## FONTES MANUSCRITAS

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL – Fichas manuais de inventário das estações arqueológicas de Angola. Acessível no Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

# PRODUÇÃO DE CAL EM CABO VERDE

Vera Cibeles Neves Marques

PhD student, Universidade de Aveiro, Departamento de Engenharia Civil, RISCO, 3810-193 Aveiro  
Professora da Universidade de Cabo Verde, Faculdade de Engenharia e Ciências do Mar, São Vicente Cabo Verde;  
[vcibeles@ua.pt](mailto:vcibeles@ua.pt) / [vera.marques@docente.unicv.edu.cv](mailto:vera.marques@docente.unicv.edu.cv)

Belany da Cruz Sousa

Ex-Estudante de Graduação da Universidade de Cabo Verde, Faculdade de Engenharias e Ciências do Mar, São Vicente, Cabo Verde  
[Belany.sousa@student.unicv.edu.cv](mailto:Belany.sousa@student.unicv.edu.cv)

Ana Luísa Velosa

Professora Associada da Universidade de Aveiro, Departamento de Engenharia Civil, RISCO, Geobiotec, 3810-193 Aveiro, Portugal  
[avelosa@ua.pt](mailto:avelosa@ua.pt)

# Produção de Cal em Cabo Verde

Vera Cibebe Neves Marques

Belany da Cruz Sousa

Ana Luísa Velosa

## Historial do artigo:

Recebido a 29 de setembro de 2016

Revisto a 25 de novembro de 2016

Aceite a 01 de dezembro de 2016

## RESUMO

Tendo em conta o facto de que em várias ilhas do arquipélago de Cabo Verde, se procedia, de forma corrente, à produção de cal, serve este estudo como levantamento das técnicas de produção da cal utilizadas em Cabo Verde, nas ilhas da Boavista, Santo Antão e São Vicente. O estudo contempla, de forma mais alargada, a identificação dos locais de produção de cal, bem como a origem e características da matéria-prima empregue, o calcário, proveniente de jazidas locais.

O estudo da produção da cal englobou, para além de pesquisa bibliográfica, o levantamento dos fornos existentes (das suas ruínas), entrevistas a habitantes locais que interagiram com esta técnica produtiva, e, por último, a análise da matéria-prima. Com esta metodologia, foi possível analisar a história e o impacto da produção da cal no arquipélago.

Desde o século XIX até meados dos anos 70 do século XX, a cal era produzida para ser utilizada na construção das edificações. Nos edifícios antigos de Cabo Verde, a cal é um material predominante, e surge em argamassas de assentamento e enchimento, em rebocos interiores e exteriores, e em acabamentos por caiação.

**Palavras-chave:** Cal, Calcário, Forno, Calcinação.

## ABSTRACT

Taking into account that lime production was a common practice in several islands of the archipelago of Cape Verde, this study surveys the techniques used for lime production in the islands of Boavista, Santo Antão and São Vicente.

The study concentrates its main focus on the identification of lime production sites, and the origin and characteristics of the limestone from local quarries, which was used as raw material. In addition to the analysis of related works, a survey of existing furnaces (ruins), interviews with

local people who interacted with these production techniques and analysis of the raw material were also performed. In this way, it was possible to approach the history and the impact of lime production in the country. Since the 19th century until the mid 1970's, the lime was made to be used in constructions. In the old buildings of Cape Verde lime is a predominant material used in settlement and filling mortars, in plasters and for whitewashing.

**Key-words:** Lime, Limestone, Kiln, Calcination.

## 1. Introdução

Atualmente, em Cabo Verde, ainda se podem observar, várias ruínas de fornos de cal, vestígios duma cultura de utilização deste material, que entretanto, caiu em desuso. A perda, por degradação ou desaparecimento destes fornos, constitui um empobrecimento do património industrial de Cabo Verde, pois estes possuíam um significado histórico, que possibilitaria a compreensão da identidade cultural da sociedade que os produziu.

Nos edifícios antigos de Cabo Verde é possível encontrar cal como ligante nas argamassas de assentamento e de revestimento (reboco) e como acabamento em forma de caiação. Esta forma de revestimento, não tem sido respeitada nas intervenções de reabilitação recentes no património histórico, situação essa, que por vezes tem contribuído para a degradação precoce dos revestimentos de edifícios. É, assim, relevante disseminar informações sobre o uso e produção de cal aérea no arquipélago, fomentando a sua utilização corrente em obras de reabilitação.

Pretende este estudo refletir, sobre o processo de fabrico da cal em Cabo Verde, nas ilhas de Santo Antão, São Vicente e Boa Vista, identificando os materiais e as técnicas utilizadas.

## 2. Introdução

A cal é um material constituído por óxido de cálcio (CaO), podendo conter óxido de magnésio (MgO) e/ou hidróxidos de cálcio e magnésio (Ca(OH)<sub>2</sub> e Mg(OH)<sub>2</sub>), sob qualquer forma física ou química. Podemos evidenciar dois tipos de cal: a cal aérea e a cal hidráulica. Estas distinguem-se entre si, pela capacidade de ganhar presa debaixo de água. (NP EN459-1:2011, 2011)

A cal aérea não ganha presa debaixo de água, e é obtida pela calcinação, a 800 /1000 °C, de rochas calcárias.

Segundo a norma NP EN 459-1:2011, a cal aérea pode ser subdividida em dois tipos, de acordo com a composição química:

Cal cálcica (CL), constituída por óxido de cálcio ou por hidróxido de cálcio;

Cal dolomítica (DL) cal constituída por óxido de cálcio e por óxido de magnésio ou por hidróxido de cálcio e por hidróxido de magnésio. (**vd. Tabela 1.**)

Cal Aérea	Classificação
Cal Cálctica	Cal Cálctica 90 (CL90)
	Cal Cálctica 80 (CL80)
	Cal Cálctica 70 (CL70)
Cal Dolomítica	Cal Dolomítica 90-30 (DL 90-30)
	Cal Dolomítica 85-30 (DL 85-30)
	Cal Dolomítica 80-5 (DL 80-5)

**Tabela 1.** Tipos de Cal Aérea. Fonte: Adaptada de (NP EN459-1:2011, 2011).

Assim, o numero indicado na notação das cais cálcicas, corresponde à percentagem mínima de óxido de cálcio que contém. Nas cais cálcicas a quantidade de óxido de magnésio tem de ser inferior a 5%.

Nas cais dolomíticas, o primeiro número da notação corresponde à percentagem mínima de óxido de cálcio, e o segundo, à percentagem mínima de óxido de magnésio.

A cal aérea é ainda classificada de acordo com as condições de fornecimento, em viva (Q) ou de cal hidratada (S). (NP EN459-1:2011, 2011)

A cal viva é o produto obtido após a calcinação das rochas calcárias e apresenta uma reacção exotérmica quando em contacto com a água.

A cal hidratada, também designada por cal extinta ou cal apagada, resulta da reacção da cal viva com a água. Esta reacção de hidratação é rápida, bastante expansiva e exotérmica. O volume resultante de cal hidratada, pode ser de até três vezes o volume inicial. (GOMES, PINTO & PINTO, 2013)

## 2.1. Produção de Cal em Cabo Verde

Em Cabo Verde, a cal aérea era um ligante bastante utilizado no passado, em trabalhos de assentamento de alvenarias e revestimentos de paredes (FERREIRA & CARVALHO, 2003).

Nos edifícios antigos de Cabo Verde, construídos antes de 1945, a cal pode ser encontrada como ligante nas argamassas de revestimento e de assentamento, e, nos acabamentos em pintura.

A cal utilizada na construção em Cabo Verde era produzida localmente, mas, no entanto, existem também registos da importação deste material:

*Em 1851 foi determinada por decreto régio, a isenção de quaisquer direitos de importação de vários materiais de construção, sendo um deles a ca.l* (Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo, 1984).

Em 1938 diferentes “hiates” procedentes do reino, desembarcaram no Porto Grande (Mindelo, S. Vicente) entre outros materiais, barricas de cal para a edificação da cidade do Mindelo (SILVA, 2000).

A história do fabrico da cal em Cabo Verde teve início no século XIX, na Ilha da Boa Vista. O primeiro forno foi construído nesta ilha, por um espanhol, entre os anos de 1820/1830, na região de Boa Esperança. Este que foi o ponto de partida para o início desta actividade artesanal, que influenciou em grande escala o progresso socioeconómico da ilha, durante alguns anos. (KASPER, 1987)

O forno foi construído com o objectivo de produzir cal para a construção de habitações e de infra-estruturas em Sal Rei. O desenvolvimento urbano que Sal Rei teve na época, provocou a necessidade da construção de mais fornos, os quais foram sendo construídos nas proximidades de Sal Rei e na zona de Rabil.

Na ilha da Boa Vista, durante esta época assistiu-se a uma produção de cal bastante significativa, havendo inclusivamente exportação deste material para a Guiné, América e Portugal. No entanto, nunca houve uma industrialização desta actividade. (KASPER, 1987)

Na tabela 2, podem observar-se as quantidades de cal exportadas entre 1930 e 1957

Ano	Cal (Kg)	Ano	Cal (Kg)	Ano	Cal (Kg)	Ano	Cal (Kg)
1930	1.032.833	1936	741.600	1942	857.800	1948	840.500
1931	852.560	1937	644.053	1943	803.062	1949	2.050.000
1932	820.775	1938	632.432	1944	785.938	1950	8.094.000
1933	720.430	1939	763.860	1945	828.672	1951	7.060.000
1934	617.610	1940	1.107.800	1946	514.677	1952	9.000.000
1935	603.530	1941	587.395	1947	863.950	1957	2.186.890

Tabela 2. Exportação de Cal Tratada da Boa Vista. Fonte: Adaptada de (KASPER, 1987)

Na tabela 3, podemos notar os lucros da exportação de cal, da casa de comércio Bem’Oliel entre 1954 e 1967.

Ano	Lucro (\$) (Cal)	Ano	Lucro (\$) (Cal)
1954	121 501\$30	1961	144 635\$20
1955	183 124\$45	1962	173 484\$20
1956	157 741\$60	1963	128 922\$60

1957	163 873\$20	1964	156 393\$40
1958	273 730\$70	1965	101 873\$30
1959	126 136\$10	1966	101 471\$60
1960	131 979\$80	1967	47 028\$60

**Tabela 3.** Lucro proveniente da exportação de cal da casa de comércio Bem'Oliel. **Fonte:** Adaptada de (KASPER, 1987)

Em 1844, a única ilha onde e se produzia cal tratada era na Boa Vista. Nas ilhas de Santo Antão e São Vicente, recebiam-se algumas remessas de cal tratada provenientes da Boa Vista, mas em quantidades pouco expressivas. A dificuldade de transporte da cal entre ilhas, devido às fracas ligações marítimas, levou a que cada ilha passasse a produzir a sua própria cal.

Nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santiago e Brava também existiam jazigos de calcário. (KASPER, 1987) A ilha do Maio dispõe também de reservas de matéria-prima para o processamento de cal (FERREIRA & CARVALHO, 2003).

Na época, muitas famílias dependiam financeiramente desta actividade artesanal, no entanto a cal era um produto relativamente barato. (KASPER, 1987)

Este facto, aliado ao surgimento e disseminação da utilização do cimento como ligante, levou a que, nos anos 70 do século passado, a actividade de produção de cal entrasse em declínio, vindo mesmo a desaparecer.

## 2.2. Os Fornos de Cal

Os fornos de cal eram artesanais, de funcionamento intermitente, feitos em alvenaria de pedra, com argamassa de barro e o emboço feito com cal. Possuíam forma cilíndrica, e o diâmetro diminuía com a altura até ao terminal da torre, sendo assim, a base mais larga do que o topo. Possuíam duas aberturas, uma no topo para introdução das pedras de calcário e uma na face lateral junto à base, para admissão de ar durante a combustão, e, para retirar a cal viva.

A calcinação do calcário demorava alguns dias e o combustível utilizado era a lenha.

Próximo dos fornos existia sempre um poço, e era de lá que se retirava a água para apagar a cal.

Na maior parte dos casos, a matéria-prima era extraída no local de produção da cal, encontrando-se os fornos nas proximidades das jazidas de calcário

### 2.2.1. Localização dos Fornos na Ilha da Boa Vista

Na ilha da Boa Vista, existiam cerca de 500 fornos para a produção de cal, espalhados por toda a ilha. Na **tabela 4.** e na **Figura 1.**, encontramos a localização dos fornos.

Locais	Nº de Fornos
Rabil e Estância de Baixo	140
Fundo de Figueira (ao longo da Ribeira de Calhau)	65
Sal Rei (Principalmente na região de duna em direcção Este)	55
Espingueira e Baforeira	95
João Gatego e Campo da Serra	20
Povoação Velha	45
Cabeça de Tarrafes	4
Fonte Vicente	2/3
Praia do Curralinho	1
Curral Velha	1

Tabela 4. Localização dos fornos de Cal na ilha da Boa Vista. Fonte: (KASPER, 1987)



Figura 1. Localização dos Fornos de Cal na Ilha da Boa Vista. Fonte: Google, 2016.

### 2.2.2. Localização dos fornos na Ilha de São Vicente

Na ilha de São Vicente, a produção de cal desenvolvia-se em Ribeira de Vinha, Ribeira de Julião, Seladinha de Cal, Seixal, Passarão, Chã de Vital, Perto de Fontinha (antigamente conhecido como Ribeira do Paul, ao lado do campo novo) e Barro Branco.

Ao contrário das restantes ilhas, em São Vicente, a Câmara Municipal produzia cal nas zona de Seladinha de Cal e Passarão, para as sua próprias obras, com a finalidade de infra - estruturar a ilha. Porém, a produção era insatisfatória, sendo a edilidade obrigada a comprar a cal dos produtores privados.

Em São Vicente existiam 17 fornos sendo distribuídos segundo a **tabela 5 e Figura 2**.

Local	Nº de Fornos
Ribeira de Vinha	6
Ribeira de Julião	3

Seladinha de Cal	2
Seixal	1
Passarão Chã de Vital	2
Perto de Fontinha	1
Barro Branco	2

Tabela 5. Localização dos Fornos de Cal na Ilha de São Vicente. Fonte: (SOUSA, MARQUES & VELOSA, 2013)

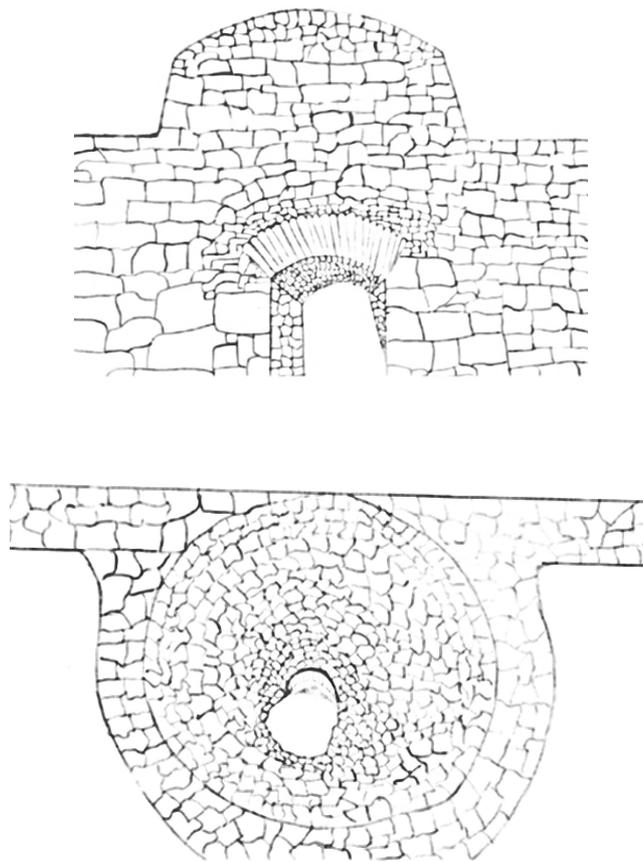


Figura 2 Localização dos Fornos de Cal na Ilha de São Vicente. Fonte: Google, 2016.

Na zona de Ribeira de Julião existiam três fornos, pertencentes a três proprietários diferentes: Sr. Vensaslau Picoteiro, Sr. Ilias Miranda e Sr. Antão Morais. Na **Figura 3.** pode observar-se, as ruínas do forno situado junto à fábrica de sabão, pertencente ao Sr. Antão Morais e na **Figura 4.** a representação do mesmo forno.



Figura 3. Ruínas do forno de Cal em Ribeira de Julião. Fonte: (SOUSA, MARQUES & VELOSA, 2013)



**Figura 4.** Representação esquemática do forno de cal em ribeira de Julião, à direita alçado e à esquerda planta. **Fonte: (SOUSA, MARQUES & VELOSA, 2013)**

Em Seladinha de Cal, situava-se um forno pertencente à Câmara Municipal. Os trabalhadores moravam na mesma zona, em casas pertencentes à autarquia, visto ser uma zona afastada do centro de Mindelo. Hoje já não existem vestígios do forno nem dessas habitações. O poço foi vandalizado e entupido pelas enxurradas das chuvas.

Na zona de Seixal, dois irmãos Oal Matos e Manuel Matos construíram um forno de cal e durante vários anos ali produziram cal (**vd. Figura 5.**). Deste forno, saiu a cal para a construção da fábrica Favorita. (Sousa, Marques, & Velosa, 2013)

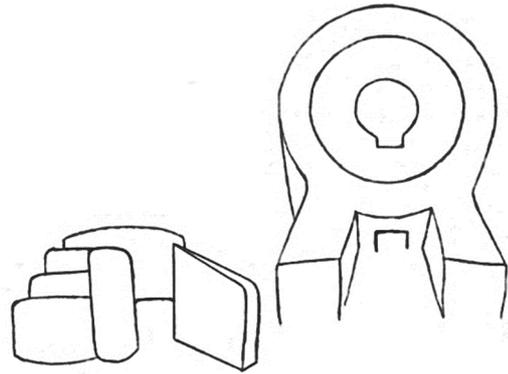


Figura 5. Ruínas e representação esquemática do forno de cal na propriedade de Seixal. Fonte: (SOUSA, MARQUES & VELOSA, 2013)

### 2.2.3. Localização dos fornos na Ilha de Santo Antão

Na ilha de Santo Antão, a cal era produzida em duas zonas, na zona de Tarrafal de Monte Trigo, mais precisamente na região de Curralinho, onde se usava o calcário local, e na zona de Ponta do Sol, vindo o calcário da ilha da Boavista (vd Figura 6.).

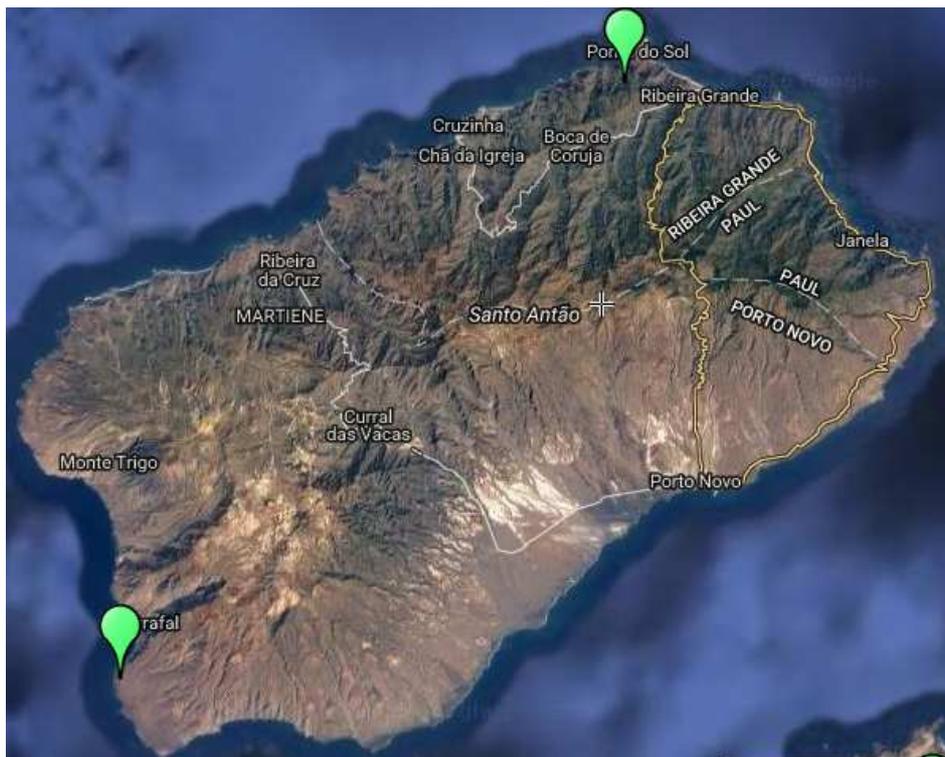


Figura 6. Localização dos Fornos de Cal na ilha de Santo Antão. Fonte: Google, 2016.

A cal produzida na Ponta do Sol, foi utilizada na construção dos edifícios antigos da Vila de Ponta do Sol, sendo produzida por madeirenses, que ali viviam.

As Figuras 7. e 8. mostram as ruínas dos fornos de cal, nas zonas de Tarrafal de Monte Trigo e Ponta do Sol.



**Figura 7.** Forno de Cal, Tarrafal de Monte Trigo, Santo Antão. **Fonte:** (Marques, 2012)



**Figura 8.** Forno de cal, Ponta do Sol, Santo Antão. **Fonte:** As Autoras.

### 2.3. Processo de Fabrico da Cal

De acordo com a pesquisa bibliográfica efetuada, e também, com base em entrevistas realizadas a algumas pessoas, que ainda observaram o processo de fabrico da cal, este, compreendia as seguintes fases:

1. Era extraída a matéria-prima em pedras de calcário de grandes dimensões;
2. As pedras eram quebradas com martelos, obtendo-se fragmentos de dimensão razoável para colocar no forno;
3. A lenha era colocada por camadas em função do tamanho, ficando na parte inferior os elementos de menor dimensão. Por cima da lenha era colocado o pó de cinza de carvão mineral;
4. Seguidamente colocavam-se várias camadas de pedra de calcário, separadas entre si por camadas de pó de cinza de carvão mineral, até ao topo do forno. A última camada era constituída por de pedras de calcário;
5. Colocava-se o fogo no fundo do forno;
6. Dava-se a calcinação do calcário. Por vezes, o fogo demorava cerca de dois dias para chegar ao topo do forno. Obtinham-se assim, as pedras de cal;
7. Após o arrefecimento do forno, as pedras de cal eram colocadas ao ar livre e misturadas com água, para se dissolverem;
8. Por intermédio de uma rede, separavam-se as partículas finas das partículas grossas.

Um forno grande, de uma única fornada, poderia produzir até 300 barris de cal. (KASPER, 1987)

#### 2.4. Matéria-prima

O calcário é uma rocha sedimentar, constituída por calcite (carbonato de cálcio -  $\text{CaCO}_3$ ), que pode também conter carbonato de magnésio ( $\text{MgCO}_3$ ) e outros minerais de carbonato como é o caso da aragonite (Ca Em Cabo Verde, o calcário era a matéria-prima utilizada para a produção de Cal.

( $\text{CO}_3$ ) e da dolomite ( $\text{CaMg}(\text{CO}_3)_2$ ). Pode ainda apresentar, em pequenas quantidades, argila, silicatos de alumínio, óxido de ferro e outras impurezas. (GOMES, PINTO, & PINTO, 2013)

Os calcários podem-se diferenciar pela percentagem de dolomite que contêm:

1. calcário dolomítico com 10 a 50% de dolomite;
2. calcário magnesiano com 5 a 10% de dolomite;
3. calcário puro com 0 a 5% de dolomite ou 95 a 100% de calcite. (ALMEIDA, 1985)

Logo, para fazer o estudo de caracterização do calcário, há que ter em conta a grande variabilidade mineralógica que este tipo de rocha pode exibir. Por se tratar de uma matéria-prima de origem mineral, a sua composição e estrutura cristalina, pode apresentar grande variabilidade entre zonas, e mesmo, dentro de uma mesma formação ou perfil rochoso.

Para fazer a caracterização dos calcários da ilha de São Vicente foram recolhidas amostras em Ribeira de Vinha, junto á pré-laje, e em Ribeira de Julião, perto da fábrica de sabão (vd. Tabela 6.).

Amostra	Local
1-CV-SV-RV	Ribeira de Vinha
2-CV-SV-RV	Ribeira de Vinha
3-CV-SV-RV	Ribeira de Vinha
4-CV-SV-RJ	Ribeira de Julião
5-CV-SV- PL	Junto à Pré laje

Tabela 6. Identificação das amostras de calcário recolhidas em São Vicente. Fonte: Adaptada de (SOUSA, MARQUES & VELOSA, 2013)

Com a finalidade de caracterizar os calcários utilizados no fabrico da cal, foi feita a análise Mineralógica através do ensaio de Difractometria de Raios X (DRX), e a análise química através do ensaio de Fluorescência de raios X (FRX).

#### 2.4.1. Análise Mineralógica - Difractometria de Raios X (DRX)

A análise mineralógica realizada aos calcários provenientes de São Vicente mostra que, os calcários são constituídos por aragonite, calcite, dolomite, ilite, feldspatos, quartzo e rodocrosite (vd. Tabela 7.). Destes minerais, a calcite e aragonite, minerais comuns em cais de origem calcítica, são as predominantes, evidenciando-se pelos seus picos característicos bastante intensos.

Amostra	Aragonite	Calcite	Dolomite	Feldspatos	Ilite	Quartzo	Rodocrosite
1 - CV-SV-RV	++	+++	++	+	++	++	-
2 - CV-SV-RV	+	+++	+	-	++	-	+
3 - CV-SV-RV	-	++++	+	-	+	-	-
4 - CV-SV-RJ	-	+++	-	-	++	-	+
5 - CV-SV- PL	+++	+++	+	-	++	-	+

Escala: de +++ muito abundante a + presente; - sem presença

Tabela 7. Análise Mineralógica das amostras de Calcário recolhidas em São Vicente. Fonte: Adaptada de (SOUSA, MARQUES & VELOSA, 2013)

A dolomite surge nas amostras recolhidas em Ribeira de Vinha, e na amostra recolhida junto à Pré-laje, o que significa que podem ser classificados como calcários puros, magnesianos ou dolomíticos, consoante a percentagem de dolomite presente em cada um.

A amostra recolhida em Ribeira de Julião, não contém dolomite, mas, contém uma presença bastante acentuada de aragonite, pelo que se poderá considerar, tratar-se de calcário puro.

#### 2.4.2. Análise Química - Fluorescência de raios X (FRX)

A análise química efetuada aos calcários da ilha de São Vicente revela quantidades muito diferentes de silicato (SiO<sub>2</sub>), relacionadas de forma inversa com quantidades de óxido de cálcio (CaO) e de magnésio (MgO), confirmando a presença de minerais de calcite, dolomite, mica/ilite e quartzo. A amostra 1-CV-SV-RV, com uma percentagem maior de silicato (24,05 % SiO<sub>2</sub>) e a amostra 3-CV-SV-RV, com uma percentagem maior de óxido de cálcio (50,529% CaO). As quantidades variáveis, contudo baixas, de óxido de potássio (K<sub>2</sub>O) aproximadamente 1%, e de alumina (Al<sub>2</sub>O<sub>3</sub>), relacionam-se fundamentalmente em menor quantidade de feldspatos; o resultado desta análise, indica menor percentagem de dióxido de titânio (TiO<sub>2</sub>) e de óxido de Ferro (Fe<sub>2</sub>O<sub>3</sub>), que relaciona a presença dos minerais de anátase e ferromagnesianas. As pequenas quantidades de níquel (Ni), cobalto (Co) e zinco (Zn) relacionam-se com uma pequena quantidade do mineral pirite, mas com maior quantidade na amostra 1-CV-SV-RV. Ainda nesta análise, pode-se dizer que há uma pequena quantidade de manganês (Mn), que estará relacionado com o mineral rodocrosite (**vd. Tabela 8.**).

Amostra	CaO (%)	MgO (%)	SiO <sub>2</sub> (%)	Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub> (%)	Fe <sub>2</sub> O <sub>3</sub> (%)	Na <sub>2</sub> O (%)	Sr (%)	SO <sub>3</sub> (%)	TiO <sub>2</sub> (%)	LOI (%)	P <sub>2</sub> O <sub>5</sub> (%)	K <sub>2</sub> O (%)
1-CV-SV-RV	23,1	10,13	24,05	7,53	5,65	0,34	0,06	0,07	1,31	26,56	0,22	0,86
3-CV-SV-RV	50,53	1,86	3,95	1,70	1,46	0,03	0,02	0,04	0,32	39,86	0,07	0,12

Tabela 8. Análise química das amostras recolhidas em Ribeira de Vinha. Fonte: Adaptada de (SOUSA, MARQUES & VELOSA, 2013)

As duas amostras foram recolhidas na zona de Ribeira de Vinha, no entanto, apresentam constituição química bastante distinta: a primeira (1-CV-SV-RV) apresenta cerca de 10,13% de óxido de magnésio, apontando tratar-se de um calcário dolomítico no entanto a percentagem de impurezas (indicadores da presença de argila) classifica-o como um calcário margoso. Já a amostra 3-CV-SV-RV, apresenta uma maior percentagem de óxido de cálcio (50,529%), com presença de óxido de magnésio inferior a 5%, e baixa percentagem de impurezas, podendo assim classificar-se como um calcário puro.

### 3. A cal nos edifícios antigos de Cabo Verde

Nos edifícios antigos de Cabo Verde, encontram-se paredes em alvenaria ordinária de pedra, alvenarias de pedra com estrutura de madeira em gaiola pombalina e alvenarias de taipa.

Nas alvenarias de pedra, a ligação entre as pedras era feita com argamassas de cal aérea (argamassas de assentamento e de preenchimento da alvenaria) e em todas as alvenarias antigas, os revestimentos (reboco) interiores e exteriores eram em argamassa de cal aérea. (MARQUES, 2012)

Os acabamentos que têm funções decorativas e de protecção dos revestimentos, eram realizados com caiação simples ou pigmentada, ou com tintas à base de cal.

Os revestimentos e os acabamentos assumem uma importância relevante na conservação patrimonial, pois estes têm como função proteger a alvenaria das ações climáticas, dos choques mecânicos e da contaminação ambiental, influenciando assim, a durabilidade das construções. Com o passar do tempo, verifica-se que, a sua permanente exposição a ações potencialmente destrutivas, os revestimentos e os acabamentos vão-se deteriorando com consequências estéticas e de durabilidade.

A compatibilidade entre os materiais com que são executadas as alvenarias, as argamassas de assentamento e de reboco e os acabamentos, promove o adequado funcionamento da parede e um conseqüente aumento de durabilidade. No entanto, em trabalhos de reabilitação realizados nos edifícios antigos de Cabo Verde, as tintas à base de cal são substituídas por tintas impermeáveis, com maior resistência e durabilidade que criam uma barreira à difusão do vapor de água contido no interior das paredes. Os sais contidos na humidade acabam por se cristalizar no interior e na superfície dos revestimentos, dando origem ao destacamento de placas e ao esfarelamento da tinta. Tal procedimento contribui para o envelhecimento acelerado do conjunto.

Os revestimentos em argamassa de cal aérea são, por sua vez removidos, perdendo-se um testemunho valioso, irrepetível de estética e de tecnologias únicas, e são substituídos por revestimentos em argamassa à base de cimento, que são mais homogêneas, mais impermeáveis e com maior resistência mecânica, ou seja aparentemente com melhores características e com maior durabilidade. No entanto, estes novos revestimentos acabam por descaracterizar esteticamente o edifício, não são compatíveis com o suporte nem com o revestimento original, são pouco deformáveis e contêm sais solúveis que contaminam as paredes e assim, envelhecem rapidamente e aceleram a degradação do conjunto (**vd. Figura 9.**)



Figura 9. Degradação do revestimento após substituição do original por uma argamassa de cimento, Torre de Belém, Mindelo.

Fonte: As Autoras

Os rebocos dos edifícios antigos do centro histórico do Mindelo, na ilha de São Vicente, são constituídos por cal aérea (ligante), pozolanas naturais e areias basálticas. (MARQUES, 2012)

Da análise mineralógica realizada a argamassas de alguns edifícios antigos do centro histórico do Mindelo, (vd. Tabela 9.) constata-se a presença de dolomite nas fracções finas do revestimento exterior do Fortim D'El Rei, (vd. Figura 10.), e nas argamassas de revestimento interior e exterior e de assentamento do Antigo Consulado Inglês (vd. Figura 11.). Sendo que na análise química (vd. Tabela 10.) destas fracções, se constata, a presença de óxido de cálcio e óxido de magnésio, podendo considerar-se, a provável utilização de cal dolomítica.



Figura 10. Fortim D'El Rei, Mindelo. Fonte: (MARQUES, 2012)



Figura 11. Antigo Consulado Inglês. Fonte: (MARQUES, 2012)

Amostras de Argamassa	Calcite	Aragonite	Dolomite	Siderite	Rodocrocite	Brucite	Bassanite
<b>Fortim D'El Rei</b>							
Revestimento Exterior	x	x	x	x			
<b>Fração fina (&lt;100µm)</b>							
Revestimento Interior							
Amostra completa	x	x	x				x
fração fina (<100µm)	x	x		x	x	x	
<b>Liceu Velho</b>							
Revestimento Exterior	x			x			
<b>Fração fina (&lt;100µm)</b>							
<b>Torre de Belém</b>							
Revestimento exterior	x	x		x			
<b>Fração fina (&lt;100µm)</b>							
Quintal da Vascónia							
Revestimento exterior	x	x	x	x			x
Fração fina (<100µm)	x	x		x			
<b>Antigo Consulado Inglês</b>							
Revestimento Interior							
Amostra completa	x	x	x	x		x	
Fração fina (<100µm)	x	x	x	x			
Revestimento exterior							
Fração fina (<100µm)	x		x				

Argamassa de Assentamento			
Amostra completa		x	x
Fração fina (<100µm)	x		x

Tabela 9. Parte da Análise Mineralógica das Argamassas de edifícios do Centro histórico do Mindelo. Fonte: Adaptado de (Marques, 2012)

Já nas restantes argamassas analisadas, (revestimento interior do Fortim D’El Rei e revestimentos exteriores do, da torre de Belém, do Quintal da Vascónia e do Liceu Velho, (vd. Figuras 12., 13. e 14.) apesar da análise química revelar a presença de óxido de magnésio, não contêm dolomite na sua composição mineralógica. Isto deve-se ao facto, de o óxido de Magnésio ser também um constituinte do agregado basáltico. Assim, nestas argamassas foi utilizada cal cálcica.



Figura 12. Torre de Belém, Mindelo, São Vicente. Fonte: (MARQUES, 2012)



Figura 13. Quintal da Vascónia, Mindelo, São Vicente. Fonte: As Autoras.



Figura 14. Liceu Velho, Mindelo, São Vicente. Fonte: (MARQUES, 2012)

Amostras de Argamassa	CaO (%)	MgO (%)
<b>Fortim D'El Rei</b>		
<b>Revestimento Exterior</b>		
<b>Amostra completa</b>	35,10	4,16
<b>Fração fina (&lt;100µm)</b>	36,56	3,37
<b>Revestimento Interior</b>		
<b>Amostra completa</b>	42,95	3,45
<b>Fração fina (&lt;100µm)</b>	44,29	1,70
<b>Liceu Velho</b>		
<b>Revestimento Exterior</b>		
<b>Amostra completa</b>	40,32	3,31
<b>Fração fina (&lt;100µm)</b>	40,54	1,58
<b>Torre de Belem</b>		
<b>Revestimento exterior</b>		
<b>Amostra completa</b>	44,29	3,31
<b>Fração fina (&lt;100µm)</b>	39,14	3,37
<b>Quintal da Vascónia Revestimento exterior</b>		
<b>Amostra completa</b>	30,57	5,56
<b>Fração fina (&lt;100µm)</b>	20,01	5,65
<b>Antigo Consulado Inglês</b>		
<b>Revestimento Interior</b>		
<b>Amostra completa</b>	28,52	7,76
<b>Fração fina (&lt;100µm)</b>	43,96	2,68
<b>Revestimento exterior</b>		
<b>Amostra completa</b>	34,42	5,93
<b>Fração fina (&lt;100µm)</b>	46,07	1,94

Tabela 10. Percentagem óxido de Cálcio e de óxido de Magnésio nas argamassas do Centro histórico do Mindelo. **Fonte:** Adaptado de (MARQUES, 2012)

## 4. Conclusão

A produção de cal era uma actividade artesanal desenvolvida nas ilhas de São Vicente, Santo Antão e Boa Vista.

A cal era produzida em fornos artesanais, de laboração intermitente.

As amostras de calcárias recolhidas na zona de Ribeira de Vinha e junto à Pré-laje (próximo de Ribeira de Vinha), ilha de São Vicente, apresentam dolomite na sua constituição mineralógica. No entanto, apresentam entre si diferentes quantidades de óxido de magnésio. Assim, a análise química permite considerar a amostra 1-CV-SV-RV como um calcário dolomítico margoso, e, a amostra 3-CV-SV-RV como um calcário puro, pois contem uma percentagem de magnésio inferior a 5%.

A amostra de calcário recolhida em Ribeira de Julião, perto da fábrica de Sabão, contém calcite e aragonite em abundancia e não apresenta vestígios de dolomite, tratando-se assim de um calcário puro.

As análises realizadas a argamassas de edifícios antigos de São Vicente revelam a utilização de cal cálcica e de cal dolomítica, nas argamassas de revestimento interior e exterior bem como em argamassas de assentamento.

Assim, tendo em conta as características mineralógicas e químicas dos calcários, e comparando-as com as características da cal encontrada nos edifícios antigos de São Vicente, podemos concluir que a cal produzida em São Vicente foi utilizada na construção dos edifícios do centro histórico do Mindelo, São Vicente.

Nos edifícios antigos de Cabo Verde a cal também era utilizada como acabamento em caiação.

## **BIBLIOGRAFIA**

**Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo.** Praia: Publicação do Ministério da Habitação e Obras Publicas, 1984.

NP EN459-1:2011 Cal de Construção. **Parte 1 Definições, Especificações e Critérios de Conformidade.** Caparica: IPQ, 2011.

ALMEIDA, C. A. - **Hidrogeologia do Algarve Central.** Lisboa: Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 1985.

FERREIRA, P. E., & CARVALHO, D. M. - **Métodos Alternativos de Controlo e Limitação da Utilização de Areia na Construção Civil e Obras Publicas.** Praia: Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas Gabinete de Estudos e Planeamento, 2003.

GOMES, A., PINTO, A. P., & PINTO, J. B. - **Gesso e Cal de Construção.** Lisboa: Instituto Superior Técnico, Materiais de Construção I, 2013.

KASPER, J. E. - **Ilha da Boa Vista : Cabo Verde : Aspectos Históricos, Sociais, Ecológicos e Económicos : Tentativa de Análise.** Lisboa: Publicações D. Quixote, 1987.

LOBATO, A. R. - **Argamassas de Cais NHL2 e a Aérea, A influência dos Agregados.** Lisboa: Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015.

MARQUES, V. C. - **Conservação das Argamassas de Cabo Verde.** Aveiro: Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Departamento de Engenharia Civil, 2012.

SILVA, A. L. - **Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo. Praia - Mindelo:** Instituto Camões - Centro Cultural Português, 2000.

SOUSA, B., MARQUES, V., & VELOSA, A. - **Produção de Cal em Cabo Verde (Santo Antão, São Vicente e Boavista).** Mindelo: Trabalho Fim de Curso, Universidade de Cabo Verde, Departamento de Engenharias e Ciências do Mar, 2013.

**A BRIEF NOTE ON ARCHAEOLOGICAL DISCOURSES  
CONCERNING THE PROTO-HISTORY OF NORTHERN  
PORTUGAL AND GALICIA**

Pedro da Silva

MD, PhD Candidate  
Universität Basel  
Philosophisch-Historische Fakultät  
Departement Altertumswissenschaften  
[Pedrofsilva.23@gmail.com](mailto:Pedrofsilva.23@gmail.com)

# A brief note on archaeological discourses concerning the proto-history of northern Portugal and Galicia

Pedro da Silva

## Historial do artigo:

Recebido a 26 de outubro de 2016

Revisto a 28 de novembro de 2016

Aceite a 09 de dezembro de 2016

## ABSTRACT

The following text intends to provide a short but clear insight on the classicist approaches concerning the proto-history of the northern region of Portugal and Galicia of Spain. During the last 40 years, many were the archaeologists that dedicated their work on this region. However, as the decades passed by, a conglomerate of theoretical plots was formed until such point that history of these ancient societies became something rather confusing. In order to achieve new and clean readings, it is first necessary to perform a fragmentation of scientific paradigms that prevail for this particular chronological period and finally enhance the archaeological polymorph universe that is notable nowadays.

**Key-words:** Archaeology; Discourses; Proto-History; North of Portugal and Galicia.

## RESUMO

O seguinte texto pretende disponibilizar uma curta análise das abordagens classicistas na proto-história da região do norte de Portugal e Galiza de Espanha. Ao longo dos últimos 40 anos, muitos foram os arqueólogos que dedicaram os seus trabalhos para esta região. Porém, à medida que as décadas iam passando, foi-se formando um conglomerado de diversas parcelas teóricas que propiciam o desentendimento e mesmo confusão na narrativa histórica. Para que seja possível alcançar novas leituras, é primeiro necessário proceder a uma fragmentação dos paradigmas científicos que subsistem para este período cronológico, assim como valorizar o seu universo polimorfo arqueológico que hoje se evidencia.

**Palavras-chave:** Arqueologia; Discursos; Proto-História; Norte de Portugal e Galiza.

## 1. A scientific paradigm for northern Portugal and Galicia

The study of the Portuguese proto-history in the northern region began by the end of the 19th century and the first half of the 20th century with authors such as Francisco Martins Sarmiento, Mário Cardoso, Afonso do Paço, Joaquim dos Santos Júnior, among others. In a time when archaeology in Portugal was still in an embryonic state, these first studies came to contribute for what would become the founding pillars of many scientific paradigms that even today endure in the Portuguese archaeological thinking. In the second half of the 20th century a new generation of archaeologists, such as Carlos Alberto Ferreira de Almeida and Armando Coelho Ferreira da Silva, dedicated their work to search for the region's historical roots and to better understand their predecessors' views and theories. This period was crucial to consolidate the theory of "Cultura Castreja" or Castro Culture: a paradigm of the archaeological science that covers the northwest of the Iberian Peninsula.

In any ancient society, the organization of their habitat seems to always be related to its ecosystem, its economy, its patterns of social life and their mental, imaginary forms, something symbolic, hardly attributable today. Perhaps because architectures reflect the creation of space, the transformation of and the integration in the landscape and its close relation with the functioning of a society, this subject has been target of interest and study by various socio-cultural interpretive models since the 20th century. Nevertheless, it is important to ask ourselves "do the political and social contexts influence in the archaeological discourse and thinking of researchers?" According to Khun (1970), that is one of the reasons why historians, by confronting themselves with a particular scientific theory, are faced with error conglomerates, myths and superstitions that had an inhibiting role on new components to appear and favor its modernization. And assuming that the archaeological interpretation is partially subjective, this little text seeks to expose some of the troubling regarding the theories on proto-history of northern Portugal and Galicia, and specially some of the interpretations on the Castro Culture's architectures.

A close analysis on the many evolutionary descriptions concerning "Castro Culture" reveals that this scientific paradigm goes throughout many historical contextualization's, despite always being faithful to the same structure of thinking. According to Silva (1986), the emergence of the Castro habitat in the northwestern Iberian Peninsula occurred in the late Bronze Age (900-800 BC). Briefly, this habitat is essentially characterized by the network of defensive walls, for its location in high places and that the number of interior structures suggests the capacity to assemble a reasonable number of population. To Almeida (1986: 70), these proto-historical societies have also chosen locations to settle by their small or medium size, but always by having "natural defense and installation conditions". Also, according to this author, the Castro Culture could have first intensified its cultural traits between 800 and 500 BC with the phenomenon of the 'Indo-Europeanization' of the Western Europe. To the author, this fact can be ensured by the evidence of Punic and Greek jewelry and ceramics in this region, resulted from the Mediterranean trade, the first signal of our global village fate. But many more signals of that fate would have to come, according to the established theory of Castro Culture.

## 2. Contextualizing the establishment

After the establishment of this theory and along its duration of validity (still until this day), many were the Portuguese and Spanish archaeologists that published a vast number of thesis and articles in order to either confront it or to complement it. To Fonte (2008), we can point the thesis of Martins (1990) as the first real attempt to confront the Castro Culture paradigm.

However, according to the first author, by isolating specific aspects of a particular geographical area, Martins ended up reinforcing the original paradigm. The same happened in the first decade of 2000 with the studies of González-Ruibal (2006-2007) that, despite the incisive and remarkable demarcation of regional differences in his syntheses, the author did not specifically question nor confronted the various theoretical plots of Castro Culture (FONTE, 2008).

The current paradigm of Castro Culture advocates that the significant transformations within the proto-historical settlements of northern Portugal and Galicia are justified by the migration of people carrying Hallstate influences (800 BC), by the influx of southern influences of the Tartessian world (700-600 BC), by the Mediterranean commercial contacts, by post-Hallstatt stimuli (600-500 BC), the coming of *Turduli Veteres* (500-400 BC) and finally by the arrival of the European phenomenon of the Roman Empire, with the army campaign of Decimus Junius Brutus (138-136 BC). It is then recognized a 'process of acculturation' between foreigners and natives along the chronological narrative (SILVA, 2015). However, it becomes problematic to analyze the different aspects of the 'material culture' throughout the first half of the 1st millennium BC, since the metals are systematically absent and imported products are scarce. Still, it has been from rare artifacts (such as jewelry) that an evolutionary chronology has been assigned to Castro Culture, specifically.

But to better understand the context in which Castro Culture was assigned, we must go back in time, to the second half of the 20<sup>th</sup> century. Despite the ending of the second world war, the western world was still living in fear and tension. But it was also a moment in time when new ideologies flourished as the modern democracies were being shaped. Henry Kissinger, the Secretary of State of the administration of Gerald Ford, believed that History have always really been a struggle for power between groups and nations. And what he took from the Cold War was a way of seeing the world as an interconnected system in perpetual tension. As a politician, his aim was to keep that system in balance and prevent it from falling to chaos. And when our word was divided, in an interview in 1975, Kissinger stated the following:

*"I believe that with all the dislocations that we now experience, there also exists an extraordinary opportunity to form, for the first time in history, a truly Global Society carried out by the principles of interdependence, and if we act wisely and with vision, I think we can look back all this turmoil as the birth banks of a more creative and better system. If we miss the opportunity, I think there's gonna be chaos."* - From Adam Curtis' documentary "HyperNormalisation" aired on BBC channel

Since then, and over the last 40 years, politicians, financials and even historians, rather to face out the real complexities of the world, constructed a simpler version of it - an overwhelming fate for us today. For as this new world grew, all of us went along with it, because the simplicity and positivism was reassuring. Culture-historical archaeology is a perfect example of that simplicity. And its reconstructions of our past had a great impact in museums and other forms of cultural related tourism, and consequently in the economy. We can aver that Marshall McLuhan's idea of a global village, contracted by the instantaneous movement of information between humans (The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man, 1962), became a premise in modern thinking. And its impact in our vision of the past is fairly evident.

### 3. Struggles & lack of postmodern debates

Not only the confusing narrative of this Castro Culture theory is based on rare artifacts, but it's also based on its architectures. For example, most of the readings concerning the proto-historical world of this specific region focus in an either natural or artificial fortification of the

settlements. The question of the origin of the Castro's round houses was also a widely discussed case. Authors such as Childe (1962), Almeida (1964: 201), among others, admit that "people that brought here agriculture and sedentary in the Neolithic" might have brought with them the rounded type architectures. However, this idea seems to expose the Neolithic as a Revolution, in a Jewish-Christian narrative of the Genesis: The Man that domesticate, with the knowledge that separates him from nature and his savaged Paleolithic Era, appears in the world with a new order, evangelizing Europe under the new laws of society, like a myth of the origins of the European Union (ALVES-FERREIRA, 2009). There is another theory pointing to a purely autochthonous style that was shaped over the ages, passing throughout the use of perishable materials to later use of stone. This theory, whose precursor was Jorge-Dias (1946), and perhaps because in the 40s Spain was under the regime of Franco, came to be accused by Silva (1994: 75) of manifesting a "patriotic" idea.

So, the most known and accepted theories concerning the subject of petrification and fortification of settlements first began with Romero-Masia (1976) and later Silva (1983-1984; 1986; 1995). Both authors define the 5th century BC as the beginning of the epistemological shift in societies of this region: villages made of perishable materials were at this moment being reconstructed with the use of stone and, among it, the creation of the first notable human artificial fortification devices in northern Portugal and Galicia. In fact, Silva (1986) took another step further and argued the fortified architectures in the 5th century BC would be linked, not only to the defense, but also as a display of more powerful groups within regional communities led by an elite of warriors. By other words, the community with a greater wall could intimidate communities with less architectural improvements and therefore prevent a physical and real conflict. It's to presume that the elite of warriors would have a significant role, according to this theory, for they were the ones to keep the system of conflict between communities in balance. The most extreme theory concerning this subject is probably the thesis of Queiroga (1992), where the author actually argued the walls we see in some Castros reflect an endemic State of War in the landscape of northern Portugal and Galicia. However, as Jorge (1997) refers, the archaeological record is extremely opaque for these point of views, and besides two Castro sites (Couto da Pena and S. Juzenda), there is no other evidence of artificially fortified settlements during the 5th century BC.

One decade passed since the end of the Soviet Union, and with the turning of the millennium, more were the archaeologists rising new theories for the Castro Culture's architectures, such as the subject of the fortification devices in these proto-historical settlements. Authors like González-Ruibal (2003) suggested that the construction of walls around the villages was, in fact, a delimitation method between the outside world and the domestic space. So instead the idea of an ancient society in perpetual tension of war and conflict over the territory, the author suggests that the walls we see in some Castros around the 5th century BC were actually used to reinforce the bonds of the inside community and its social identity. According to Lemos and Cruz (2006), it should also be borne in mind a possible deeper meaning for this architectural device. For these authors, the wall device enclosed a refugee space, host of guard, where the wall itself would unite both heaven and earth, and that this theory could be sustained by the archaeological findings of symbolic deposits of ashes of the dead that some settlements have inside these structures.

Nevertheless, archaeologists must be aware that, perhaps in certain cases, culture takes the form of tradition. By other words, an articulated set of beliefs and diversified practices that are taken for granted, although not always positively accepted. Apart from tradition, culture takes the form of common sense, which is based on unaware acceptance and felt as natural (Crespi, 1997). According to Almeida (1986), these proto-historical settlements remained in isolation until the approach of the Roman civilization. Also, for Martins and Jorge (1992: 364), with the

fall of the bronze production and circulation, the various communities of this region became more and more isolated from each other. This fact would explain the "lack of technical innovations in the region and a certain heterogeneity of cultural traits" in either its stone structures and organization of habitats, either at the level of other material evidence, such as the ceramics and other artifacts.

And despite all of this, archeology held in northern Portugal and Galicia have shown a somewhat diversity in some of these social and cultural traits, the most obvious being the existence of different rates of "development" among the various proto-historical settlements. Should we take the example of the proto-historical settlement of Lago, in Amares, where the archaeological record shows us that simple huts made of wood were still used during the 1st century BC. Plus, there is also a whole new protohistoric dimension in the region of Trás-os-Montes that is still to be fully debated (MARTINS et al., 2010; SANTOS, 2015). And that make us conclude that we are, perhaps, facing a proto-historical universe that is "polymorphous, hardly categorized or reducible to a single interpretation" (JORGE, 1999: 94).

### 3. Final considerations

According to Swidler, the sociology of culture should seek to identify aspects of cultural heritage that have lasting effects on the act, on the ways in which culture is used by social actors and on what specific historical changes weakens certain cultural forms, favoring the appearance of others (CRESPI, 1997). And to Almeida (1986: 163), the proto-historic settlements of northern Portugal and Galicia retains all its "prestige" after the Roman conquest and "continues to be imitated in the foundations of new settlements." It's also important to note that when we study the spaces of these sites, we must have in mind this particular idea of Bourdieu: the social space is an abstract representation, an observation point covering all those who make up the social world (CRESPI, 1997). In practice, what matters most are the private views that social actors have of a specific space, from the position they occupy and their attitude of either conservation or transformation during their own reality confrontations.

Also, the concept of 'material culture' is deeply connected to a modern form of the West to grasp the world, which may inhibit our ability to understand the past. To Thomas (2007), the material culture translates into a table of attributes and products of human societies that are extra-somatic and transmitted over generations by customized and personalized mechanisms. But in archeology, the concept of 'material culture' has been ambiguously used to represent either the adaptation of the mankind, either to express the species' achievement in this world. So we may aver that the main problem of 'material culture' in archeology is the fact that it is used as a qualifying term, observed from the lens of our contemporary context: perhaps the reason for the multifaceted point of views since the Cold War, and further conglomeration of errors and myths. And shall we not forget that archeology, not only contributes to the study of the relationship between materiality and memory, but it does have an active role in the formation of those same memories (HODDER, HUTSON, 2003). Memories that we also have the responsibility to deliver directly into the main public, into the global knowledge.

And the lack of archaeological data seems to also legitimate the attempt to linearly joint cultural changes with events described in classical literacy sources, such as Strabo's narratives in his Geography III. Although these sources seem to apply more or less accurately in more recent times (after the arrival of the Romans), reflecting them to earlier centuries may not be

conclusive. However, the archaeological discourse for this subject is also based on these classical narratives, specially to legitimize the idea that the migration of more evolved people from the central and northern Europe was crucial for the transformation of the protohistoric universe in this region: "*La richesse de la Galice et du nord du Portugal a donc été certainement un pôle d'attraction pour les nouveaux arrivants dans la péninsule ibérique*" (TRANOY, 1981: 43). And perhaps, it should be borne in mind that such radical cultural changes, if indeed existed, should be unmistakably evident in the archaeological record, as an overlay of a previous material culture with a new, strange, different one (MARTINS, JORGE, 1992).

Shanks and Tilley (1992) calls for archaeologists to detach themselves from categories of the evolutionary thought, recommending, instead, our focus in the particular and in the different. This approach doesn't mean that archaeologists must ignore certain features of the past to rather focus in other ones instead. In fact, by creating less absolute, less precipitated ways of interacting with the past, the effect in our readings will be quite the opposite. The equation between people, their culture, and the land they inhabit is central to the time-space systematics of the discipline of archaeology (SHANKS, 2001). And we, as readers of the past, must be aware of our own circumstances and how we mirror them in our interpretations, especially on those from archaeologists that have read before. For only then, the definition of postmodern condition will be reflected in the archaeological theory. That is, the incredulity and skepticism for certain pre-established paradigms and the escape from the Establishment, from the balanced system and from the universalizing legitimation. Proto-history of northern Portugal and Galicia requires, with no doubt, new readings, and new analysis in order to problematize it and consequently value its miscellaneous facts and its unique archaeological record. And only with new debates it will be possible to achieve a better scientific understanding of this ambiguous and remarkable subject.

## BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES

ALVES-FERREIRA, Joana. (2009) - The Neolithic. The fantasy of the Origins. **JIA**, Tomo II, p. 783 - 787. Madrid: Libros Pórtico

CHILDE, Gordon. (1962) - **L'Europe préhistorique. Les premières sociétés européennes**. Paris: Payot.

CRESPI, Franco. (1997) - **Manual de Sociologia da Cultura** (Teresa Cardoso. trad.). Lisboa: Editorial Estampa. (Obra original publicada 1996).

FONTE, João, LEMOS, Francisco S., GONÇALO, Cruz, CARVALHO, Carla (2008) - Segunda Idade do Ferro em Trás-os-Montes Ocidental. **1 Congreso Internacional de Arqueología de Vilalba**, p. 309 - 317. Lugo (ESP).

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. (2003) - **Arqueología del Primero Milenio en el Noroeste de la Península Ibérica**. Dissertação de doutoramento. Santiago de Compostela: Faculdade de Xeografía e História (policopiada)

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. (2006-2007) - Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.). **Brigantium**, vol. 18-19. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña.

HODDER, Ian.; HUTSON, Scott. (2003) - Reading the Past - Current Approaches to Interpretation in Archaeology (3ª. ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

JORGE, Susana. O. (1999) - **Domesticar a Terra - As Primeiras Comunidades Agrárias em Território Português**. Lisboa: Grávida.

JORGE DÍAS, António. (1946) - Las Construcciones Circulares del Noroeste de la Península Ibérica y las Citanias. **CEG**, Madrid , VI, p. 173 - 194.

KHUN, Thomas. (1970) - The Structure of Scientific Revolutions. **Foundations of the Unity of Science**, 2. Chicago: University of Chicago Press.

LEMOS, Francisco.; CRUZ, Gonçalo. (2006) - Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal. Proto-história e romanização - guerreiros e colonizadores. **III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior: actas das sessões**, 3, p. 8 - 28. Porto: ACDR de Freixo de Numão.

MARTINS, Carla; CRUZ, Gonçalo; FONTE, João (2010) - O Povoamento na Segunda Idade do Ferro. Outeiro Lesenho como um dos povoados centrais. **Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental**, cpt4, p. 48 – 59. Porto: CITCEM.

MARTINS, Manuela (1990) - **O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado**. Braga: Universidade do Minho.

MARTINS, Maria. M.; JORGE, Susana. O. (1992) - Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal. **Paleoetnologia de la Peninsula Iberica**, (2-3), p. 347 - 372. Madrid: Editorial Complutense.

QUEIROGA, Francisco M. V. R. (1992) - **War and Castros: New Approaches to the Nothwestern Portuguese Iron**. PhD Dissertation, University of Oxford, England.

ROMERO MASIÁ, Ana (1976) - **El Habitat Castreño - Asentamientos y Arquitectura de los Castros del N.O. Peninsular**. Santiago: Publicacions do Colexio De Arquitectos de Galicia.

SANTOS, Filipe J. C. (2015) - O Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor (PSP do AHBS), 2010 – 2015. **CôaVisão**, vol.17, p. 132 - 158. Vila Nova de Foz Côa: C. M. de Vila Nova de Foz Côa.

SHANKS, Michael. (2001) - **Culture/Archaeology: The Dispersion of a Discipline and its Objects. Archaeological Theory Today** (Hodder, I. ed.). 284-305. Cambridge: Polity Press.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. (1992) - **Re-Constructing Archaeology** (2ªed). London: Routledge.

SILVA, Armando C. F. (1983/4) - A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e Cronologias. **PORTVGALIA**, 4-5, p. 121 - 130. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA, Armando C. F. (1986) - **A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal**. Porto: C. M. Paços de Ferreira.

SILVA, Armando C. F. (1995) - A Evolução do Habitat Castrejo e o Processo de Proto-Urbanização no Noroeste de Portugal durante o I Milénio a.C.. **Revista da Faculdade de Letras**, 2.ª Série, XII.

SILVA, M. F. M. (1994) - O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia superior do rio couro: estudo, restauro e divulgação. **Cadernos de Arqueologia e Património**, 2. Câmara Municipal de Paredes de Coura.

SILVA, Pedro (2015) - A “Cultura Castreja” - Revisitar a Proto-História do Noroeste Peninsular. **Al-Madan**, IIª Série. nº 19, Tomo 2 Online. Centro de Arqueologia de Almada.

TRANOY, Alain (1981) - **La Galice Romaine - Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité**. Paris: Diffusion de Boccard, Publications du Centre Pierre Paris

